

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA CAMPUS FORTALEZA

# PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Fortaleza, 2026




**REITOR**
José Wally Mendonça Menezes

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
Reuber Saraiva de Santiago

**PRÓ-REITORA DE ENSINO**
Cristiane Borges Braga

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO**
Ana Cláudia Uchôa Araújo

**PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS**
Marcel Ribeiro Mendonça

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**
Joélia Marques de Carvalho

**DIRETORA GERAL DO CAMPUS FORTALEZA**
Adriana Guimarães Costa

**DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS FORTALEZA**
Hugo Leonardo de Brito Buarque

**DIRETORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO DO CAMPUS FORTALEZA**
Rejane Cavalcante Sá Rodrigues

**DIRETOR DE EXTENSÃO E CULTURA**
David Moreno Montenegro

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**
Cristianne Sousa Bezerra

**COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**
João Paulo Bandeira de Souza

**COORDENADORA DA CTP**
Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

- Andreia Nogueira Machado Pinheiro
- Cristianne Sousa Bezerra
- David Moreno Montenegro
- Eugênia Tavares Martins
- Fabiana Lima Abreu
- Felipe Alves de Brito Oliveira
- Francisco Glauco Gomes Bastos
- Hugo Leonardo de Brito Buarque
- João César Abreu de Oliveira Filho
- João Paulo Bandeira de Souza
- Jorge Macedo Lopes
- Lilian Aparecida Mudado Suassuna Martins
- Marcelo Oliveira Teles de Menezes
- Marcos Alberto de Oliveira Vieira
- Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino
- Nayana Camurça de Lima
- Rogênia Rodrigues dos Santos

**ASSESSORIA PEDAGÓGICA**
Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino

**REPRESENTANTES DOS NÚCLEOS DO IFCE**

João César Abreu de Oliveira Filho (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE)
Nayana Camurça de Lima (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI)
Rogênia Rodrigues dos Santos (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEDS)

**REPRESENTANTE DA BIBLIOTECA**
Jorge Macedo Lopes

# COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Campus Fortaleza

**PORTARIA Nº 10907/GAB-FOR/DG-FOR/FORTALEZA, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025**

O **Diretor-Geral Substituto do *Campus* Fortaleza** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, nomeado pela Portaria nº 1678/GABR/REITORIA, de 14 de março de 2025, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência estabelecida na Portaria Normativa nº 81/GABR/REITORIA, de 08 de agosto de 2023 e o que consta no Processo nº **23256.016210/2025-80**, resolve:

**Art. 1º** Designar a **Comissão de Elaboração do PPC do Técnico em Desenvolvimento Comunitário**, composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

| Nome | Matrícula |
|---|---|
| JOAO PAULO BANDEIRA DE SOUZA | 2407820 |
| HUGO LEONARDO DE BRITO BUARQUE | 1458742 |
| MARIA MIRIAN CARNEIRO BRASIL DE MATOS CONSTANTINO | 1081245 |
| JORGE MACEDO LOPES | 1476985 |
| JOAO CESAR ABREU DE OLIVEIRA FILHO | 1331643 |
| NAYANA CAMURCA DE LIMA | 3417187 |
| ROGENIA RODRIGUES DOS SANTOS | 1110252 |
| ANDREIA NOGUEIRA MACHADO PINHEIRO | 3009333 |
| CRISTIANNE SOUSA BEZERRA | 1565115 |
| DAVID MORENO MONTENEGRO | 2775018 |
| EUGENIA TAVARES MARTINS | 1013177 |
| FABIANA LIMA ABREU | 1675600 |
| FELIPE ALVES DE BRITO OLIVEIRA | 2419776 |
| FRANCISCO GLAUCO GOMES BASTOS | 1886941 |
| LILIAN APARECIDA MUDADO SUASSUNA MARTINS | 1794775 |
| MARCELO OLIVEIRA TELES DE MENEZES | 1668239 |
| MARCOS ALBERTO DE OLIVEIRA VIEIRA | 3133419 |

**Art. 2º** Estabelecer que essa Comissão desenvolverá suas atividades com uma carga horária de , e com vigência até a publicação do ato autorizativo do referido curso.

**Publicação:** Transparência Ativa em 26 de novembro de 2025

**Documento assinado eletronicamente sob fundamentação, por:**
ADRIANO MONTEIRO DA SILVA | Diretor-Geral Substituto

**Data da Assinatura**:
26 de novembro de 2025 as 09:38 (America/Fortaleza)

**Tipo de Documento**:
Portaria

Autenticidade

# SUMÁRIO


1. Dados do curso 6

2. Apresentação 8

3. Contextualização da instituição 11

4. Justificativa 14

5. Fundamentação legal 19

5.1. Normativas nacionais para cursos técnicos de nível médio 19

5.2. Temas Transversais e Legislação Correlata 20

5.3 Normativas Institucionais do IFCE 20

6. Objetivos do curso 22

6.1. Objetivo geral 22

6.2. Objetivos específicos 22

7. Formas de ingresso 24

8. Áreas de atuação 25

9. Perfil esperado do futuro profissional 27

10. Metodologia 29

11. Organização curricular 43

11.1. Matriz curricular 44

11.2. Fluxograma curricular 49

12. Avaliação da aprendizagem 51

13. Prática Profissional Supervisionada 54

13.1 Projeto Integrador 55

13.2 Estágio supervisionado não obrigatório 56

14. Critérios de aproveitamento de conhecimentos 58

15. Emissão de diploma 59

16. Avaliação do projeto do curso 60

17. Atuação do coordenador de curso 63

18. Políticas Institucionais do PDI no âmbito do curso 65

19. Apoio ao discente 67

19.1 Acompanhamentos pelos (as) docentes 69

19.2 Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) 72

19.3 Coordenadoria Técnico-Pedagógica 73

19.4 Coordenação do curso 75

19.5 Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) 77

19.5.1 Serviço de Saúde 78

19.5.2 Serviço de Psicologia 80

19.5.3 Serviço Social 82

19.5.4 Diretoria de Ensino 85

19.5.5 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) 86

19.5.6 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) 89

19.5.7 Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) 91

19.5.8 Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos (CAEAE) 92

20. Corpo docente 93

21. Corpo técnico-administrativo 99

22. Infraestrutura 101

23. Referências 116

Anexos - Programas de Unidades Didáticas das Componentes Curriculares 124

## 1. DADOS DO CURSO

- Identificação da Instituição de Ensino

| | | |
|---|---|---|
| Nome: Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Fortaleza | | |
| CNPJ: 10.744.098/0002-26 | | |
| Endereço: Av. Treze de Maio, Nº 2081 – Benfica, CEP: 60.040-215 | | |
| Cidade: Fortaleza | UF: Ceará | Fone: (85) 33073681 ou (85) 33073656 |
| E-mail: gabinete.fortaleza@ifce.edu.br | Página institucional na internet: https://ifce.edu.br/ | |

- Informações Gerais do Curso

| | |
|---|---|
| Denominação do Curso | Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário |
| Titulação Conferida | Técnico em Desenvolvimento Comunitário |
| Nível | ( X ) Médio ( ) Superior |
| Forma de articulação com o Ensino Médio | ( ) Integrada ( ) Concomitante (X) Subsequente |
| Modalidade de Ensino | ( X ) Presencial |
| Duração do curso | 2 semestres - 1 ano |
| Número de vagas autorizadas | 30 |
| Periodicidade de oferta de novas vagas do curso | ( ) Semestral ( X) Anual |

| | |
|---|---|
| Período letivo | (X) Semestral ( ) Anual |
| Formas de ingresso | (X) Processo seletivo ( ) Sisu ( ) Vestibular ( ) Transferência ( ) Diplomado |

| | |
|---|---|
| Turno de Funcionamento | ( ) matutino<br>( ) vespertino<br>(X) noturno<br>( ) integral (Curso que possua carga horária diária superior à 5 horas aulas) contendo a indicação dos turnos simultâneos: matutino e vespertino matutino e noturno vespertino e noturno |
| Ano e semestre do início do funcionamento | 2027, Semestre 2027.1 |
| Informações sobre carga horária do curso | |
| Carga horária total para integralização | 800 horas |
| Carga horária dos componentes curriculares | 800 horas |
| Carga horária total da Prática Profissional Supervisionada no curso | 40 horas |
| Sistema de carga horária | 01 crédito = 20h |
| Duração da hora aula | 60 minutos |

## 2. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, na modalidade subsequente ao ensino médio, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Fortaleza. Este projeto define os fundamentos, objetivos, organização curricular e orientações pedagógicas do curso.

Instituição cuja trajetória remonta à criação da Escola de Aprendizes Artífices em 1909 e que integra formalmente a Rede Federal desde a Lei nº 11.892/2008, o IFCE orienta sua atuação pela produção, difusão e aplicabilidade de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento humano, social, político e econômico com inclusão e formação integral. No Campus Fortaleza, localizado no bairro Benfica, território marcado pela presença universitária, pela efervescência cultural e pela tradição de mobilização política e social, o curso insere-se no esforço institucional de fortalecer o vínculo entre formação técnica, participação cidadã e desenvolvimento social.

A concepção do curso teve como fase inicial a análise do perfil profissional de conclusão e do campo de atuação definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para o Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário. Partindo desse referencial normativo foram realizadas pesquisas documentais voltadas à identificação de Projetos Pedagógicos de cursos semelhantes ofertados em diferentes instituições de ensino brasileiras, com especial atenção às experiências formativas existentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O levantamento de Projetos Pedagógicos realizado durante a concepção deste curso evidenciou que a habilitação de Técnico em Desenvolvimento Comunitário ainda é pouco ofertada no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a despeito de sua relevância social e da sua aderência à função pública dos Institutos Federais. Nesse sentido, a presente proposta contribui para preencher uma lacuna formativa na Rede, ampliando o acesso a uma qualificação técnica voltada à organização comunitária, à participação

social e à promoção de direitos, em uma área de forte demanda social e ainda incipiente na oferta pública de educação profissional.

Foram analisadas experiências formativas relacionadas ao campo do desenvolvimento comunitário e áreas correlatas, incluindo cursos oferecidos por institutos federais no país. A análise dessas experiências permitiu identificar distintas possibilidades de fluxos e organizações curriculares e de orientação formativa para cursos voltados ao trabalho social e comunitário.

A partir desse estudo comparativo e da análise das possibilidades de inserção profissional do egresso, optou-se por estruturar o curso com ênfase no campo das políticas públicas. Tal decisão fundamenta-se no entendimento de que a capacidade de interpretar a realidade social, compreender o funcionamento das políticas públicas e elaborar projetos cooperativos e democráticos de intervenção econômica e social constitui competência fulcral para o desempenho do técnico em desenvolvimento comunitário.

Definido esse eixo estruturante, realizaram-se reuniões de alinhamento teórico, metodológico e conceitual entre os integrantes da comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso. Nessas reuniões foram progressivamente discutidos e definidos o perfil do egresso, os objetivos formativos, a justificativa do curso, a contextualização institucional, a metodologia de ensino e o fluxograma curricular.

A elaboração do documento ocorreu através de um processo colaborativo de escrita, debate e revisão entre os membros da comissão, buscando assegurar coerência entre os referenciais normativos da Educação Profissional e Tecnológica, as demandas identificadas no contexto local e regional e os princípios institucionais que orientam a atuação do Instituto Federal do Ceará. Esse processo permitiu articular os referenciais nacionais da educação profissional com as especificidades sociais, urbanas e institucionais de Fortaleza, colaborando com a definição de um curso alinhado às demandas nacionais e locais de desenvolvimento comunitário e participação política e social.

O curso estrutura-se na tecedura entre direitos humanos, políticas públicas,

mobilização social e uso responsável de tecnologias digitais de comunicação e de informação aplicadas ao diagnóstico e compreensão de dados sociais e econômicos para fomentar intervenções sociais mais qualificadas, eficazes e em consonância com os interesses comunitários. Partimos do reconhecimento de que as políticas públicas e as dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento social e econômico comunitário são crescentemente mediados por dados, indicadores e sistemas digitais, o que exige profissionais capazes de interpretar informações socioterritoriais, avaliar programas governamentais e elaborar projetos fundamentados nas necessidades das comunidades.

O domínio de ferramentas contemporâneas de coleta e análise de dados assistida por inteligência artificial é compreendido como instrumento auxiliar à interpretação qualificada da realidade social e à elaboração de políticas públicas que busquem a efetivação dos direitos humanos e a mitigação das desigualdades. Tais instrumentos, contudo, são mobilizados de forma complementar às metodologias de escuta social, participação comunitária e diagnóstico territorial, reconhecendo a necessidade da integração entre conhecimento científico, saberes institucionais e conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades.

Com carga horária total de 800 horas, o curso organiza-se em dois ciclos formativos articulados. O primeiro ciclo, intitulado Ciclo I: Fundamentos para a leitura da realidade social, concentra fundamentos sociopolíticos, éticos, teóricos e metodológicos necessários à compreensão da realidade social, das políticas públicas e das formas de organização comunitária. O segundo ciclo, Ciclo 2: Atuação, políticas públicas e transformação comunitária, orienta-se para a aplicação desses conhecimentos na elaboração de projetos de desenvolvimento comunitário, na mobilização social e na articulação com políticas públicas setoriais.

Dessa forma, o Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário afirma-se como proposta de formação técnica comprometida com a interpretação crítica da realidade social, com a participação democrática e com o fortalecimento das comunidades, contribuindo para a formação de profissionais capazes de atuar na promoção do desenvolvimento social e na ampliação dos direitos de cidadania.

## 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma instituição pública de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A trajetória institucional do IFCE, contudo, remonta ao início do século XX, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, em 1909, uma das primeiras iniciativas de educação profissional no país. Ao longo de mais de um século de existência, a instituição passou por diferentes configurações institucionais, incluindo o Liceu Industrial, a Escola Industrial, a Escola Técnica Federal e o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), consolidando-se, a partir de 2008, como Instituto Federal.

Atualmente, o IFCE está presente em 34 campi distribuídos por todas as regiões do estado do Ceará, atendendo dezenas de milhares de estudantes em cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes, concomitantes, de graduação e de pós-graduação. Conforme estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028, a instituição tem como missão produzir, disseminar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento social e econômico, com foco na inclusão social, na formação integral e na preparação de profissionais para o mundo do trabalho.

O Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário será ofertado no Campus Fortaleza, a unidade mais antiga e uma das mais tradicionais da instituição. Localizado na Avenida Treze de Maio, nº 2081, no bairro Benfica, o campus funciona no mesmo endereço desde 1952, quando ainda era denominado Escola Industrial de Fortaleza. Com aproximadamente 52.000 m² de área construída, o campus atende cerca de 8.000 estudantes em mais de 50 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, subsequentes, de graduação e de pós-graduação. O campus dispõe de corpo docente e servidores técnico-administrativos em educação qualificados e experientes, laboratórios especializados, biblioteca com acervo diversificado e ampla tradição de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados às demandas sociais da região.

O bairro Benfica, onde se localiza o campus, constitui um dos principais pólos educacionais e culturais do Estado do Ceará e da cidade de Fortaleza. Além do IFCE, o território abriga o campus central da Universidade Federal do Ceará (UFC), diversas instituições de ensino superior, centros culturais e equipamentos públicos voltados à produção artística e ao debate político e social. Essa diversidade de instituições educacionais e culturais faz do bairro um espaço associado à circulação de ideias, à produção de conhecimento e à participação pública.

O Campus Fortaleza ocupa posição estratégica para o desenvolvimento de ações formativas voltadas à promoção da cidadania, da participação social e da transformação da realidade local. A oferta do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário dialoga diretamente com esse ambiente institucional e urbano, articulando a formação técnica com os desafios sociais presentes na cidade.

Fortaleza, a quinta maior capital do Brasil, apresenta profundas desigualdades socioespaciais, mas também abriga uma sociedade civil dinâmica, composta por movimentos sociais, associações comunitárias, organizações da sociedade civil e coletivos culturais que atuam cotidianamente na defesa do direito à cidade e na construção de alternativas para as demandas sociais.

Nesse cenário, o Campus Fortaleza, com sua tradição de formação pública e compromisso social, constitui ambiente propício para a formação de profissionais capazes de atuar na interface entre comunidades, políticas públicas e instituições sociais.

O Técnico Em Desenvolvimento Comunitário organiza grupos de interesse em comunidades e promove ações de integração e de aproximação positiva entre diferentes atores sociais; realiza diagnósticos socioterritoriais com o emprego de técnicas de diagnóstico participativo, planejamento social e avaliação de políticas e programas sociais; elabora, executa e avalia projetos sociais, inclusive a partir da leitura de editais e de informações de serviços públicos, utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramentas de diagnóstico territorial, planejamento comunitário e análise de dados sociais; atua na mobilização social, na comunicação comunitária, na mediação de conflitos e no fomento a lideranças comunitárias; e promove ações educativas e campanhas socioeducativas voltadas a temas de interesse coletivo.

Esse profissional atua em espaços como organizações da sociedade civil, equipamentos das políticas de assistência social (CRAS e CREAS) e de saúde, movimentos sociais, cooperativas e empreendimentos de economia solidária, órgãos da administração pública e conselhos de direitos, contribuindo, de modo eficiente, para processos de desenvolvimento comunitário, participação cidadã e fortalecimento das organizações sociais.

## 4. JUSTIFICATIVA

A proposição do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, na modalidade subsequente, no campus Fortaleza do IFCE, nasce do reconhecimento de que a realidade social contemporânea exige profissionais aptos a compreender processos coletivos, interpretar dinâmicas sociais complexas e atuar, de forma técnica e eticamente orientada, junto a comunidades, grupos sociais, políticas públicas e iniciativas de organização popular.

A cidade de Fortaleza apresenta uma realidade de extremas desigualdades socioespaciais e significativas disparidades no acesso à renda, serviços públicos e infraestrutura urbana. Dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2025), elaborados a partir do Censo Demográfico, evidenciam marcantes desigualdades socioespaciais em Fortaleza, com variações significativas de renda entre as Secretarias Executivas Regionais. Isto revela a imensa concentração de renda em determinadas áreas e níveis extremamente precários de vida em vastas regiões periféricas da cidade.

Bairros localizados nas Secretarias Executivas Regionais II e VII, na porção leste, apresentam renda média domiciliar superior a R$ 10.000,00, como o bairro Guararapes, com cerca de R$ 15.000,00. Em contraste, bairros situados nas regiões periféricas das SERs V, IX e I registram rendas médias próximas a um salário mínimo, como ocorre no bairro Genibaú, com aproximadamente R$ 1.500,00 (IPECE 2025).

Essa disparidade econômica reflete diretamente na vida urbana da cidade, onde áreas dotadas de infraestrutura consolidada coexistem com extensos territórios marcados pela precariedade no acesso a serviços básicos de saneamento, moradia, mobilidade e a equipamentos públicos de saúde e educação. Nesse contexto, estima-se que cerca de 20% da população fortalezense resida em favelas e comunidades urbanas, evidenciando que a favelização constitui um dos traços estruturantes do processo de urbanização desigual da cidade.

Tais territórios são frequentemente os mais afetados por déficits de políticas públicas e por situações de vulnerabilidade socioambiental, o que justifica a necessidade de iniciativas voltadas ao desenvolvimento da equidade territorial e ao fortalecimento do controle e participação social na avaliação, planejamento e execução das políticas públicas.

Fortaleza possui um histórico expressivo de organização comunitária, política e mobilização social. Inúmeras associações de moradores, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, cooperativas e iniciativas comunitárias atuam cotidianamente na defesa do direito à cidade e na construção de soluções locais para problemas sociais.

Essa pujança organizativa, todavia, demanda crescente qualificação técnica para aprimorar suas ações, ampliar a elaboração de projetos, fortalecer a articulação institucional e prospectar as possibilidades de captação de recursos por meio de editais e programas públicos de fomento.

A criação deste curso responde à necessidade de formar profissionais aptos a atuar em órgãos públicos, organizações da sociedade civil, associações, coletivos, fundações, projetos sociais, equipamentos comunitários e demais espaços em que o desenvolvimento comunitário se realiza como prática técnica, política e educativa.

O curso fundamenta-se em princípios de caráter humanístico, democrático e crítico, articulando educação popular, direitos humanos, cidadania participativa e desenvolvimento social. Busca-se, desse modo, formar profissionais capazes de interpretar a realidade social, identificar demandas comunitárias, promover processos participativos e contribuir para a criação de soluções coletivas inovadoras para os desafios sociais contemporâneos.

A escolha do Campus Fortaleza do Instituto Federal do Ceará como local de oferta do curso possui caráter estratégico e simbólico. Localizado no bairro Benfica, espaço historicamente marcado pela presença de instituições educacionais, intensa produção cultural e tradição de mobilização política e social, o campus constitui ambiente privilegiado para a formação de profissionais comprometidos com a participação cidadã e a transformação social.

A oferta do curso no âmbito do IFCE também se justifica pela própria

identidade institucional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cuja função social ultrapassa a formação estritamente instrumental para o mercado e se compromete com a formação humana integral, com a compreensão crítica da realidade e com o desenvolvimento local e regional.

A definição do número de vagas do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário resulta do equilíbrio entre a demanda social e a capacidade operacional do Campus Fortaleza. O contexto de desigualdades socioespaciais da cidade, a expressiva população residente em favelas e comunidades urbanas e a densa rede de associações, coletivos e organizações da sociedade civil indicam ampla demanda, tanto de potenciais estudantes quanto de espaços de atuação profissional, que sustentaria uma oferta significativa de vagas.

Esse quantitativo, contudo, foi dimensionado em coerência com a infraestrutura do campus e com a composição do corpo docente, que abrange as diferentes áreas de conhecimento que estruturam o curso, assegurando a oferta regular dos componentes por professores com formação compatível. Considerando ainda a modalidade subsequente e o horário noturno, voltados a trabalhadores, definiu-se a oferta de 30 vagas por ingresso anual, em tamanho de turma compatível com o acompanhamento pedagógico e as metodologias ativas que caracterizam a proposta, de modo que a democratização do acesso não comprometa a qualidade do processo formativo.

O curso técnico em Desenvolvimento Comunitário dialoga diretamente com a missão institucional de produzir educação pública, gratuita, socialmente referenciada e comprometida com a melhoria da vida social. Trata-se de uma proposta que converge com os princípios do Instituto Federal ao articular formação técnica, compromisso social, valorização da diversidade, defesa dos direitos humanos e fortalecimento da cidadania.

Além disso, a proposta encontra respaldo no fato de que as demandas contemporâneas do mundo do trabalho, especialmente no campo social, comunitário e das políticas públicas, vêm exigindo profissionais com capacidade de transitar entre planejamento, mobilização social, leitura de contextos, produção de

informações, mediação de grupos e acompanhamento de ações coletivas.

Não se trata apenas de executar tarefas, mas de participar qualificadamente de processos sociais que envolvem escuta, organização, sistematização, diálogo institucional e intervenção situada. O curso, nesse sentido, pretende contribuir para a formação de um profissional técnico capaz de atuar com rigor, sensibilidade social e competência operacional em contextos marcados por diversidade, conflitos, desigualdades e busca por direitos.

A escolha pela modalidade subsequente também se mostra pertinente, na medida em que amplia possibilidades formativas para estudantes que já concluíram o ensino médio e buscam qualificação técnica em uma área de forte relevância social, mas ainda pouco ofertada no campo da educação profissional pública. Essa característica permite reunir sujeitos com trajetórias diversas, experiências de trabalho, inserções comunitárias e vínculos sociais distintos, o que tende a enriquecer o processo formativo e a fortalecer o caráter dialógico do curso. Ao mesmo tempo, a oferta noturna favorece o acesso de trabalhadores e trabalhadoras, ampliando as condições de democratização da educação profissional.

Do ponto de vista pedagógico, o curso se justifica ainda por propor uma formação que não separa técnica e compromisso social. Ao contrário, parte do entendimento de que a atuação no campo do desenvolvimento comunitário exige o domínio de instrumentos concretos de trabalho, mas também capacidade de análise, posicionamento ético, compreensão das desigualdades e reconhecimento dos sujeitos coletivos como protagonistas de sua própria história. Por essa razão, a proposta curricular foi concebida para articular fundamentos teóricos, leitura crítica da realidade, análise de dados, atividades de campo e elaboração de projetos de intervenção, buscando assegurar uma formação tecnicamente qualificada e socialmente implicada.

Assim, a criação do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário se justifica pela convergência entre três dimensões centrais: a relevância social da formação diante da realidade de Fortaleza e de sua região de abrangência; a

coerência institucional da proposta com a missão, os princípios e as finalidades do IFCE; e a necessidade de formação de profissionais capazes de atuar, de modo técnico e crítico, em processos de organização comunitária, participação social e promoção de direitos. Trata-se, portanto, de uma oferta formativa que se insere de maneira consistente no papel público do Instituto e responde, com pertinência, a demandas concretas da sociedade.

## 5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Desenvolvimento Comunitário do IFCE Campus Fortaleza, foram consideradas as normativas legais nacionais e institucionais que regulamentam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a saber:

### *5.1. Normativas Nacionais*

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da LDB relativos à Educação Profissional e Tecnológica.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, que institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).
- Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Transforma o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em Política Nacional de Assistência Estudantil, ampliando e garantindo as condições de permanência dos estudantes na Educação Superior e Profissional e Tecnológica Pública Federal.
- Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025. Regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645/2023 e institui o Sistema Nacional de Avaliação da

*5.2 Temas Transversais e Legislação Complementar*

- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que inclui conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Trata do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude.

*5.3 Normativas Institucionais do IFCE*

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028
- Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI)
- Regulamento da Organização Didática (ROD)
- Resolução CONSUP/IFCE nº 141, de 27 de setembro de 2023, aprova

o Manual de Normatização de Projetos Pedagógicos de Cursos dos cursos do IFCE

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.
- Regulamentação das Atividades Docentes (RAD);
- Regulamento dos Procedimentos para Identificação, Acompanhamento e Realização do Plano Educacional Individualizado de Acessibilidade Curricular (PEI-AC);
- Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação;
- Regulamento que normatiza a Prática Profissional Supervisionada (PPS) da educação profissional técnica de nível médio e dos cursos de especialização técnica de nível médio;
- Política de Assistência Estudantil do IFCE.
- Regulamento dos Auxílios Estudantis do IFCE, disciplinando a concessão, acompanhamento e prestação de contas dos auxílios destinados aos estudantes.
- Regulamento que trata do funcionamento e das atribuições do Núcleo de

Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- Regimento Interno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
- Regulamento dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS)

## 6. OBJETIVOS DO CURSO

### *6.1. Objetivo Geral*

- Formar técnicos capazes de atuar na organização, mobilização e fortalecimento de comunidades, por meio da articulação de atores sociais e da elaboração, execução e avaliação de políticas, projetos e programas sociais e comunitários, incorporando o uso responsável, crítico e ético de TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) contemporâneas para promoção do desenvolvimento territorial sustentável, participativo e democrático.

### *6.2. Objetivos Específicos*

- Desenvolver habilidades de diagnóstico socioterritorial, elaboração de projetos sociais, mobilização comunitária, articulação de políticas públicas e avaliação de programas sociais;
- Organizar grupos de interesse em comunidades, promovendo ações de integração e articulação temáticas de cultura, educação, esporte, lazer, meio ambiente, saúde, turismo, emprego e renda, conforme estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- Interpretar dados territoriais, informações de serviços públicos e editais de políticas públicas, elaborando projetos sociais tecnicamente qualificados utilizando as TDIC´s como ferramentas auxiliares de diagnóstico territorial, planejamento comunitário e análise de dados sociais;
- Desenvolver o empreendedorismo social, a economia solidária, o associativismo, o cooperativismo e a gestão de iniciativas sociais, potencializando o desenvolvimento territorial, o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda na comunidade;
- Dialogar com os saberes e experiências dos estudantes, integrando conhecimentos práticos e teóricos na construção de uma formação crítica, transformadora e contextualizada com a realidade comunitária;

- Aplicar técnicas de diagnóstico participativo, planejamento social e avaliação de políticas públicas, fundamentadas nos princípios da educação popular e dos direitos humanos, considerando a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e territorial;
- Possibilitar o desenvolvimento de lideranças comunitárias, capacitando para a mediação de conflitos, comunicação comunitária e mobilização social;
- Organizar ações educativas, formativas e campanhas socioeducativas voltadas à conscientização e mobilização comunitária em temas de interesse coletivo;
- Incentivar a preservação das memórias, dos saberes tradicionais e identidades locais, fortalecendo as expressões culturais comunitárias;
- Desenvolver capacidade de resposta a situações imprevistas, construindo soluções criativas e contextualizadas às demandas comunitárias.
- Promover a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual no trabalho comunitário, instrumentalizando o estudante para identificar, prevenir e enfrentar discriminações e violências contra mulheres e pessoas LGBTI+ nos territórios e nas políticas públicas.

## 7. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário ocorrerá por meio de processo seletivo público, regulamentado por edital específico publicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino ou setor competente.

O edital estabelecerá o número de vagas ofertadas, os critérios de classificação, os procedimentos de inscrição, seleção e matrícula, bem como a reserva de vagas em conformidade com a legislação de ações afirmativas prevista na Lei nº 12.711/2012 e demais normativas institucionais vigentes.

Outras formas de ingresso poderão ocorrer por meio de transferência, reingresso ou outras modalidades previstas no Regulamento da Organização Didática do IFCE.

## 8. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Técnico em Desenvolvimento Comunitário poderá atuar em diferentes espaços institucionais e sociais vinculados à promoção do desenvolvimento social, à mobilização comunitária e à implementação de políticas públicas, especialmente em iniciativas voltadas à organização comunitária, participação social e fortalecimento da cidadania. Entre os principais espaços de atuação profissional destacam-se:

- Organizações da Sociedade Civil (OSC): organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias, institutos, fundações, coletivos culturais e outras iniciativas da sociedade civil.
- Equipamentos da Política de Assistência Social: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros serviços socioassistenciais.
- Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas, centros culturais, equipamentos de esporte e lazer e programas sociais vinculados a políticas públicas setoriais.
- Movimentos sociais e iniciativas comunitárias: movimentos de luta por moradia, direito à cidade, economia solidária, cultura comunitária e outras formas de organização social.
- Cooperativas e empreendimentos de economia solidária: iniciativas produtivas coletivas, associações de trabalhadores e empreendimentos comunitários.
- Órgãos da administração pública: prefeituras, secretarias municipais e estaduais e outros órgãos governamentais, em atividades de planejamento, execução e acompanhamento de programas sociais.
- Conselhos de direitos e de políticas públicas: apoio técnico à participação social e à articulação entre sociedade civil e poder público.
- Instituições educacionais: participação em projetos de extensão, educação comunitária e iniciativas de desenvolvimento local.
- Empresas privadas: atuação em projetos de responsabilidade social,

desenvolvimento territorial e iniciativas de impacto social

## 9. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O egresso do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário é um profissional habilitado para atuar na organização, mobilização e fortalecimento de comunidades, contribuindo para a promoção da participação social, da cidadania e do desenvolvimento comunitário. Sua atuação envolve a articulação entre organizações da sociedade civil, comunidades e instituições públicas, colaborando para a elaboração, implementação e acompanhamento de iniciativas voltadas ao desenvolvimento social.

Espera-se que o egresso reúna, para além das aptidões específicas da área de atuação, senso crítico e propositivo, comprometido com a consolidação dos direitos humanos e atento à mitigação das situações de discriminação e violência contra mulheres, pessoas LGBTI+ e demais grupos minoritários, atuando como agente de promoção da equidade e do respeito às diferenças nos territórios em que intervém.

De acordo com o perfil profissional estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Desenvolvimento Comunitário será habilitado para:

- Organizar grupos de interesse em comunidades.
- Promover ações de integração da comunidade e de aproximação positiva entre diferentes atores sociais.
- Articular temáticas relacionadas à cultura, educação, esporte, lazer, meio ambiente, saúde, turismo, trabalho e renda.
- Identificar potencialidades, necessidades, demandas sociais, riscos e ameaças às condições de vida locais.
- Interpretar informações geradas a partir de dados coletados no território e em serviços públicos e instituições acadêmicas.
- Elaborar projetos e programas sociais e comunitários.
- Desenvolver ações voltadas ao fortalecimento de lideranças comunitárias.
- Executar campanhas socioeducativas voltadas à mobilização social e à promoção da cidadania.

Para o exercício dessas atividades profissionais, o egresso deverá desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados a:

- Competências técnicas;
- Articulação de atores sociais e fortalecimento da atuação em rede entre organizações públicas e privadas;
- Valorização de memórias, identidades locais e expressões culturais comunitárias;
- Associativismo, cooperativismo, economia solidária e práticas de democracia participativa;
- Acesso, interpretação e manejo de informações de interesse comunitário;
- Elaboração, execução e acompanhamento de projetos e programas sociais;
- Gestão de iniciativas comunitárias e articulação com políticas públicas;
- Competências socioemocionais;
- Capacidade de lidar com imprevistos e construir soluções para demandas comunitárias;
- Habilidade de mediação de conflitos e exercício da liderança comunitária;
- Proatividade, criatividade, resiliência, flexibilidade e capacidade de diálogo.

## 10. METODOLOGIA

A criação de um curso envolve um processo de elaboração intelectual, pedagógica e institucional que articula diferentes saberes, matrizes teóricas e finalidades formativas. Há, nesse movimento, uma dimensão de criação que não pode ser ignorada, na medida em que organizar saberes e delinear percursos educativos implica definir modos de interpretar o mundo e de formar sujeitos capazes de atuar sobre a realidade de maneira crítica, ética e socialmente responsável.

Desenhar um curso técnico em Desenvolvimento Comunitário, nesse contexto, não é apenas estruturar uma matriz curricular, mas conceber um percurso formativo que dialogue com as condições concretas de vida nas cidades brasileiras e em especial Fortaleza, capital do Ceará. Trata-se de pensar uma formação que faça sentido para sujeitos inseridos em dinâmicas sociais marcadas por desigualdades, mas também por formas de organização coletiva, resistência e produção de alternativas no âmbito das políticas públicas e desenvolvimento das comunidades. Nesse sentido, o curso orienta-se pela formação de profissionais capazes de compreender essas dinâmicas e de intervir nelas de maneira qualificada.

A elaboração de uma proposta dessa natureza exige, evidentemente, rigor técnico e alinhamento às normativas da Educação Profissional e Tecnológica. Mas é necessário também sensibilidade intelectual, consciência social e compromisso político com a redução das desigualdades.

A organização metodológica apoia-se em três pilares formativos: o paradigma da complexidade, a perspectiva transdisciplinar e os princípios da educação popular. Esses eixos não aparecem como referências abstratas, mas como orientadores concretos do modo como o curso compreende a realidade social, organiza seus conteúdos e define suas práticas pedagógicas.

No que se refere ao paradigma da complexidade, inspirado nas contribuições de Edgar Morin (2002a; 2002b), parte-se da compreensão de que a realidade social não se apresenta de forma linear ou meramente segmentável. Trata-se de um tecido de relações, processos, acasos e determinações que se entrelaçam, muitas vezes de maneira contraditória.

Como afirma Morin, “o objetivo do método [...] é ajudar a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas” (MORIN, 2002b, p. 35-36). Essa perspectiva implica recusar explicações simplificadoras e assumir que compreender a realidade social exige lidar com incertezas, tensões e múltiplas dimensões simultaneamente.

É nesse ponto que a transdisciplinaridade se torna necessária, como uma exigência colocada pela própria natureza dos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais com os quais o curso se propõe a trabalhar. O processo formativo integra contribuições das ciências humanas e sociais, da reflexão filosófica e política, da análise territorial, das políticas públicas e também das linguagens culturais. Ao mesmo tempo, incorpora o uso de tecnologias digitais e ferramentas de inteligência artificial, não como um fim em si, mas como instrumentos que ampliam as possibilidades de leitura, organização e interpretação de informações sociais.

A dimensão pedagógica da proposta encontra na educação popular, especialmente em Paulo Freire (1996), um referencial central. A ideia de educação como prática voltada à leitura crítica do mundo orienta a forma como se compreende o processo educativo neste curso, que busca criar condições para que os estudantes problematizem a realidade comunitária que atuam. Como destaca Freire, “respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade [...] como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 47). Isso significa reconhecer que os sujeitos chegam ao curso com saberes trazidos em suas experiências e que esses saberes não apenas devem ser considerados, mas são imprescindíveis para a invenção do conhecimento.

A organização do curso busca manter esse diálogo permanente entre diferentes formas de saberes. Mobiliza referenciais teóricos, técnicos e artísticos consolidados, e também se abre para os conhecimentos produzidos nas práticas sociais e comunitárias. A realidade social é compreendida como uma construção política e cultural, um processo histórico, dinâmico e passível de intervenção, o que exige tanto capacidade analítica quanto sensibilidade para lidar com contextos reais. A essas dimensões soma-se a perspectiva da participação democrática, entendendo o desenvolvimento comunitário como um processo cooperativo e coletivo que envolve organização social, disputa de sentidos e proposição de alternativas.

As atividades de ensino serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura e discussão de textos, estudos dirigidos, seminários, oficinas, análise de situações-problema, produção de relatórios, elaboração de diagnósticos, uso orientado de tecnologias digitais e atividades de campo. Essa diversidade de procedimentos busca assegurar o desenvolvimento de capacidades de observação, interpretação, planejamento, registro, sistematização e intervenção, indispensáveis à atuação do técnico em Desenvolvimento Comunitário.

A pesquisa e a extensão integram o Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário como dimensões formativas indissociáveis do ensino. A pesquisa é inserida a partir da concepção da investigação como princípio educativo, articulada aos componentes voltados à metodologia, ao diagnóstico social e à leitura de dados territoriais, mobilizando a formulação de problemas, o levantamento e a interpretação de indicadores sociais, a elaboração de diagnósticos sociocomunitários e a sistematização de informações de interesse das comunidades, além do incentivo à participação em atividades de iniciação científica conforme os programas e editais institucionais.

A extensão, por sua vez, orienta-se pela concepção dialógica de troca de saberes e materializa-se em projetos e programas que articulam o curso a comunidades, movimentos sociais, conselhos, coletivos, associações, cooperativas e instituições públicas, mobilizando ações de educação comunitária, mobilização social, comunicação popular, promoção de direitos e economia solidária,

sustentadas em metodologias participativas e na perspectiva da educação popular.

Essas atividades articulam-se de modo estreito às práticas profissionais e à vivência profissional, compondo o eixo prático-formativo do curso, na medida em que as experiências de campo, os diagnósticos e os projetos de intervenção funcionam simultaneamente como espaços de investigação da realidade e de atuação extensionista, permitindo ao estudante converter a vivência em conhecimento sistematizado e o conhecimento em ação qualificada.

Considerando o perfil do curso, a metodologia dará centralidade à interpretação da realidade social. Os conteúdos estudados em sala de aula deverão manter vínculo constante com processos sociais reais, com as dinâmicas das políticas públicas, com os modos de organização coletiva e com os problemas vividos nos diferentes contextos comunitários. Sempre que pertinente, os componentes curriculares se apoiarão em dados sociais, documentos institucionais, indicadores públicos, experiências comunitárias, estudos de caso e situações observadas em territórios e equipamentos sociais, de modo a permitir que o estudante desenvolva uma leitura tecnicamente fundamentada e socialmente situada.

A organização metodológica também buscará assegurar a articulação entre os componentes curriculares do curso. Pretende-se favorecer aproximações temáticas e operativas entre os diferentes saberes mobilizados na formação, de modo que os estudantes possam perceber as conexões entre fundamentos sociológicos, leitura política da realidade, direitos humanos, políticas públicas, comunicação, análise de dados, planejamento social e elaboração de projetos. Essa integração é especialmente importante em um curso cuja identidade formativa se constrói precisamente na capacidade de relacionar compreensão social e atuação técnica.

As tecnologias digitais da informação e comunicação serão incorporadas como instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem e ao próprio exercício profissional. Seu uso será para organização de informações, produção de registros, leitura de indicadores, sistematização de diagnósticos e elaboração de

propostas de intervenção.

A formação será desenvolvida com valorização da participação discente e do trabalho coletivo. O estudante será tomado como sujeito do processo formativo, chamado a elaborar questões, interpretar problemas, construir análises, realizar investigações e participar da formulação de respostas técnicas a demandas sociais reais.

O curso está estruturado em dois ciclos formativos articulados em um mesmo processo. Os componentes curriculares são desenvolvidos de forma integrada e dialogam entre si, evitando uma fragmentação excessiva dos conhecimentos.

O primeiro ciclo, denominado Fundamentos para a leitura da realidade social, concentra-se na construção de bases teóricas e metodológicas. Nesse momento, os estudantes entram em contato com temas como ética, cidadania, direitos humanos, história social, análise territorial e políticas públicas.

Concomitantemente, desenvolvem habilidades relacionadas à leitura de documentos institucionais, à elaboração de projetos e ao uso de ferramentas de análise de dados. Trata-se de um momento de construção de repertório e de instrumentos de leitura da realidade. Ao final desse ciclo, poderá ser concedida certificação intermediária correspondente à qualificação de Agente de Ação Social.

O segundo ciclo, intitulado Atuação, políticas públicas e transformação comunitária, desloca o foco para a aplicação dos conhecimentos em situações cotidianas da vida comunitária. Os estudantes passam a trabalhar de forma mais direta com processos de mobilização comunitária, comunicação social e elaboração de projetos. Há também um aprofundamento nas políticas públicas setoriais e nas dinâmicas institucionais que atravessam a ação social. O percurso culmina na elaboração de projetos de intervenção comunitária, desenvolvidos no âmbito do Projeto Integrador como prática profissional supervisionada.

A avaliação da aprendizagem é concebida como parte do processo formativo. Assume caráter diagnóstico e processual, sendo realizada por meio de

diferentes instrumentos, como relatórios, produções analíticas, seminários e projetos. Busca-se, com isso, acompanhar o desenvolvimento das competências previstas no perfil profissional de forma contínua.

Compreendida como parte integrante do processo formativo, a recuperação da aprendizagem no Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário assume caráter contínuo e processual, voltando-se à superação das dificuldades identificadas ao longo do percurso e à garantia de condições efetivas de permanência, aprendizagem e êxito. Na recuperação da aprendizagem, serão disponibilizadas aos discentes diferentes oportunidades de revisão dos conhecimentos trabalhados em sala de aula, organizadas a partir do acompanhamento diagnóstico e processual da turma e das necessidades reais dos estudantes.

Essas oportunidades de revisão contam com a disponibilidade e a flexibilidade do corpo docente. Os professores se comprometem a retomar, sempre que necessário, os conteúdos e as competências que não tenham sido suficientemente apropriados pelos estudantes, oferecendo novas explicações, materiais complementares e atividades de reforço. A recuperação implica a disposição do docente para rever criticamente sua própria prática pedagógica, ajustando metodologias, recursos e estratégias de mediação à luz das dificuldades observadas, de modo que a responsabilidade pela aprendizagem seja compreendida como compartilhada e o ensino se reorganize em função das demandas reais da turma.

A essas ações poderão somar-se outras estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades identificadas e com as possibilidades do campus, tais como atividades de nivelamento, acompanhamento individualizado, grupos de estudo e iniciativas articuladas às ações de acompanhamento pedagógico e psicossocial e às políticas de assistência estudantil. Em todos os casos, observar-se-ão as normas institucionais do IFCE relativas à frequência, ao aproveitamento acadêmico, aos registros de desempenho, à recuperação e à progressão do estudante, conforme disciplinado no Regulamento da Organização Didática, de modo que a recuperação da aprendizagem se efetive como

compromisso institucional com a formação integral e com o êxito do estudante ao longo do curso.

O Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário assume o compromisso com a inclusão e a acessibilidade como dimensão indissociável de seu projeto formativo, em consonância com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), o Decreto nº 7.611/2011, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais.

O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável por mediar a identificação das demandas, o planejamento das ações e o acompanhamento dos estudantes ao longo do curso, está em diálogo permanente com os docentes, com a coordenação do curso e com os setores de apoio pedagógico e psicossocial do campus. As condições de acessibilidade pedagógica aqui descritas articulam-se às ações de atendimento educacional e de acompanhamento inclusivo detalhadas na seção referente ao apoio ao discente, desenvolvidas em conjunto com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva, usuários da Língua Brasileira de Sinais, assegura-se, sempre que necessário e de forma institucionalmente viável, a atuação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILS) nas aulas, seminários, práticas profissionais e processos avaliativos.

Aos estudantes cegos ou com baixa visão, prevê-se o recurso à descrição de imagens, gráficos, esquemas, mapas e demais elementos visuais, bem como a audiodescrição de recursos audiovisuais, de modo a garantir o acesso à informação veiculada por meio não textual, recurso especialmente relevante em um curso que mobiliza mapas territoriais, diagnósticos comunitários e representações gráficas de dados sociais.

Nessa mesma direção, o curso buscará disponibilizar os materiais didáticos em formatos acessíveis, contemplando textos em Braille, materiais com fonte ampliada e alto contraste, documentos em formato digital compatível com leitores de

tela, materiais táteis e demais adaptações pertinentes, com o suporte da Sala Braille e da infraestrutura de acessibilidade do campus.

Compreende-se também a adoção de flexibilizações didáticas e avaliativas compatíveis com as necessidades de cada estudante, tais como a concessão de tempo adicional, a diversificação de instrumentos avaliativos, a adequação de metodologias e a organização de estratégias de acompanhamento da aprendizagem, sem prejuízo dos objetivos formativos e do perfil profissional do egresso.

Tais ações desenvolvem-se de forma permanente e processual, orientadas pelos princípios do desenho universal para a aprendizagem e pela perspectiva da educação inclusiva, e integram-se aos mecanismos de acompanhamento e revisão do projeto pedagógico do curso, assegurando que a acessibilidade seja tratada como condição estruturante da formação ofertada.

No Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, ofertado na modalidade subsequente, os temas transversais obrigatórios assumem uma posição singular. A formação volta-se diretamente para a intervenção qualificada na realidade social, comunitária e territorial. Por essa razão, as questões étnico-raciais, de direitos humanos, ambientais e de empreendedorismo e inovação são conteúdos estruturantes do próprio exercício profissional do técnico que se pretende formar.

Tratando-se de estudantes que já concluíram a educação básica, em geral jovens e adultos, muitos deles já inseridos no mundo do trabalho e em territórios comunitários concretos, a abordagem desses temas parte de seus saberes e experiências prévias, numa perspectiva de educação dialógica e problematizadora, articulando-se à indissociabilidade entre teoria e prática: os temas são mobilizados como ferramentas de leitura crítica da realidade e de planejamento da ação comunitária, atravessando os componentes curriculares, os estágios e as práticas profissionais supervisionadas.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais, amparada na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008, regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 01/2004 e pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004, será trabalhada de modo articulado aos

componentes voltados à realidade social, à organização comunitária e às políticas públicas, capacitando o futuro técnico a reconhecer as desigualdades raciais como dimensão estruturante das vulnerabilidades sociais e a planejar intervenções comprometidas com a equidade, com o suporte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no fomento às formações, projetos e diálogos com movimentos sociais e comunidades tradicionais.

A Educação em Direitos Humanos, orientada pelas Diretrizes Nacionais estabelecidas na Resolução CNE/CP nº 01/2012 e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, constitui o próprio horizonte ético-político da profissão, já que o trabalho comunitário tem como finalidade a promoção da dignidade, a garantia de direitos e o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos sujeitos e coletividades. Sua abordagem articula o estudo dos marcos normativos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Constituição Federal de 1988, passando pelos sistemas de garantia de direitos, como a assistência social, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, à prática de identificação e enfrentamento de violações no território, em diálogo com a formação para a atuação em rede, com as políticas de inclusão coordenadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) e com o enfrentamento das diversas formas de violência, discriminação e desigualdade que incidem sobre as comunidades.

A Educação Ambiental é trabalhada no Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário em conformidade com a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com o Decreto nº 4.281/2002 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 02/2012, normativas que lhe conferem caráter permanente, integrado e transversal. Coerente com a vocação social e comunitária do curso, adota-se uma concepção crítica de Educação Ambiental, que ultrapassa a perspectiva estritamente naturalista ou conservacionista e compreende a questão ambiental como indissociável da questão social: a crise ambiental contemporânea é lida a partir das relações entre os modos

de produção e consumo, as desigualdades e os conflitos socioambientais, tomando-se a justiça ambiental e a sustentabilidade como condições para a melhoria efetiva das condições de vida das populações, sobretudo as mais vulnerabilizadas, que sofrem de forma desproporcional os efeitos da degradação ambiental e das mudanças climáticas.

Como tema transversal, a Educação Ambiental atravessa o conjunto do percurso formativo, sendo mobilizada nos diferentes componentes curriculares conforme suas pertinências, especialmente naqueles voltados à leitura do território, ao diagnóstico social, às políticas públicas e à organização comunitária. Essa transversalidade assegura que a dimensão ambiental não seja tratada de modo isolado, mas integrada à compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que constituem o campo de atuação do técnico em desenvolvimento comunitário, habilitando-o a incorporar a perspectiva socioambiental ao planejamento e à mobilização das comunidades.

Para tanto, recorre-se a metodologias ativas e participativas, aulas expositivas dialogadas, seminários, demonstrações, elaboração de projetos, vivências e visitas técnicas a espaços de agricultura urbana e periurbana e a experiências sustentáveis e participativas na Região Metropolitana de Fortaleza, de modo que o estudante não apenas compreenda criticamente a crise ambiental, mas seja capaz de mobilizar e organizar, junto às comunidades, iniciativas permaculturais, agroecológicas e de promoção da soberania alimentar.

O Empreendedorismo e a Inovação, em diálogo com a missão da Rede Federal de articular educação profissional, ciência, tecnologia e desenvolvimento local e com o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), assumem neste curso, de modo privilegiado, suas dimensões social, solidária e cooperativa, tratando-se menos do empreendedorismo individual de mercado do que da capacidade de mobilizar pessoas, recursos e saberes para gerar soluções coletivas e sustentáveis para os problemas comunitários. Serão contemplados, assim, a economia solidária, o cooperativismo, os arranjos produtivos locais, a geração de trabalho e renda em bases associativas e as tecnologias sociais, sendo a inovação trabalhada como atitude investigativa e criativa diante dos desafios do

território, por meio de metodologias ativas, aprendizagem baseada em projetos e práticas profissionais que estimulam o protagonismo do estudante e o vínculo concreto com as demandas das comunidades.

Por se tratar de curso ofertado no turno noturno, na forma presencial, o Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário prevê o desenvolvimento de atividades não presenciais como mecanismo de complementação da carga horária dos componentes curriculares em horas-relógio, em conformidade com a Instrução Normativa nº 05/2022 do IFCE que dispõe sobre os procedimentos para o cumprimento da carga horária das aulas em horas-relógio pelos componentes curriculares dos cursos técnicos e de graduação ofertados no turno noturno, na forma presencial.

A carga horária destinada às atividades não presenciais é indicada em cada componente curricular, conforme registrado em seu respectivo programa de unidade didática, e é planejada de modo integrado aos objetivos, conteúdos e metodologias do componente. Tais atividades são propostas, orientadas e acompanhadas pelo docente responsável, que define previamente os objetivos, as tarefas, os prazos e os critérios de realização, assegurando sua articulação com o trabalho desenvolvido em sala de aula e seu caráter formativo. Dessa forma, as atividades não presenciais ampliam o tempo de estudo e de elaboração do estudante sem prejuízo da mediação pedagógica, preservando o vínculo entre o que se realiza de forma autônoma e o que se constrói coletivamente nos encontros presenciais.

As atividades não presenciais poderão contemplar a leitura orientada de textos, a análise de documentos, a elaboração de fichamentos, resenhas e sínteses analíticas, a pesquisa sobre experiências organizativas e dados de interesse comunitário, o planejamento e a preparação de trabalhos individuais e em grupo, bem como a participação em fóruns e atividades disponibilizadas em ambiente virtual de aprendizagem.

O ambiente virtual de aprendizagem e os demais recursos digitais funcionam como suporte para a disponibilização de materiais, orientações e atividades, para a interação entre docentes e estudantes e para o registro e o acompanhamento das

tarefas realizadas, em atenção também às condições de acesso dos estudantes, sobretudo daqueles trabalhadores que constituem parte significativa do público da modalidade subsequente.

As atividades não presenciais integram-se ao processo de avaliação da aprendizagem, assumindo caráter contínuo, processual e formativo, e são objeto de registro e de devolutiva por parte do docente, considerando-se a participação do estudante, a qualidade das produções e sua articulação com os conteúdos e as competências previstas no componente.

Comprometido com a formação integral dos estudantes, o Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário compreende a cultura, a arte, o esporte e o lazer como direitos e como elementos formativos indissociáveis da formação humana e cidadã. Essa compreensão é coerente com o próprio perfil do curso, que articula em seu currículo componentes voltados às expressões artísticas e às políticas de cultura, turismo, esporte e lazer, reconhecendo tais dimensões como campos legítimos de atuação profissional e de mobilização comunitária. Por essa razão, o curso prevê e incentiva a participação dos estudantes nas atividades artístico-culturais e desportivas ofertadas pelo Campus Fortaleza.

Entre essas atividades, destaca-se a Semana Esportiva e Cultural (SEC), evento anual de caráter inter e multidisciplinar que promove o congraçamento esportivo, social e cultural entre estudantes, servidores e comunidade externa, e que reúne uma ampla programação artística, científica e esportiva, incluindo a Mostra Interdisciplinar Juventude, Arte e Ciência (JAC), IF Responsabilidade Social e os Jogos do Ensino Técnico (JETEC). Soma-se a ela o programa de extensão CAEF em Movimento, vinculado à Coordenadoria da Área da Educação Física, que oferece regularmente diversas modalidades e práticas esportivas à comunidade acadêmica e externa, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer e promovendo a qualidade de vida e a participação social.

Como forma de ampliar e qualificar essa dimensão formativa, os estudantes poderão cursar componente curricular optativo da área de Educação Física aprofundando o contato com práticas corporais, esportivas e coletivas. O curso

aproxima-se, ainda, dos grupos artísticos e culturais consolidados no campus, com destaque para o Grupo Miraira, com mais de quatro décadas de atuação, que toma o legado ancestral como prática educativa em arte, difundindo a cultura popular e os saberes tradicionais por meio da música e da dança e promovendo o estudo e a valorização do patrimônio imaterial brasileiro, com ênfase nas tradições populares e na cultura afrodescendente.

Ademais, os estudantes podem participar de grupos consolidados, como o Coral do IFCE, e de cursos de extensão de práticas de instrumentos musicais. A aproximação com iniciativas dessa natureza enriquece a formação ao articular cultura popular, memória, identidade e território, dimensões centrais da ação comunitária.

A Prática Profissional Supervisionada constitui dimensão específica, que não se confunde com a carga horária prática das disciplinas. A PPS concentra-se integralmente no Projeto Integrador, componente ofertado no Ciclo II, no qual o estudante reúne e aplica, de forma articulada, os conhecimentos construídos ao longo do curso, mediante a elaboração e a devolutiva, à comunidade, de um projeto de desenvolvimento comunitário em situação real ou simulada de trabalho. É o momento em que o conjunto das práticas desenvolvidas nos componentes converge em um produto técnico de síntese, garantido a todos os estudantes por se tratar de componente curricular obrigatório.

O estágio supervisionado não obrigatório oferece, de forma opcional e complementar, a vivência em ambiente real de trabalho compatível com o perfil do egresso. De caráter facultativo e formativo, o estágio é externo à matriz curricular: não integra a carga horária total do curso nem substitui a Prática Profissional Supervisionada, configurando-se como oportunidade adicional de aprofundamento da experiência profissional para os estudantes que optarem por realizá-lo. A organização, o acompanhamento e a avaliação da Prática Profissional Supervisionada e do estágio supervisionado não obrigatório são detalhados em seção específica deste Projeto Pedagógico.

O curso está em consonância com o Referencial para Desenvolvimento e

Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação, do Ministério da Educação (MEC), e com as diretrizes institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), expressas em seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

## 11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário encontra-se representada na matriz curricular apresentada a seguir, a qual sintetiza a progressão pedagógica entre os componentes curriculares e os ciclos formativos que estruturam o curso.

O percurso formativo está organizado em dois ciclos sucessivos, correspondentes a etapas formativas complementares. Em cada ciclo, os componentes curriculares são ofertados de forma articulada e concomitante, de modo a favorecer a integração entre fundamentos teóricos, análise da realidade socioeconômica e desenvolvimento de competências técnicas relacionadas ao diagnóstico territorial, à mobilização comunitária e à elaboração de projetos sociais.

Essa organização curricular permite a construção progressiva das competências profissionais previstas no perfil do egresso, conduzindo o estudante da interpretação crítica da realidade social à intervenção qualificada em processos de desenvolvimento comunitário. Ao final do ciclo formativo Ciclo I - Fundamentos para a leitura da realidade social, correspondente ao conjunto de componentes curriculares voltados à interpretação e ao diagnóstico social, o estudante poderá obter certificação intermediária de Agente de Ação Social, conforme previsto para cursos de educação profissional técnica de nível médio organizados em etapas com terminalidade profissional.

O segundo ciclo formativo, Ciclo II - Atuação, políticas públicas e transformação comunitária, aprofunda a dimensão aplicada da formação, com ênfase no estudo das políticas públicas, na mobilização comunitária e na elaboração de projetos de desenvolvimento comunitário, consolidando as competências necessárias ao exercício profissional do Técnico em Desenvolvimento Comunitário, conforme Quadro 1:

**Quadro 1 - Carga horária total por Ciclo Formativo que integra a matriz curricular**

| CICLOS FORMATIVOS | CARGA HORÁRIA |
|---|---|
| Ciclo I: Fundamentos para a leitura da realidade social | 400 h |
| Ciclo II: Atuação, políticas públicas e transformação comunitária | 400 h |
| **Total** | 800 h |

Fonte: elaboração própria.

### *11.1. Matriz Curricular*

A apresentação dos componentes curriculares que integram os Ciclos Formativos e as suas respectivas cargas horárias totais está pormenorizada no Quadro 2.

**QUADRO 2 - Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Desenvolvimento Comunitário**

| **Matriz Curricular do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário** | | |
|---|---|---|
| **Ciclo I: Fundamentos para a leitura da realidade social** | **Componentes Curriculares** | **Carga horária** |
| | Fundamentos de ética, filosofia política, Estado, cidadania e democracia | 80h |
| | Direitos humanos e análise de dados socioeconômicos | 40h |
| | História social, geografia urbana e desenvolvimento territorial | 80h |
| | Movimentos sociais, associativismo e o ciclo de políticas públicas | 40h |
| | Metodologias pedagógicas e educação popular | 40h |
| | Língua portuguesa: leitura de editais e escrita de projetos | 40h |
| | Laboratório: informática básica e IA aplicada ao desenvolvimento comunitário | 80h |
| **Carga horária Ciclo I: Fundamentos para a leitura da realidade social** | | 400 h |
| **Formação Intermediária: Agente de ação social** | | |

| | Componentes Curriculares | Carga horária |
|---|---|---|
| **Ciclo II: Atuação, políticas públicas e transformação comunitária** | Expressões artísticas para o desenvolvimento comunitário | 40h |
| | Comunicação e mobilização comunitária | 40h |
| | Meio ambiente e sustentabilidade | 40h |
| | Políticas de saúde (SUS), assistência social (SUAS) e acessibilidade | 80h |
| | Políticas de cultura, turismo, esporte, lazer, trabalho, emprego e renda | 80h |
| | Economia solidária, economia criativa e empreendedorismo social | 40h |
| | Direitos da Mulher, Diversidade, Racismo e Prevenção à Violência de Gênero | 40h |
| | Projeto Integrador - PPS Elaboração de projetos de desenvolvimento comunitário | 40 h |
| **Carga horária Ciclo II: Atuação, políticas públicas e transformação comunitária** | | 400h |
| **Total de Carga Horária Obrigatória para Certificação Técnica** | | 800 h |
| **Carga Horária do Estágio Supervisionado não Obrigatório** | | |
| **Carga Horária da Prática Profissional Supervisionada** | | 40 h |
| **Total de Carga Horária com Estágio não Obrigatório** | | 800 h |

Fonte: elaboração própria.

Além da apresentação da matriz curricular por Ciclos Formativos, apresenta-se a matriz curricular especificando os componentes curriculares previstos para cada semestre, os respectivos números de créditos, as cargas horárias totais e o detalhamento das cargas horárias em teóricas, práticas e de Prática Profissional Supervisionada (PPS), quando for o caso (Quadro 3):

**Quadro 3 – Disciplinas obrigatórias por semestre e detalhamento das cargas horárias**

| CICLOS FORMATIVOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **CICLOS** | **COMPONENTE CURRICULAR** | CRÉDITOS | CARGA HORÁRIA | | | |
| | | | Teórica | Prática | PPS | Total |
| **Ciclo I:**<br><br>**Fundamentos para a leitura da realidade social** | Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia | 04 | 80h | 0 | 0 | 80h |
| | Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos | 02 | 24h | 16h | 0 | 40h |
| | História Social, Geografia Urbana, Desenvolvimento Territorial | 04 | 68h | 12h | 0 | 80h |
| | Movimentos Sociais, associativismo e o ciclo de políticas públicas | 02 | 28h | 12h | 0 | 40h |
| | Metodologias Pedagógicas e Educação Popular | 02 | 28h | 12h | 0 | 40h |
| | Língua Portuguesa: Leitura de Editais e escrita de projetos | 02 | 28h | 12h | 0 | 40h |
| | Laboratório: Informática Básica e IA Aplicada ao desenvolvimento comunitário | 04 | 20h | 60h | 0 | 80h |
| Carga horária do Ciclo I: Fundamentos para a leitura da realidade social | | 20 | 276h | 124h | 0 | 400h |
| **Ciclo II:**<br><br>**Atuação, políticas públicas e transformação comunitária** | **COMPONENTE CURRICULAR** | CRÉDITOS | CARGA HORÁRIA | | | |
| | | | Teórica | Prática | PPS | Total |
| | Expressões Artísticas para o Desenvolvimento Comunitário | 02 | 20h | 20h | 0 | 40h |
| | Comunicação e Mobilização Comunitária | 02 | 20h | 20h | 0 | 40h |
| | Meio Ambiente e Sustentabilidade | 02 | 28h | 12h | 0 | 40h |
| | Políticas de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e Acessibilidade | 04 | 50h | 30h | 0 | 80h |
| | Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Trabalho, Emprego e Renda | 04 | 68h | 12h | 0 | 80h |
| | Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social | 02 | 24h | 16h | 0 | 40h |
| | Direitos da Mulher, Diversidade, Racismo e Prevenção à Violência de Gênero | 02 | 28h | 12h | 0 | 40h |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Projeto Integrador - PPS Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Comunitário | 02 | 0 | 0 | 40h | 40h |
| Carga horária do Ciclo II: Atuação, políticas públicas e transformação comunitária | | 20 | 238h | 122h | 40h | 400h |
| **Carga Horária total do curso** | | 40 | 514h | 246h | 40h | 800h |

Fonte: elaboração própria.

A organização da matriz curricular expressa a concepção formativa do curso e obedece a uma lógica de progressão pedagógica: o Ciclo I assegura os fundamentos teórico-conceituais, ético-políticos e metodológicos para a interpretação e o diagnóstico da realidade social conferindo, ao seu término, a certificação intermediária de Agente de Ação Social, enquanto o Ciclo II mobiliza esses fundamentos na direção da intervenção, articulando políticas públicas, elaboração de projetos e atuação comunitária.

Mais do que uma justaposição de componentes, a matriz constitui-se como um percurso coerente que parte da compreensão da realidade rumo à capacidade de nela intervir, em diálogo interdisciplinar com os temas transversais, as práticas profissionais e as atividades de pesquisa e extensão, dando vida ao perfil do egresso e ao compromisso do curso com a formação integral, democrática, com a transformação dos territórios e a efetivação do acesso aos direitos constitucionais. Entre os temas transversais que atravessam o conjunto dos componentes curriculares, destacam-se de forma expressa as questões de gênero e diversidade sexual, abordadas na perspectiva da educação em direitos humanos e articuladas à prevenção e ao enfrentamento das desigualdades e violências de gênero e por orientação sexual.

Para além dos componentes curriculares obrigatórios, a matriz curricular do curso prevê componentes curriculares optativos. As disciplinas optativas têm como principal objetivo enriquecer e flexibilizar o percurso formativo do estudante, ampliando o contato com saberes e práticas que complementam o perfil profissional do egresso e fortalecem sua formação integral. A oferta de Educação Física possibilita a vivência das práticas corporais, esportivas e de lazer, dimensões reconhecidas como campos legítimos de atuação e de mobilização comunitária,

enquanto a disciplina de Libras amplia as competências de comunicação e de acessibilidade, qualificando o futuro técnico para a interação com pessoas surdas nos diferentes territórios e espaços de atuação. São previstas, ao todo, 80 horas de disciplinas optativas, conforme o Quadro 4:

**Quadro 4 – Disciplinas optativas e detalhamento das cargas horárias**

| | Disciplina | Créditos | Carga Horária | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Teórica | Prática | PPS | Total |
| Disciplinas optativas | Educação Física | 02 | 20 | 20 | 0 | 40 |
| | LIBRAS | 02 | 20 | 20 | 0 | 40 |

Fonte: elaboração própria.

A oferta das disciplinas optativas previstas será organizada pela coordenação do curso com base em dois critérios principais: a disponibilidade do corpo docente e a demanda manifestada pelos estudantes. Inicialmente, a coordenação verificará, semestralmente, a carga horária e a disponibilidade dos professores habilitados para ministrar cada componente optativo. Com base nesse levantamento, será identificada a oferta docente possível para o período letivo seguinte. Em seguida, será realizada uma consulta junto aos estudantes, com o objetivo de identificar seus interesses e preferências entre as disciplinas optativas disponíveis. Essa organização busca garantir o equilíbrio entre o interesse dos estudantes e a viabilidade pedagógica e administrativa do curso.

Ressalta-se que os componentes curriculares, conforme indicado no Quadro 4, poderão ser ofertados em qualquer um dos semestres do curso, de acordo com o planejamento pedagógico e as necessidades formativas dos estudantes.

*11.2. Fluxograma Curricular*

O fluxograma curricular é apresentado nas Figuras 1 e 2. A Figura 1 apresenta os componentes curriculares obrigatórios do Ciclo 1 e do Ciclo 2, com as respectivas cargas horárias totais e o detalhamento das cargas horárias em teóricas, práticas e de Prática Profissional Supervisionada (PPS), quando for o caso.

**Figura 1 - Fluxograma do Clclo I e do Ciclo II**



A Figura 2, por sua vez, apresenta o fluxograma curricular para os componentes curriculares optativos, com os respectivos números de créditos, as cargas horárias totais e o detalhamento das cargas horárias em teóricas e práticas.

**Figura 2 - Fluxograma das disciplinas optativas**



## 12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário será compreendida como parte constitutiva do processo educativo, assumindo caráter diagnóstico e processual, contínuo e flexível. A avaliação será tomada como mediação pedagógica voltada ao acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, à identificação de avanços e dificuldades, ao redirecionamento das estratégias de ensino e à consolidação das competências previstas no perfil profissional de conclusão.

A avaliação buscará considerar não apenas a apropriação de conteúdos conceituais, mas também a capacidade do estudante de interpretar a realidade social, mobilizar conhecimentos de diferentes áreas, utilizar instrumentos técnicos de análise e planejamento, comunicar-se com clareza, trabalhar coletivamente e elaborar respostas consistentes diante de situações concretas do campo comunitário e das políticas públicas. Em razão da própria natureza da formação, serão valorizados processos de aprendizagem que articulem compreensão teórica, leitura crítica da realidade, postura ética, capacidade analítica e iniciativa propositiva.

A dimensão diagnóstica da avaliação estará presente desde o início e ao longo de cada componente curricular, permitindo identificar conhecimentos prévios, experiências acumuladas, dificuldades de aprendizagem e potencialidades dos estudantes. Essa leitura inicial e processual servirá de base para o planejamento docente, para a definição de estratégias metodológicas mais adequadas e para a oferta de ações de acompanhamento e recuperação sempre que necessário.

A dimensão formativa se realizará de modo contínuo, por meio de devolutivas sistemáticas, acompanhamento do desenvolvimento discente e apreciação progressiva das atividades realizadas. Nessa perspectiva, a avaliação não ficará restrita aos momentos finais de cada etapa, mas acompanhará o estudante ao longo de seu percurso, permitindo corrigir rumos, fortalecer

aprendizagens em construção e ampliar as possibilidades de êxito acadêmico.

A avaliação também assumirá caráter processual, considerando o percurso efetivamente realizado pelo estudante, a qualidade de sua participação nas atividades, a consistência de suas produções e sua capacidade de articular os conhecimentos trabalhados. Em lugar de privilegiar exclusivamente provas finais ou instrumentos únicos, o curso adotará múltiplas estratégias avaliativas, compatíveis com a diversidade dos componentes curriculares e com a natureza prática, analítica e interventiva da formação proposta.

Entre os instrumentos de avaliação, poderão ser utilizados provas escritas, estudos dirigidos, seminários, relatórios, portfólios, resenhas, fichamentos, registros de campo, análise de estudos de caso, elaboração de diagnósticos sociocomunitários, produção de projetos, atividades práticas, apresentações orais, participação em oficinas, desenvolvimento de ações extensionistas e outros procedimentos julgados pertinentes pelo docente, desde que previstos no Programa de Unidade Didática de cada componente curricular.

Nos componentes de natureza mais aplicada, especialmente aqueles voltados ao planejamento, à análise de políticas públicas, à leitura de indicadores sociais, à comunicação comunitária e à elaboração de projetos, a avaliação deverá considerar também a capacidade do estudante de mobilizar conhecimentos em situações práticas, construir análises consistentes, organizar informações, propor estratégias de atuação e apresentar soluções tecnicamente fundamentadas. Desse modo, os aspectos qualitativos da aprendizagem deverão ter centralidade, sem prejuízo dos registros quantitativos exigidos institucionalmente.

O curso propicia ações de recuperação de estudos destinadas a enfrentar dificuldades de aprendizagem identificadas ao longo do processo formativo. Essas ações poderão envolver revisão orientada de conteúdos, atendimento extraclasse, atividades de reforço, propostas de reelaboração de trabalhos, acompanhamento individualizado, monitoria, atividades de nivelamento e outras estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades identificadas.

Além disso, deverão ser observadas, no desenvolvimento da avaliação, as normas institucionais do IFCE relativas à frequência, ao aproveitamento acadêmico, aos registros de desempenho, à recuperação e à progressão do estudante, conforme disciplinado no Regulamento da Organização Didática.

Desse modo, a avaliação da aprendizagem no Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário não será concebida como instrumento meramente classificatório, mas como parte do próprio trabalho pedagógico, comprometida com a formação integral do estudante, com a qualificação técnica de sua atuação e com a construção de condições efetivas de permanência, aprendizagem e êxito ao longo do curso.

## 13. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

A Prática Profissional Supervisionada (PPS) constitui dimensão essencial da educação profissional e tecnológica, compreendida como o conjunto de atividades formativas que aproximam o estudante das situações reais ou simuladas do mundo do trabalho ao longo de seu percurso. Fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre teoria e prática e na concepção do trabalho como princípio educativo, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CP nº 1/2021) e a Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022, que disciplina a matéria no âmbito do Instituto.

Mais do que um momento de aplicação de conteúdos previamente estudados, a PPS é entendida como espaço de construção e ressignificação do conhecimento, no qual o estudante mobiliza saberes técnicos, científicos e humanísticos para ler criticamente a realidade e nela intervir de modo qualificado. Trata-se, portanto, de uma prática intrínseca ao currículo, planejada, acompanhada e avaliada pela instituição, e não de uma atividade isolada ou meramente complementar à formação.

A Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022 prevê diferentes formas de desenvolvimento da PPS, entre as quais a inserção em componentes curriculares, a disciplina específica, o projeto integrador, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o estágio supervisionado e o exercício profissional correlato à área do curso.

No Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, em coerência com seu caráter eminentemente prático e socialmente situado, a Prática Profissional Supervisionada totaliza 40 (quarenta) horas, integrantes da carga horária total de 800 horas, sendo desenvolvida integralmente por meio do projeto integrador, nos termos do art. 8º, inciso IV, da Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022. Essa escolha traduz a compreensão de que a formação do técnico em desenvolvimento comunitário se realiza, sobretudo, no encontro com os territórios, as comunidades e as organizações sociais, exigindo um espaço curricular dedicado à síntese e à aplicação integrada dos conhecimentos do curso.

*13.1 Projeto Integrador*

O projeto integrador constitui forma autônoma de Prática Profissional Supervisionada, prevista no art. 8º, inciso IV, da Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022, distinta da inserção de PPS em componentes curriculares (inciso III). Por configurar componente curricular cuja natureza e finalidade integral é a prática profissional supervisionada, sua carga horária é integralmente destinada à PPS, nos termos do art. 21, que reconhece a carga horária específica do projeto integrador como categoria própria integrante do cômputo da carga horária dos componentes do curso. Em conformidade com esse dispositivo, a carga horária do projeto integrador integra o cômputo da carga horária total dos componentes curriculares do curso.

O projeto integrador constitui-se como componente curricular próprio da matriz, "Projeto Integrador – PPS: Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Comunitário", com 40 horas, ofertado no Ciclo II. Tem por objetivo articular os conhecimentos construídos ao longo dos componentes curriculares em torno de uma situação concreta do campo do desenvolvimento comunitário, mobilizando os estudantes para a elaboração de um produto técnico, diagnóstico sociocomunitário, projeto de intervenção social, plano de mobilização comunitária ou proposta de ação junto a políticas públicas, desenvolvido de forma orientada, dialógica e progressiva, em situações reais ou simuladas de trabalho.

O percurso do projeto integrador organiza-se em ciclos de ação-reflexão-ação, articulando imersão territorial, diagnóstico social participativo, planejamento e co-criação de respostas técnicas, execução ou prototipagem da proposta e devolutiva à comunidade. As atividades dialogam diretamente com os demais componentes da matriz, fazendo do projeto integrador o espaço de síntese do itinerário formativo. Sempre que possível, as ações serão desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos e equipamentos das políticas públicas.

O desenvolvimento do projeto integrador será acompanhado por no mínimo dois docentes responsáveis, a quem caberá a orientação sistemática, a definição prévia de objetivos e atividades, o acompanhamento da execução e a apreciação

dos produtos elaborados. O registro da carga horária de PPS será realizado pelo professor no diário de classe, nos termos do art. 29, inciso I, da Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022. Por constituir componente curricular próprio, sua oferta é assegurada a todos os estudantes regularmente matriculados, garantindo a integralização da PPS por toda a turma.

O aproveitamento da PPS será avaliado de forma processual, formativa e participativa, considerando a participação no trabalho de campo, a qualidade técnica e a coerência metodológica do produto elaborado, a sistematização da experiência e sua pertinência social, podendo incorporar a apreciação da comunidade ou organização parceira sobre a utilidade social da ação desenvolvida. A integralização da carga horária de Prática Profissional Supervisionada é requisito obrigatório para a obtenção do Diploma de Técnico em Desenvolvimento Comunitário, nos termos do art. 4º, §2º, observado o prazo máximo de integralização do curso (art. 32).

### *13.2 Estágio supervisionado não obrigatório*

O Estágio Supervisionado não obrigatório constitui atividade opcional, de caráter formativo, que visa à integração entre teoria e prática, contribuindo para o aprimoramento das competências profissionais e para o fortalecimento da relação entre o IFCE e o mundo do trabalho. Por seu caráter não obrigatório, não possui carga horária mínima de integralização e não é computado na carga horária total do curso (800 horas), constituindo atividade complementar e externa à matriz curricular, não se confundindo com a Prática Profissional Supervisionada, que é integralizada por meio do Projeto Integrador. Sua realização observa a jornada máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, com o Regulamento de Estágio do IFCE (Resolução CONSUP nº 270, de 6 de fevereiro de 2025) e com o Manual de Estágio do IFCE (2025).

O estágio poderá ser realizado por estudante regularmente matriculado no curso, ao longo do período de matrícula, tendo por finalidade consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação e favorecer a vivência prática em

ambientes profissionais compatíveis com o perfil do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário.

A realização do estágio deverá ocorrer em empresas, instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, mediante a formalização de Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e Plano de Atividades de Estágio (PAE), elaborados em conjunto entre o estudante, a parte concedente e o IFCE, previamente aprovados pelo Setor de Estágio do Campus.

Para cursar o estágio, o estudante deverá formalizar o processo junto ao Setor de Estágio do Campus, responsável por orientar, registrar e acompanhar todas as etapas, desde a análise e aprovação da documentação até a homologação do Termo de Compromisso.

Durante o período de realização das atividades, o discente contará com o acompanhamento de um professor-orientador, designado pelo curso, e de um supervisor de campo, indicado pela parte concedente, devendo participar das reuniões de acompanhamento e apresentar periodicamente uma Ficha de Acompanhamento das Atividades.

Ao término das atividades, o estagiário deverá entregar, no prazo definido pelo Setor de Estágio do Campus, um Relatório Final de Estágio, acompanhado da Ficha de Avaliação do Estagiário, preenchida e assinada pelo supervisor da parte concedente, descrevendo as atividades desenvolvidas e relacionando-as às competências do curso, conforme modelo e orientações institucionais.

## 14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E VALIDAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores no Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário será realizado em conformidade com o Regulamento da Organização Didática do Instituto Federal do Ceará e demais normativas institucionais vigentes.

Poderão ser objeto de aproveitamento: estudos realizados com êxito em cursos de educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores, outras formações reconhecidas, bem como experiências profissionais ou formativas relacionadas ao campo do desenvolvimento comunitário, desde que devidamente comprovadas.

O processo de solicitação deverá ser formalizado pelo estudante junto ao setor competente, mediante apresentação de documentação que comprove a realização dos estudos ou das experiências alegadas, tais como históricos escolares, ementas, certificados, declarações institucionais ou comprovação de atuação profissional.

A análise dos pedidos será realizada por comissão designada ou pelo colegiado do curso, considerando a equivalência entre conteúdos, cargas horárias, competências e habilidades previstas nos componentes curriculares do curso. Quando necessário, poderão ser adotados instrumentos complementares de avaliação, como entrevistas, provas práticas, análise de portfólio ou outras estratégias que permitam verificar o domínio dos conhecimentos e competências requeridos.

O aproveitamento poderá resultar na dispensa total ou parcial de componentes curriculares, conforme a correspondência verificada, assegurando-se que o estudante atinja o perfil profissional de conclusão previsto neste Projeto Pedagógico.

## 15. EMISSÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMA

A certificação e diplomação dos estudantes do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário obedecerão às normas estabelecidas na legislação educacional vigente e nas normativas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Aos estudantes que concluírem com êxito todos os componentes curriculares previstos na matriz curricular do curso, bem como atenderem aos critérios de frequência e aproveitamento estabelecidos no Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, será conferido o **Diploma de Técnico em Desenvolvimento Comunitário**.

Considerando a organização curricular do curso em etapas formativas, poderá ser concedida certificação intermediária ao estudante que integralizar os componentes curriculares correspondentes ao **Ciclo I da formação**, sendo-lhe conferido o certificado de **Agente de Ação Social**, desde que atendidos os requisitos acadêmicos previstos no Projeto Pedagógico do Curso.

A emissão de certificados e diplomas será realizada pelo setor competente da instituição, conforme os procedimentos administrativos estabelecidos pelo IFCE e em conformidade com a legislação educacional vigente.

## 16. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário será entendida como processo contínuo de acompanhamento, reflexão e aperfeiçoamento da proposta formativa, tendo em vista sua coerência interna, sua aderência às finalidades institucionais do IFCE e sua pertinência diante das demandas sociais, educacionais e profissionais que fundamentam a oferta do curso. Nessa perspectiva, o PPC não é tratado como documento fixo ou encerrado em si mesmo, mas como instrumento orientador da ação pedagógica que deve ser permanentemente observado à luz da experiência concreta de sua implementação.

A avaliação do curso irá ocorrer a cada três anos e buscará verificar, entre outros aspectos, a coerência entre os objetivos formativos, o perfil profissional de conclusão e a organização curricular; a adequação das metodologias de ensino adotadas; a efetividade dos processos de avaliação da aprendizagem; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a suficiência das condições institucionais de funcionamento; o desempenho acadêmico dos estudantes; e a capacidade do curso de responder, de forma socialmente referenciada, às demandas do campo do desenvolvimento comunitário. Compete à Coordenação do Curso acompanhar o cumprimento da periodicidade estabelecida para a avaliação do PPC, promovendo sua realização em articulação com o Colegiado do Curso e demais instâncias institucionais.

Esse processo deverá envolver diferentes sujeitos e instâncias acadêmicas, especialmente a coordenação do curso, o colegiado, o corpo docente, os estudantes e, sempre que possível, os egressos e parceiros institucionais vinculados às atividades do curso. A escuta desses diferentes sujeitos é importante porque permite confrontar a proposta prevista no documento com a experiência efetiva da formação, identificando avanços, limites, lacunas e possibilidades de revisão.

A avaliação do PPC será realizada por meio de estratégias diversas e

complementares, entre as quais se incluem reuniões periódicas do colegiado do curso, análise dos resultados acadêmicos, observação das práticas pedagógicas, apreciação dos relatórios e registros produzidos pelos docentes, escuta sistemática dos estudantes, acompanhamento das ações de prática profissional e análise das experiências de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do curso.

Também subsidiarão o processo de avaliação do curso os resultados das avaliações institucionais promovidas pelo IFCE, especialmente aqueles produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), pelas avaliações docentes e por outros instrumentos institucionais de acompanhamento da qualidade acadêmica, quando aplicáveis.

Também deverão ser considerados indicadores como ingresso, evasão, retenção, aprovação, integralização e conclusão, uma vez que esses elementos oferecem subsídios importantes para a compreensão da dinâmica formativa e de seus desafios concretos. A avaliação incorpora elementos relativos à trajetória dos egressos, buscando identificar tanto sua inserção no mundo do trabalho quanto sua continuidade de estudos e sua participação em iniciativas comunitárias, projetos sociais, organizações da sociedade civil, redes de políticas públicas e outras experiências compatíveis com a área de formação.

Além disso, poderão ser considerados, no processo de avaliação do curso, elementos oriundos da relação estabelecida com instituições públicas, movimentos sociais, associações, coletivos, conselhos, organizações comunitárias e demais espaços com os quais o curso venha a desenvolver ações, projetos, visitas técnicas, atividades extensionistas ou práticas profissionais.

Os resultados do processo avaliativo deverão ser utilizados como base para o aperfeiçoamento contínuo do curso, podendo subsidiar ajustes em componentes curriculares, metodologias de ensino, estratégias de acompanhamento discente, práticas integradoras, distribuição da carga horária, mecanismos de articulação entre teoria e prática e demais aspectos da organização didático-pedagógica.

Os resultados das avaliações do PPC serão apresentados ao Colegiado do Curso e divulgados à comunidade acadêmica por meio de reuniões pedagógicas, encontros com docentes e estudantes, relatórios institucionais e outros meios de comunicação adotados pelo campus, garantindo transparência e participação no processo de aperfeiçoamento do curso.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se apresenta como parte do próprio compromisso institucional com a qualidade da educação pública, com a permanência e o êxito dos estudantes, com a atualização da proposta curricular e com a construção de uma formação técnica socialmente comprometida, crítica e responsiva às transformações da realidade. As revisões do PPC, quando necessárias, deverão observar as normativas institucionais vigentes e os fluxos formais de alteração e atualização curricular no âmbito do IFCE.

## 17. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

A atuação da coordenação do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário observa as normas institucionais que disciplinam a gestão acadêmica dos cursos do IFCE, sendo baseada na Instrução Normativa PROEN/IFCE nº 26/2024, que trata das atribuições do coordenador de curso. A coordenação do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário terá papel estratégico na integração da proposta formativa, atuando cooperativamente e dialogicamente na articulação entre gestão acadêmica, acompanhamento pedagógico e desenvolvimento institucional do curso.

Compete à coordenação acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do Curso, priorizando pela coerência entre os objetivos formativos, o perfil profissional de conclusão, a organização curricular e as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares.

Sua atuação deverá favorecer a conexão entre os docentes, os estudantes e os setores de apoio acadêmico, contribuindo para a unidade pedagógica do curso e para seu aperfeiçoamento contínuo.

No desenvolvimento de suas atribuições, caberá à coordenação organizar reuniões periódicas com o corpo docente, acompanhar o planejamento e a execução dos componentes curriculares, dialogar com a Coordenação Técnico-Pedagógica, com a assistência estudantil e com os demais setores institucionais envolvidos na permanência e no êxito dos estudantes.

Também deverá acompanhar indicadores acadêmicos, como frequência, rendimento, retenção e evasão, propondo, quando necessário, estratégias de intervenção pedagógica e institucional.

A coordenação do curso terá a responsabilidade de estimular a participação dos estudantes em atividades relacionadas ao campo do desenvolvimento

comunitário, fortalecendo sua inserção em projetos, ações comunitárias, eventos, editais e experiências formativas vinculadas às políticas públicas, à cidadania e à organização social.

A coordenação também acompanhará os processos de matrícula, integralização curricular, aproveitamento de estudos, certificação intermediária e diplomação, observadas as normas institucionais vigentes.

Caberá, também, articular-se com os setores responsáveis pela infraestrutura, acessibilidade, biblioteca, laboratórios e núcleos institucionais, de modo a assegurar condições adequadas ao funcionamento do curso.

A atuação do coordenador deverá estar orientada por uma perspectiva de acompanhamento permanente da qualidade do curso, promovendo o diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo formativo e contribuindo para a consolidação de uma oferta comprometida com a formação integral, a permanência estudantil e a relevância social do curso.

## 18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário articula-se às políticas institucionais expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, especialmente àquelas relacionadas à assistência estudantil, à acessibilidade, à inclusão, à diversidade, ao desenvolvimento local e regional, à arte e cultura e à articulação com o mundo do trabalho. No âmbito do ensino, o curso vincula-se à concepção institucional expressa no PDI e no Projeto Político Institucional (PPI) do IFCE, que compreendem a formação como processo voltado ao desenvolvimento crítico, à cidadania, à integração entre conhecimentos básicos e específicos e ao respeito à diversidade.

No campo da inovação, o curso relaciona-se aos temas estratégicos do PDI voltados ao fortalecimento de uma cultura institucional com foco na inovação, compreendendo que a produção de conhecimento, a análise de dados sociais, o uso crítico de tecnologias digitais e a elaboração de soluções voltadas a problemas públicos e comunitários integram a formação do técnico em Desenvolvimento Comunitário.

O curso articula-se diretamente ao fortalecimento do desenvolvimento local e regional, promovendo e incentivando o desenvolvimento de eventos, projetos e ações voltados ao crescimento local, às políticas públicas, ao empreendedorismo, à economia solidária e à aproximação com a comunidade externa. O desenvolvimento comunitário exige interlocução permanente com territórios, grupos sociais, organizações da sociedade civil, equipamentos públicos e políticas setoriais. Por essa razão, o curso buscará incentivar e consolidar ações em diálogo com comunidades, movimentos sociais, conselhos, coletivos, associações, cooperativas e instituições públicas, fortalecendo a inserção social da formação técnica.

No campo da assistência estudantil, o curso vincula-se às ações do PDI

destinadas à permanência e ao êxito discente, tais como ampliação e qualificação dos auxílios, fortalecimento de ações de saúde mental e aprimoramento das condições institucionais de atendimento aos estudantes.

No que se refere à acessibilidade, inclusão e diversidade, o curso dialoga diretamente com as diretrizes do PDI que preveem o fortalecimento das ações afirmativas, das políticas de acessibilidade e da atuação dos núcleos institucionais, incluindo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS), além da consolidação da implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos PPCs do IFCE.

O curso assume de modo expresso a discussão sobre gênero e diversidade sexual, em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012), com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 328/2025), promovendo a equidade de gênero, o respeito à diversidade sexual e o enfrentamento de toda forma de discriminação.

Também se relacionam ao curso os temas estratégicos do PDI voltados à sustentabilidade ambiental e à arte e cultura, uma vez que a formação em desenvolvimento comunitário compreende o território como espaço de vida, produção de sentido, sociabilidade e disputa por direitos, exigindo sensibilidade para as dimensões ambientais, culturais e identitárias da ação comunitária. As políticas institucionais constantes no PDI encontram expressão evidente no âmbito do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, seja na organização curricular, seja na proposição de projetos, laboratórios, articulações com o mundo do trabalho, atividades culturais, ações afirmativas e estratégias de permanência estudantil. O curso se insere de forma coerente no planejamento institucional do IFCE, ao mesmo tempo em que responde às demandas sociais, territoriais e comunitárias que justificam sua oferta.

## 19. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E APOIO AO DISCENTE

O Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário será desenvolvido em consonância com as políticas institucionais do IFCE voltadas à permanência e ao êxito estudantil, à formação integral, à inclusão social, à acessibilidade, ao respeito à diversidade e à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No âmbito do campus Fortaleza, tais políticas não constituem dimensão acessória da vida acadêmica, mas parte das condições que sustentam o ingresso, a permanência qualificada e o sucesso formativo dos estudantes ao longo do curso.

A proposta do curso parte do reconhecimento de que o acesso à educação pública não elimina os obstáculos que atravessam a trajetória dos estudantes. Condições socioeconômicas desiguais, dificuldades de deslocamento, demandas de trabalho, situações de vulnerabilidade social, barreiras pedagógicas e desafios relacionados à saúde mental, à acessibilidade e à inclusão incidem diretamente sobre o percurso formativo.

Os estudantes do curso poderão ser atendidos pelas políticas e programas de assistência estudantil do IFCE, conforme regulamentação institucional e disponibilidade orçamentária, incluindo auxílios e ações voltadas à redução dos impactos das desigualdades socioeconômicas sobre a permanência acadêmica.

O curso contará também com o suporte das ações de acompanhamento pedagógico, psicossocial e de saúde existentes no campus, voltadas ao acolhimento, à orientação e ao acompanhamento dos estudantes em suas necessidades acadêmicas e formativas. Essas ações são importantes tanto para a identificação de dificuldades de aprendizagem quanto para o enfrentamento de situações que possam comprometer a permanência e o êxito dos estudantes.

No contexto do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, o apoio ao discente deverá se expressar também por meio de estratégias pedagógicas de acompanhamento da aprendizagem, ações de recuperação de estudos, incentivo à

participação em projetos coletivos, fortalecimento do protagonismo estudantil e criação de oportunidades de inserção em experiências de pesquisa e extensão relacionadas às políticas públicas, à organização comunitária, à mobilização social, à comunicação popular, à economia solidária e a outras temáticas coerentes com o perfil do egresso.

No que diz respeito ao compromisso institucional com a promoção da equidade, da inclusão, dos direitos humanos e das ações afirmativas, os estudantes do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário contarão com o apoio dos núcleos estratégicos do IFCE Campus Fortaleza, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Esses núcleos desempenham papel fundamental no acolhimento, acompanhamento, orientação, assistência e segurança dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente minorizados ou em situação de vulnerabilidade social, educacional ou cultural. Por meio de ações educativas, acompanhamento individual e coletivo, escuta qualificada, encaminhamentos institucionais e promoção de atividades formativas, esses espaços contribuem para a garantia de direitos, para o enfrentamento de diferentes formas de discriminação e violência e para a construção de um ambiente acadêmico seguro, inclusivo e respeitoso. Dessa forma, fortalecem as condições de permanência, êxito acadêmico, desenvolvimento pessoal e participação ativa dos estudantes na vida institucional, favorecendo sua formação integral e seu protagonismo na construção de comunidades mais justas, democráticas e inclusivas.

O envolvimento, a participação e a colaboração da Coordenação do Curso, dos (as) docentes e dos setores como Coordenadoria de Assuntos Estudantis, (serviço social, psicologia, saúde e nutrição), Coordenadoria de Controle Acadêmico, Coordenadoria Técnico-Pedagógica, Estágio, Biblioteca, entre outros, que também lidam com o corpo discente do campus, colaboram com a redução contínua da evasão e da retenção acadêmica, permitindo assim, que o estudante

permaneça na instituição e conclua seu curso no tempo previsto.

As atividades de apoio ao discente para cada segmento, setor, serviço ou núcleo estão listadas a seguir:

### *19.1. Acompanhamento pelos (as) docentes*

O corpo docente exerce papel central na formação dos estudantes. O contato direto e contínuo com os discentes possibilita ao professor identificar potencialidades, dificuldades e necessidades individuais, favorecendo o planejamento de intervenções pedagógicas mais adequadas.

Cabe ao docente estimular o estudo organizado e consistente, orientando os discentes no uso de estratégias que favoreçam sua autonomia e desenvolvimento acadêmico. No âmbito metodológico e didático, o professor deve adotar práticas diversificadas, dinâmicas e inovadoras, capazes de despertar a curiosidade, a criticidade e a construção ativa do conhecimento, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

Quanto à avaliação da aprendizagem, o docente deve utilizar instrumentos e procedimentos coerentes com os objetivos de ensino, pautados em critérios claros, justos e formativos. A avaliação deve ser entendida como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se em acompanhamento contínuo e diagnóstico, que permita reorientar práticas e oferecer devolutivas construtivas aos discentes, fortalecendo sua trajetória acadêmica.

Complementarmente aos deveres estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na legislação do serviço público federal, em consonância com a legislação específica do ensino, o Regulamento de Organização Didática do IFCE apresenta os deveres do corpo docente. Segundo o ROD, os deveres do grupo docente que têm relação direta com o apoio ao discente são:

- zelar pela aprendizagem dos estudantes;

- lançar os conteúdos e as ausências do estudante no sistema acadêmico, em até 7 (sete) dias letivos após a aula ministrada;

- ser pontual e assíduo às aulas, às atividades educacionais da instituição correlatas a sua função profissional e a outros eventos para os quais for convocado;

- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- repor aulas em até 15 (quinze) dias letivos ou até o final de cada etapa, o que ocorrer primeiro;

- apresentar o PUD aos estudantes no início do período letivo explicitando seus objetivos, conteúdos, metodologia de ensino e avaliação;

- cumprir o PUD do componente curricular que leciona;

- adotar metodologia de ensino e avaliação compatíveis com a legislação nacional de ensino, com esse documento e com a orientação pedagógica do IFCE;

- garantir a lisura e sigilo dos processos de avaliação da aprendizagem;

- estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;

- colaborar para que seja mantida a disciplina dentro e fora de sala de aula;

- realizar sistematicamente a avaliação da aprendizagem do estudante e registrar os resultados dessa avaliação no sistema acadêmico ao final de cada etapa, obedecendo os prazos estabelecidos pela instituição;

- tratar os estudantes com respeito e justiça, mantendo a ética nas

relações estabelecidas com eles, dentro ou fora da sala de aula.

Para tanto, conforme previsto na Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) – Resolução CONSUP/IFCE nº 101, de 25 de setembro de 2017 –, cabe ao professor assegurar atendimento individualizado em horários específicos, ampliando o acompanhamento pedagógico e o apoio direto aos estudantes.

No âmbito da perspectiva inclusiva do processo de ensino-aprendizagem, cabe ao professor assegurar que suas práticas pedagógicas contemplem a promoção da acessibilidade em diferentes dimensões. Essa responsabilidade não se restringe apenas ao fornecimento de recursos materiais ou tecnológicos, mas abrange, sobretudo, a contextualização dos conteúdos escolares à realidade do discente, garantindo acessibilidade pedagógica e atitudinal. Tais dimensões orientam a adoção de metodologias diferenciadas, dinâmicas e sensíveis às especificidades de aprendizagem e de socialização dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Assim, nos casos em que houver necessidade de adaptações curriculares individualizadas, o curso observará os procedimentos previstos na Resolução CONSUP/IFCE nº 340/2025, que regulamenta o Plano Educacional Individualizado de Acessibilidade Curricular (PEI-AC), em articulação com o NAPNE, a coordenação do curso, a equipe pedagógica e os docentes envolvidos.

Nesse processo, as adaptações pedagógicas realizadas pelo docente devem ocorrer desde o planejamento até a execução das aulas, de modo a assegurar condições equitativas de aprendizagem. Essas adaptações, segundo a Resolução CONSUP/IFCE nº 340/2025, podem envolver:

- a forma de ministrar determinados conteúdos;
- o ordenamento de dinâmicas de trabalho;
- a adequação didática a espaços diferenciados de construção de saberes;

- a modificação de procedimentos, de atividades alternativas, complementares, de nível de complexidade e sequenciação;
- a seleção e adaptação de materiais previstos;
- a adaptação dos instrumentos avaliativos, modificação técnica;
- a alternância de formas de avaliar, buscando mecanismos de personalização do processo avaliativo para uma avaliação processual e descritiva;
- a introdução de critérios específicos de avaliação;
- a adaptação dos critérios de avaliação da aprendizagem, entre outros que a equipe de acompanhamento do aluno entender serem necessários;
- a aquisição de materiais didáticos inclusivos que podem ser adaptados, produzidos, selecionados ou adquiridos pela instituição.

Assim, no que se refere ao apoio ao discente, o dever do(a) professor(a) vai além da transmissão de conteúdos, estendendo-se ao compromisso ético e pedagógico de garantir a inclusão, a equidade e o pleno desenvolvimento dos discentes, assegurando que tenham condições reais de participação, aprendizagem e formação integral ao longo de sua trajetória acadêmica. Ademais, a atuação dos(as) docentes deve ser articulada com os demais docentes, com a coordenação de curso e demais setores, com vistas a compreender a realidade discente em sua integralidade e criar condições que garantam processos de ensino-aprendizagem de qualidade, inclusivos e voltados à permanência estudantil e à formação integral.

### *19.2. Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA)*

A Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) é o setor responsável pela gestão da vida acadêmica dos estudantes, prestando atendimento e orientação quanto aos procedimentos acadêmico-administrativos do curso. Desse modo, define

junto à Diretoria de Ensino/DIREN, a qual é subordinada, a execução dos procedimentos de ingresso por meio dos processos seletivos institucionais, a realização de matrículas, trancamentos, cancelamentos, aproveitamento de estudos, expedição de documentos acadêmicos, como históricos, declarações e horários de disciplinas, de registros de frequência e de resultados da avaliação da aprendizagem.

Pelo princípio da legalidade, a CCA executa seus procedimentos de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD), o que possibilita auxiliar coordenadores e estudantes quanto às diretrizes estabelecidas no documento validado pela comunidade de alunos e dirigentes.

Entre suas atribuições também está a responsabilidade pela manutenção e atualização dos registros acadêmicos dos estudantes nos sistemas institucionais e nos sistemas oficiais do Ministério da Educação, quando aplicável, a exemplo do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Dessa forma, a CCA desempenha papel essencial no acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes, contribuindo para a regularidade dos registros escolares, a segurança das informações e o acesso dos discentes aos serviços acadêmicos necessários à sua permanência e conclusão do curso.

Além desse atendimento, a Coordenadoria de Controle Acadêmico auxilia o campus na preparação para a realização da colação de grau de alunos concludentes dos cursos superiores, bem como na cerimônia de celebração de conclusão de cursos técnicos do campus, resultando na emissão de certificados e diplomas para estes alunos.

### *19.3. Coordenadoria Técnico-Pedagógica*

A Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP), vinculada à Gestão de Ensino do campus, constitui-se como um importante setor de apoio ao discente no âmbito

do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, atuando no planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, bem como no desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas à permanência, ao êxito acadêmico e à formação integral dos estudantes.

A atuação da CTP fundamenta-se nos princípios da educação brasileira, nos pressupostos teórico-pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica e nos normativos institucionais do IFCE, contribuindo para a consolidação de práticas educativas inclusivas, democráticas e integradoras, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Regulamento da Organização Didática (ROD) e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

No contexto do apoio ao discente, a Coordenadoria Técnico-Pedagógica desenvolve ações articuladas com a Gestão de Ensino, coordenações de cursos, docentes, assistência estudantil, núcleos institucionais e demais setores do campus, visando ao acompanhamento pedagógico dos estudantes e ao fortalecimento das condições de permanência e conclusão do curso no tempo previsto.

Entre as ações desenvolvidas pela CTP, destacam-se:

- acompanhamento pedagógico de estudantes em situação de infrequência e/ou baixo rendimento acadêmico;
- realização de atendimentos pedagógicos individuais e coletivos aos estudantes;
- mediação das relações entre professores e estudantes, contribuindo para a melhoria da convivência escolar;
- colaboração em ações voltadas à recuperação da aprendizagem e ao êxito estudantil;
- desenvolvimento de ações formativas e orientativas relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem;

- articulação com os diversos setores institucionais para encaminhamento e acompanhamento das demandas estudantis;
- promoção de estratégias pedagógicas inclusivas e de apoio à diversidade no contexto escolar.

A CTP também atua no assessoramento pedagógico às coordenações de cursos e ao corpo docente, colaborando na reflexão sobre práticas pedagógicas, metodologias de ensino, processos avaliativos e estratégias de acompanhamento discente, contribuindo para o aprimoramento contínuo da qualidade do ensino ofertado pelo curso.

Além disso, o setor participa da elaboração, atualização e avaliação de documentos institucionais e pedagógicos, contribuindo para a efetivação de políticas educacionais voltadas à formação humana integral, à inclusão, à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes.

Dessa forma, a Coordenadoria Técnico-Pedagógica configura-se como um espaço de escuta, acolhimento, orientação e intervenção pedagógica, atuando de maneira preventiva e formativa na construção de um ambiente educacional democrático, participativo e comprometido com o desenvolvimento acadêmico, humano e social dos estudantes.

### *19.4. Coordenação do curso*

A coordenação do curso desempenha papel estratégico no acompanhamento e apoio ao discente, assegurando condições favoráveis à permanência e à conclusão do curso no tempo previsto. Cabe a este setor promover a articulação entre corpo docente, estudantes e setores administrativos e pedagógicos da instituição, de modo a identificar demandas, orientar

encaminhamentos e criar condições para um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Entre suas atribuições, destacam-se o acolhimento de estudantes ingressantes e veteranos, a orientação quanto ao itinerário formativo e às normativas institucionais, além da mediação de dificuldades acadêmicas, pedagógicas ou de integração estudantil. Também compete à coordenação acompanhar indicadores como frequência, rendimento e evasão, articulando ações preventivas, bem como fomentar práticas inclusivas de incentivo ao protagonismo estudantil.

Com base na Instrução Normativa PROEN/IFCE nº 26/2024, a coordenação do curso tem atribuições diretamente relacionadas ao apoio discente:

- Realizar atendimentos individuais aos estudantes e/ou responsáveis, de acordo com a especificidade do caso.

- Mediar, com o apoio da Coordenação Técnico-Pedagógica, situações eventuais que possam ocorrer entre professores e estudantes.

- Acompanhar as ações do Plano de Permanência e Êxito em conjunto com a gestão do campus, a Coordenação Técnico-Pedagógica, a Assistência Estudantil e a Pró-Reitoria de Ensino.

- Promover reuniões periódicas com o corpo discente.

- Promover reuniões extraordinárias com os pais ou responsáveis pelos estudantes dos cursos de graduação e técnico, quando necessário.

- Acompanhar, junto ao corpo docente, a frequência discente e fazer os devidos encaminhamentos.

- Divulgar, incentivar e planejar, em colaboração com os docentes, ações para o bom desempenho dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem e nas avaliações internas e externas.

Assim, a atuação da Coordenação do Curso contribui diretamente para mitigar a retenção e a evasão escolar, por meio de ações como o atendimento individualizado, o acompanhamento das turmas, o apoio às atividades e eventos acadêmicos e o incentivo a estratégias de melhoria da aprendizagem. Tais medidas fortalecem um ambiente educacional equitativo, colaborativo e inclusivo, favorecendo a permanência e o desenvolvimento acadêmico ao longo da trajetória formativa.

Além disso, a Coordenação do Curso acompanha, analisa e despacha as demandas discentes relacionadas aos procedimentos previstos no Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE. Com o apoio do Colegiado e dos docentes, amplia suas ações de apoio ao estudante por meio do atendimento contínuo às demandas regulares apresentadas.

### *19.5. Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE)*

A Assistência Estudantil vem se consolidando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE como um conjunto de ações, configurando-se através de auxílios financeiros e serviços, visando ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica do corpo discente. Uma dessas ações diz respeito à disponibilização de serviços, caracterizados por ações continuadas, visando ao atendimento biopsicossocial do discente.

Outra ação diz respeito aos auxílios sob a forma de pecúnia, sendo estes destinados, na sua maioria, ao discente, prioritariamente em condições de vulnerabilidade social, e operacionalizados por meio do regulamento dos auxílios, cuja última atualização está na RESOLUÇÃO Nº 24, DE 01 DE MARÇO DE 2023.

Tal regulamento é normatizado pelo programa de Auxílios, previsto na Política de Assistência Estudantil do IFCE (aprovada pela Resolução nº 024, de 22

de julho de 2015) e institui ações de efetivação do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Este programa, de acordo com a LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024, transformou-se na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As ações previstas no PNAES dizem respeito às seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar a dependentes, apoio pedagógico, acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes: com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, e beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024, Art. 5º). Ressaltamos, ainda, que a referida lei prevê que estas ações serão executadas por Instituições Federais de Ensino Superior, contemplando os IFs.

Portanto, a Assistência Estudantil no IFCE, operacionalizada por meio de serviços ofertados (alimentação escolar, atendimento de equipe multiprofissional, entre outras ações) e auxílios financeiros, foi instituída na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes das múltiplas situações de desigualdade social.

O IFCE campus Fortaleza dispõe dos seguintes serviços, diretamente subordinados à Coordenadoria de Assuntos Estudantis, a saber: Serviço de Saúde, Serviço de Nutrição, Serviço de Psicologia e Serviço Social. As ações realizadas por cada serviço estão listadas a seguir:

### 19.5.1. Serviço de Saúde

Os profissionais de saúde desenvolvem a atenção à saúde dos estudantes de acordo com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem por finalidade ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na

educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. Além disso, o IFCE dispõe de uma Política de Assistência Estudantil (PAE) implementada por equipes multiprofissionais, na qual os profissionais de Saúde buscam promover o acesso universal à saúde dos estudantes, oferecendo cuidado e articulando ações e serviços de acordo com a realidade local.

As ações listadas a seguir não visam limitar a prática dos profissionais, mas destacar as principais possibilidades de atuação:

● Desenvolver e/ou participar de programas, projetos e ações institucionais e intersetoriais voltadas para promover o desenvolvimento integral e a saúde do(a) discente;

● Participar do planejamento, execução e avaliação das campanhas/ações de saúde e assistência estudantil, em parceria com a equipe multiprofissional da AE;

● Colaborar na identificação e acompanhamento do estado de saúde dos discentes, relacionado aos determinantes e condicionantes socioambientais;

● Apoiar as estratégias de promoção da diversidade e inclusão das pessoas com necessidades específicas e outros grupos vulneráveis como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQIA+;

● Atuar na promoção, prevenção, assistência e vigilância à saúde de forma individual e coletiva, colaborando com o processo de ensino-aprendizagem;

● Desenvolver/apoiar, de acordo com as necessidades locais, atividades de educação em saúde com a comunidade acadêmica para a adoção/manutenção de hábitos e estilos de vida ativos e saudáveis;

● Realizar atendimentos à demanda espontânea, com base em protocolos institucionais;

● Realizar procedimentos de Enfermagem de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) do Serviço de Saúde do IFCE;

● Realizar notificações de doenças e agravos e os encaminhamentos necessários para cumprir e fazer cumprir os preceitos éticos e legais da profissão e demais legislações vigentes;

● Participar das estratégias de combate e prevenção à evasão escolar, contribuindo para a permanência e êxito estudantil;

● Colaborar na orientação e atualização da comunidade acadêmica sobre noções de primeiros socorros de acordo com a Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas);

● Contribuir na construção de materiais educativos sobre temas relacionados à saúde;

● Contribuir para a inserção transversal dos temas da saúde no currículo escolar, levando em consideração as questões relacionadas à saúde que impactam no desenvolvimento acadêmico;

● Realizar visita domiciliar de acompanhamento da saúde dos estudantes, quando necessário;

● Participar como membro da equipe de saúde de eventos esportivos institucionais, desde que garantidas as condições adequadas de trabalho;

● Acompanhar os discentes aos serviços de saúde após avaliação clínica da gravidade da situação, de acordo com protocolos institucionais.

### 19.5.2. Serviço de Psicologia

A psicologia escolar/educacional assume um papel de contribuir para a construção de uma educação de qualidade, baseada nos princípios do compromisso social, do respeito à diversidade e dos Direitos Humanos. Entende que a ação

educativa é permeada por determinantes biopsicossociais que interferem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento do processo de aprendizagem de cada indivíduo. Desse modo, a ação educativa não se limita à queixa, mas a busca constante de fomentar um ambiente escolar que promova saúde mental.

Neste sentido, o serviço de Psicologia do campus Fortaleza busca:

- Trabalhar em parceria com professores e outros profissionais da instituição para identificar e abordar as necessidades emocionais e comportamentais dos discentes;

- Identificar, acompanhar e orientar, dentro do contexto institucional, casos que requeiram encaminhamentos clínicos, estabelecendo um espaço de acolhimento, escuta e reflexão. Nos casos de demandas psicoterápicas, serão realizados encaminhamentos para serviços que ofereçam o tratamento adequado;

- Fazer parte da equipe multiprofissional e articular ações que envolvam o processo de ensino e aprendizagem, levando em conta o desenvolvimento global do discente;

- Auxiliar no processo de inclusão e valorização da diversidade;

- Contribuir com a acolhida aos novos estudantes e o seu processo de integração à realidade institucional;

- Ofertar espaços para que os discentes reflitam sobre o mundo do trabalho e as influências que perpassam suas escolhas;

- Contribuir para que o (a) discente expresse sua autonomia e consciência crítica, por meio da participação ativa na vida acadêmica, colaborando para uma formação cidadã;

- Apoiar o Serviço Social, nos casos que requeiram suporte do Serviço de Psicologia, no acompanhamento dos(as) discentes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica e dificuldade de aprendizagem para planejar as intervenções necessárias;

- Propiciar aos(as) discentes espaços de reflexão e diálogo sobre as temáticas demandadas pelos diversos atores que compõem a comunidade acadêmica;

- Apoiar e incentivar a realização de momentos de expressões artísticas, culturais e esportivas da comunidade acadêmica, propiciando as inter-relações e a circulação das linguagens nas suas mais diferentes manifestações;

- Contribuir para a prevenção e a promoção da saúde da comunidade acadêmica, discutindo os aspectos que compõem o conceito ampliado de saúde;

- Apoiar e incentivar ações articuladas com a rede socioassistencial, educacional e de saúde dos municípios, inserindo o campus como um dos pontos estratégicos de mobilização social em âmbito local;

- Apoiar e participar do planejamento de ações, projetos e programas que envolvam a assistência estudantil.

### 19.5.3. Serviço Social

O Serviço Social atua na refração das questões sociais manifestas nas situações de preconceito, desigualdade social, violência, problemas familiares e precarização do trabalho na Sociedade Capitalista. No contexto educacional, busca a superação das dificuldades de aprendizagem que podem contribuir para o acirramento das situações de reprovação, retenção e evasão escolar.

Para tanto, o Serviço Social do campus de Fortaleza insere-se na promoção da Política de Assistência Estudantil, PNAES, instituída pela Lei nº 14.974 de 3 de julho de 2024 (BRASIL, 2024), mediante elaboração e implementação de serviços e programas. O programa de Auxílios, sob a forma de pecúnia, é ofertado aos

estudantes em condição de vulnerabilidade social e visa à ampliação das condições de acesso e de permanência, com enfoque numa formação crítica e autônoma.

A atuação do Serviço Social no campus situa-se no âmbito da Assistência Estudantil, com destaque nas seguintes ações:

1. De caráter individual: atendimento social, escuta qualificada, estudo social, análise socioeconômica, socialização de informações, orientações sociais, encaminhamento para outros serviços, seleção de discente para concessão de auxílios;

2. De caráter coletivo: atendimento coletivo, formação de grupos, reuniões, encontros, seminários, oficinas para discentes e técnicos, campanhas, realização de atividades de acolhimento e integração dos discentes à comunidade acadêmica, confecção de materiais educativos, mobilização e organização social e política, apoio à constituição das entidades estudantis, capacitação dos discentes e técnicos, participação nos espaços de controle social.

3. Destaca-se que é de responsabilidade do Serviço Social, a concessão dos auxílios financeiros, a saber:

- AUXÍLIO MORADIA - subsidia despesas com habitação para locação, sublocação de imóveis para discentes com referência familiar e residência domiciliar fora da Sede do município em que está instalado o campus;
- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – subsidia despesas de alimentação nos dias letivos;
- AUXÍLIO TRANSPORTE – subsidia despesas no trajeto residência/campus/residência;
- AUXÍLIO ÓCULOS – complementa despesas de aquisição de óculos ou lentes corretivas de deficiências oculares;
- AUXÍLIO VISITAS/VIAGENS TÉCNICAS – subsidia despesas com alimentação e/ou hospedagem em visitas e viagens técnicas;

- AUXÍLIO ACADÊMICO – complementa despesas com alimentação, hospedagem, passagem e inscrição dos discentes para a participação em eventos acadêmicos;
- AUXÍLIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO – subsidia a aquisição de material de uso individual e intransferível, indispensável à aprendizagem de determinada disciplina;
- AUXÍLIO DISCENTES MÃES/PAIS – subsidia despesas de filho(s) de até 06 (seis) anos de idade ou com deficiência sob sua guarda;
- AUXÍLIO FORMAÇÃO – subsidia despesas relativas à ampliação da formação dos discentes em laboratórios/oficinas e em projetos caracterizados por ensino, pesquisa e extensão, vinculados ao seu curso;
- AUXÍLIO PERMANÊNCIA ACADÊMICA – subsidia as diversas despesas de estudantes que são impeditivas da permanência e do êxito no percurso formativo;
- AUXÍLIO EMERGENCIAL - subsidia despesas de estudantes, em situações emergenciais, que geram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes;
- AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL - subsidia os gastos do/a discente para a obtenção ou atualização dos equipamentos e/ou acesso ou melhoria do plano de internet.

Os auxílios têm por objetivo e finalidade ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos(as) discentes, visando reduzir os efeitos das desigualdades sociais; contribuir para reduzir a evasão; propiciar a melhoria do desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do (a) discente.

Conforme o Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE), aprovado pela Resolução Nº 24, de 01 de março de 2023, fica a critério de cada campus definir os auxílios que serão disponibilizados, com base na realidade local, em comum acordo com a equipe de Assistência Estudantil, a comunidade acadêmica e conforme a disponibilidade orçamentária.

Ressalta- se que estas ações devem ser pensadas em articulação também com a gestão democrática e participativa da comunidade escolar, de modo a favorecer a mediação das relações entre discentes, professores, famílias e as redes de atendimento à população.

### 19.5.4. Diretoria de Ensino

A Diretoria de Ensino possui por missão o acompanhamento, a avaliação e a execução dos planos, programas e projetos da Instituição, propondo, com base na análise dos resultados alcançados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos em consonância com as diretrizes advindas do Ministério da Educação.

Nesse contexto, a Direção de Ensino também desempenha um importante papel no tocante ao apoio aos discentes, especialmente no que se refere ao trancamento ou exclusão de disciplinas em casos específicos, como problemas de saúde ou questões pessoais graves que impossibilitem o acompanhamento regular das aulas. Assim, destaca-se que sua atuação abrange o suporte administrativo em situações acadêmicas não rotineiras.

Ademais, observa-se que sua principal função é garantir que a trajetória educacional do estudante siga um fluxo adequado, inclusive no que diz respeito à conclusão do curso no tempo certo, mesmo diante de imprevistos e necessidades especiais, o que é viabilizado por meio da parceria com os outros setores do Ensino como as Coordenações de Cursos, CTP, CCA e os demais, vinculados a ela.

Ressalta-se, desta forma, que a Diretoria de Ensino analisa e autoriza solicitações excepcionais que fogem dos prazos e procedimentos rotineiros como os pedidos de quebra de pré-requisito em caráter excepcional, que permitem ao aluno cursar uma disciplina concomitantemente à disciplina requisito anterior, e, com isso, o aluno tem a possibilidade de concluir o curso no semestre em que fez a solicitação, sempre baseada em um estudo criterioso da situação.

Em suma, o trabalho da Direção de Ensino consiste numa parceria estratégica para os alunos, oferecendo um canal oficial para a resolução de questões que demandam uma análise mais aprofundada, assegurando que o percurso acadêmico seja justo e adaptável às diferentes realidades dos estudantes.

### 19.5.5. Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Napne é um núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do discente e apoio aos servidores com necessidades específicas. Promove, em conjunto com os demais setores do IFCE, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade.

O NAPNE tem sua atuação fundamentada na Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023 e tem como objetivos:

- buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e atitudinais na Instituição de ensino;
- promover condições necessárias para a seleção, o ingresso e a permanência de discentes e servidores com necessidades específicas no IFCE;
- propor e acompanhar adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos campi, conforme as normas previstas em lei;
- atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, colaborando com a adaptação dos

referenciais teórico-metodológicos, promovendo a articulação entre o Napne e Projeto Político Pedagógico da instituição;

- articular junto ao campus, à PROEXT, à PROGEP e à PROAP, a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e bens permanentes, além da contratação de profissionais especializados que possibilitem a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade;

- potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação;

- promover e participar, no âmbito do IFCE e de outras instituições, de atividades de acessibilidade e inclusão com o intuito de contribuir para a inserção da pessoa com necessidades específicas no IFCE e em espaços sociais possibilitando viabilizar e sensibilizar a comunidade interna e externa sobre as ações do Napne;

- assessorar a gestão do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas;

- Oferecer apoio técnico e acompanhamento na implementação do Plano Educacional Individualizado de Acessibilidade (PEI-AC), de acordo com as normativas em vigência, atuando em colaboração com a gestão máxima de ensino do campus e as coordenações de curso;

- Garantir o cumprimento das adaptações e suportes indicados no PEI-AC, contribuindo para a inclusão efetiva de pessoas com necessidades especiais no ambiente educacional e assessorar na solicitação formal de certificação diferenciada.

Para os fins deste Projeto Pedagógico, e conforme a Resolução nº 064/2018, consideram-se Pessoas com Necessidades Específicas aquelas com deficiência visual, deficiência auditiva, surdez, surdocegueira, deficiência motora, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e altas

habilidades/superdotação. A esses estudantes, o curso assegurará, em articulação com o NAPNE e com os setores competentes do campus, o atendimento educacional especializado, contemplando, entre outros recursos, a tradução e a interpretação em Libras, a audiodescrição e a descrição de elementos visuais, a produção de materiais didáticos especializados e demais adaptações pertinentes às necessidades apresentadas.

Em sua atuação no curso, o NAPNE soma esforços aos demais setores e servidores envolvidos no processo de inclusão dos estudantes, observadas as atribuições previstas no art. 13 da Resolução nº 050/2015, entre as quais se destacam: disseminar a cultura da inclusão por meio de projetos, assessorias e ações educacionais; assegurar a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas; articular, junto aos setores institucionais, as ações de inclusão, definindo prioridades quanto a equipamentos, softwares e materiais didático-pedagógicos; prestar assessoramento à gestão do campus em questões relativas à inclusão; e participar dos processos de ingresso e de planejamento institucional, de modo a garantir condições de acessibilidade ao longo de todo o percurso formativo.

Entre as ações de acompanhamento, destaca-se o serviço de tutoria de pares ofertado pelo NAPNE, no qual um estudante mais avançado acompanha as atividades de um colega com necessidade educacional específica que apresente dificuldades na aprendizagem de determinado conteúdo. Essa estratégia beneficia ambos os estudantes: o discente com necessidade específica recebe atendimento individualizado e personalizado, enquanto o estudante tutor desenvolve experiência formativa na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, o curso incentivará a abertura de vagas para tutores e tutoras de pares, na condição de bolsistas ou voluntários, em articulação com as políticas institucionais de acompanhamento discente.

Outras ações do NAPNE compreendem: a elaboração de plano individualizado de acompanhamento para o estudante com necessidade educacional específica, com definição de adaptações de materiais, metodologias e instrumentos avaliativos; o atendimento educacional especializado em horário diverso ao das aulas, voltado à mediação de conteúdos e ao uso de recursos de acessibilidade e o encaminhamento, pelo NAPNE, das demandas de tradução e interpretação em Libras, audiodescrição, produção de materiais em Braille, em formato digital acessível e em formatos ampliados. Tais ações são acompanhadas de forma processual ao longo do período letivo, com avaliação periódica de sua efetividade pelo docente responsável, pela coordenação do curso e pelo NAPNE.

### 19.5.6. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI está voltado para ações afirmativas sobre Africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003, nas questões indígenas, Lei nº11.645/2008, e Diretrizes Curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

O núcleo tem como missão sistematizar, produzir e difundir conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminação, ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no IFCE.

Tem sua atuação fundamentada na Resolução CONSUP/IFCE nº 103, de 31 de agosto de 2023, que aprova o regimento interno dos NEABIs do IFCE e dá outras providências. São elas:

● desenvolver programas e projetos em temas sobre relações étnico-raciais em diversas áreas do conhecimento, numa ação integrada e articulada entre ensino, pesquisa, extensão e assuntos estudantis;

● promover encontros de reflexão e capacitação para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica, cultural e social do país;

● buscar recursos para desenvolver projetos de pesquisa e extensão relacionados às questões étnico-raciais;

● contribuir no planejamento, elaboração, execução e monitoramento da política institucional do Instituto Federal do Ceará, em especial, no que tange às ações afirmativas;

● apoiar, planejar e executar ações que visem contribuir para a formação inicial e continuada de servidores e discentes para as relações étnico-raciais;

● estimular publicações técnicas e/ou científicas sobre questões étnico-raciais com as comunidades interna e externa ao instituto: universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;

● motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens de formação integrada às questões étnico-raciais, de forma contínua;

● colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico e webgráfico relacionado à educação étnico-racial no campus;

● incentivar a criação de grupos de estudos, pesquisa e convivência da cultura afrobrasileira e indígena, com a participação da comunidade interna e externa do IFCE;

● disseminar a cultura da inclusão étnico-racial, no âmbito do IFCE, por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas socioeducativas de negros/as e indígenas nas esferas municipal, estadual e federal;

● contribuir para a implementação, acompanhamento e avaliação de políticas de acesso, permanência e conclusão da formação com êxito dos negros/as e indígenas, com a efetiva participação das pró-reitorias e diretorias sistêmicas institucionais;

● fomentar, no IFCE, a cultura da educação para a convivência, respeito à diversidade étnico-racial, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e comunicacionais;

● participar dos momentos de discussão sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e gestão para compor o planejamento da instituição, de modo a atender às demandas específicas às questões étnico-raciais.

### 19.5.7. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS)

O NUGEDS do IFCE foi criado por demanda da comunidade acadêmica através da Resolução CONSUP/IFCE nº 78, de 13 de dezembro de 2022. Tem como fundamento trabalhar a partir dos conceitos de gênero e diversidade estabelecidos e obedecendo os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Trata-se de um núcleo interdisciplinar, estruturado para estudar, planejar, apoiar colaborativamente e promover o desenvolvimento de ações educativas, culturais e políticas que objetivem a formação, nas comunidades interna e externa à instituição, de uma consciência crítica, atualizada, inclusiva, mobilizadora em relação às temáticas de gênero e diversidade sexual. Sua atuação atravessa as áreas de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão, assim como a dos demais núcleos em atividade no IFCE.

Desta forma, a ação do NUGEDS incide sobre a prevenção e o enfrentamento das desigualdades de gênero, a promoção da equidade e a defesa

dos direitos das mulheres e da comunidade LGBTI+. Entre suas atribuições, o Núcleo presta apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade em razão de discriminação e/ou violências de gênero e de orientação sexual, em articulação com os demais setores responsáveis pela permanência e pelo êxito discente

### 19.5.8. Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos (CAEAE)

A Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos (CAEAE) do IFCE campus Fortaleza é responsável pela administração do estágio discente, seja ele obrigatório ou não obrigatório. Atua em parceria com as coordenações de cursos e conta com o apoio dos docentes orientadores de estágio. Ademais, realiza o controle das documentações, cadastros e finalizações de estágios no sistema acadêmico, o acompanhamento dos relatórios e cumprimento das regras de estágio, conforme Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), bem como a divulgação das ofertas de estágio enviadas pelas empresas para disseminar as oportunidades ao corpo discente.

## 20. CORPO DOCENTE

Esta seção apresenta o detalhamento do corpo docente em dois quadros. A Tabela I apresenta o perfil do corpo docente necessário para o desenvolvimento do curso, considerando as áreas, subáreas e quantidade necessária para o atendimento a todas as disciplinas, conforme a Tabela de Perfil Docente, Portaria Normativa nº 377/2026.

**Tabela I – Perfil do corpo docente necessário para desenvolvimento do curso.**

| | Área | Subárea da Tabela de Perfil Docente | Componente(s) curricular(es) | Quantidade necessária |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Filosofia | Filosofia | ● Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia;<br>● Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos;<br>● Projeto Integrador | 2 |
| 2 | Sociologia | Sociologia Geral | ● Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos;<br>● Movimentos Sociais, Associativismo e o Ciclo de Políticas Públicas;<br>● Comunicação e Mobilização Comunitária; Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social;<br>● Projeto Integrador<br>● Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Trabalho, Emprego e Renda | 4 |
| 3 | Geografia | Geografia Humana | ● História Social, Geografia Urbana, Desenvolvimento Territorial<br>● Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social;<br>● Projeto Integrador | 2 |
| 4 | Pedagogia | Pedagogia | ● Metodologias Pedagógicas e Educação Popular;<br>● Projeto Integrador | 1 |
| 5 | Letras / Língua Portuguesa | Língua Portuguesa | ● Língua Portuguesa: Leitura, Interpretação de Editais e Escrita de Projetos;<br>● Projeto Integrador | 1 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 6 | Informática / Computação | Informática Básica /Sistemas Operacionais e Redes de Computadores | ● Laboratório I: Informática Básica e IA Aplicada ao desenvolvimento comunitário;<br>● Projeto Integrador | 1 |
| 7 | Artes | Teatro / Danças e Culturas Populares Tradicionais | ● Expressões Artísticas para o Desenvolvimento Comunitário;<br>● Projeto Integrador | 1 |
| 8 | Biologia | Biologia Geral | ● Meio Ambiente e Sustentabilidade;<br>● Projeto Integrador | 3 |
| 9 | Serviço Social | Política Social: fundamentos sócio-históricos Gestão e planejamento social | ● Políticas de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e Acessibilidade;<br>● Projeto Integrador | 1 |
| 10 | Ciência Sociais Aplicadas / Direito Público e Privado | Direito Público e Privado | ● Direitos da Mulher, Diversidade, Racismo e Prevenção à Violência de Gênero;<br>● Projeto Integrador | 1 |
| 11 | História | História Geral, da América, do Brasil, do Ceará e da Arte | ● História Social, Geografia Urbana, Desenvolvimento Territorial;<br>● Projeto Integrador | 2 |
| 12 | Comunicação Social | Comunicação Social | ● Comunicação e Mobilização Comunitária;<br>● Projeto Integrador | 1 |

A Tabela 2 apresenta o corpo docente existente no Campus Fortaleza. Nele consta o nome do docente, a qualificação profissional, a titulação máxima, o vínculo (efetivo ou substituto), o regime de trabalho e as disciplinas que o(a) docente pode

ministrar, conforme a Tabela de Perfil Docente.

**Tabela 2 - Corpo docente existente.**

| | Nome do docente | Qualificação profissional | Titulação máxima | Vínculo | Regime de trabalho | Campus de lotação | Disciplina(s) que ministra |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Allana Joyce Soares | Gestão e operacionalização do lazer e do desporto | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Trabalho, Emprego e Renda;<br>• Projeto Integrador |
| 2 | Antonio Cavalcante de Almeida | Sociologia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Comunicação e Mobilização Comunitária;<br>• Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social;<br>• Projeto Integrador |
| 3 | Cristianne Sousa Bezerra | Biologia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Meio Ambiente e Sustentabilidade<br>• Projeto Integrador |
| 4 | David Moreno Montenegro | Sociologia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos;<br>• Movimentos Sociais, Associativismo e o Ciclo de Políticas Públicas;<br>• Projeto Integrador; Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Trabalho, Emprego e Renda |
| 5 | Domingos Sávio Soares Felipe | Sistemas Operacionais e Redes de Computadores | Especialização | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Laboratório: Informática Básica e IA Aplicada;<br>• Projeto Integrador |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | Elton Ferreira de Araújo | Gestão e operacionalização do lazer e do desporto | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Trabalho, Emprego e Renda;<br>• Projeto Integrador |
| 7 | Elydiana de Souza Soares Pontes | Serviço Social: Política Social: fundamentos sócio-históricos Gestão e planejamento social | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Iguatu | • Políticas de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e Acessibilidade;<br>• Projeto Integrador |
| 8 | Eugenia Tavares Martins | Língua Portuguesa | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Língua Portuguesa: Leitura, Interpretação de Editais e Escrita de Projetos;<br>• Projeto Integrador |
| 9 | Fabiana Lima Abreu | Geografia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • História Social, Geografia Urbana, Desenvolvimento Territorial;<br>• Projeto Integrador |
| 10 | Felipe Alves de Brito Oliveira | Biologia | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Horizonte | • Meio Ambiente e Sustentabilidade; Projeto Integrador |
| 11 | Francisco Glauco Gomes Bastos | Língua Portuguesa | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Língua Portuguesa: Leitura, Interpretação de Editais e Escrita de Projetos;<br>• Projeto Integrador |
| 12 | Iraci de Oliveira Moraes Schmidlin | Comunicação Social - Publicidade e Propaganda | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Comunicação e Mobilização Comunitária;<br>• Projeto Integrador |
| 13 | Jeriel Silva Santos | Filosofia | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia;<br>• Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos;<br>• Projeto Integrador |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 | João César Abreu de Oliveira Filho | Geografia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • História Social, Geografia Urbana, Desenvolvimento Territorial;<br>• Movimentos Sociais, Associativismo e o Ciclo de Políticas Públicas;<br>• Projeto Integrador |
| 15 | João Paulo Bandeira de Souza | Sociologia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia;<br>• Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos;<br>• Movimentos Sociais, Associativismo e o Ciclo de Políticas Públicas;<br>• Projeto Integrador |
| 16 | José William Moreira Moreno Filho | Filosofia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia;<br>• Projeto Integrador |
| 17 | Lilian Aparecida Mudado Suassuna Martins | Língua Portuguesa | Mestrado | Efetivo | 40 h | Fortaleza | • Língua Portuguesa: Leitura, Interpretação de Editais e Escrita de Projetos;<br>• Projeto Integrador |
| 18 | Marcelo Oliveira Teles de Menezes | Biologia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • Meio Ambiente e Sustentabilidade;<br>• Projeto Integrador |
| 19 | Marcio Monteiro Cunha | História | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | • História Social, Geografia Urbana, |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Desenvolvimento Territorial;<br>● Projeto Integrador |
| 20 | Marcos Alberto de Oliveira Vieira | Sociologia | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | ● Comunicação e Mobilização Comunitária;<br>● Políticas de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS), Acessibilidade e Inclusão;<br>● Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social;<br>● Projeto Integrador |
| 21 | Maria Cleide da Silva Barroso | Pedagogia | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | ● Metodologias Pedagógicas e Educação Popular; Projeto Integrador |
| 22 | Maria de Lourdes Macena de Souza | Artes | Doutorado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | ● Expressões Artísticas para o Desenvolvimento Comunitário;<br>● Projeto Integrador |
| 23 | Rebeca de Abreu Moreira | Ciência Sociais Aplicadas / Direito Público e Privado | Mestrado | Efetivo | 40h DE | Fortaleza | ● Direitos da Mulher, Diversidade, Racismo e Prevenção à Violência de Gênero;<br>● Projeto Integrador |

## 21. Corpo Técnico-Administrativo

O corpo de servidores técnico-administrativos diretamente relacionados ao curso consta na Tabela 3. Nele, informa-se os nomes dos servidores, os setores de lotação, seus cargos e a titulação máxima.

**Tabela 3 - Servidores Técnico-Administrativos diretamente relacionados ao curso**

| Nome do servidor | Cargo | Titulação Máxima | Atividade desenvolvida |
|---|---|---|---|
| Francisco de Assis Magalhães Araújo | Coordenador de Controle Acadêmico | Mestrado | Gestão do controle acadêmico e dos registros escolares |
| Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino | Coordenadora Técnico-Pedagógica | Mestrado | Acompanhamento didático-pedagógico e apoio aos processos formativos |
| David Moraes de Andrade | Coordenador do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância | Especialização | Apoio às tecnologias educacionais e à mediação digital |
| Carlos Henrique da Silva Sousa | Coordenador de Biblioteca | Doutorado | Gestão da biblioteca e apoio ao acesso ao acervo informacional |
| Anna Gabriele Gurgel Alexandre Estrela | Coordenadora de Assuntos Estudantis | Graduação | Apoio à assistência estudantil e ao acompanhamento discente |
| Renata Maria Paiva da Costa | Assistente Social | Doutorado | Acompanhamento social e apoio à permanência estudantil |
| Elizabete Lopes Rodrigues | Coordenadora de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos | Graduação | Apoio ao acompanhamento de estágio e monitoramento de egressos |
| Marcos Sampaio Ferreira | Coordenador de Tecnologia da Informação | Especialização | Suporte de tecnologia da informação e infraestrutura digital |
| Gessandra Maria Anselmo Lisboa | Técnica em Assuntos Estudantis | Graduação | Apoio administrativo ao Departamento de Educação |
| Izabela de Araújo Castro | Psicóloga | Especialização | Apoio psicossocial aos estudantes |
| Ana Karen de Carvalho Albuquerque | Dentista | Mestrado | Atendimento em saúde bucal aos estudantes |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Adriana Torres Aderaldo | Servidora do Setor de Atendimento ao Usuário da Biblioteca | Especialização | Apoio ao atendimento estudantil e orientação ao uso da biblioteca |

## 22. INFRAESTRUTURA

Esta seção apresenta toda a infraestrutura do campus para suporte e execução do curso, perpassando a infraestrutura Física e Recursos Materiais da biblioteca e de laboratórios. Importante salientar que o campus Fortaleza possui infraestrutura adequada ao pleno funcionamento do curso.

### Biblioteca

A Biblioteca Waldyr Diogo de Siqueira, localizada no campus Fortaleza do IFCE, está vinculada diretamente à Direção Geral do campus e tem como finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Para isso, disponibiliza material bibliográfico aos discentes, servidores (docentes e técnico-administrativos) e à comunidade, conforme regulamentação própria.

Tem como missão organizar, preservar e disseminar as informações de seu acervo, atendendo às demandas de pesquisa, consulta e empréstimo de materiais.

A Biblioteca integra o Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI), instituído pela Portaria nº 410/GR, de 30 de junho de 2015, composto por 34 unidades. O SIBI visa democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, apoiando as atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as políticas, planos e programas do IFCE.

Entre seus objetivos está a divulgação de seus serviços e produtos, buscando atrair a comunidade e estimular o uso de suas instalações, acervos e serviços. Para tanto, a Biblioteca realiza, semestralmente, atividades de acolhimento aos novos usuários, oferecendo capacitações sobre o uso do Sistema Sophia e demais funcionalidades, bem como orientações sobre seu funcionamento e regulamento, promovendo a autonomia dos usuários.

Além disso, desenvolve ações socioeducativas e culturais, como cursos,

oficinas, exposições, eventos e apresentações diversas.

A Biblioteca está situada próxima ao pátio central do campus, ocupando uma área de 470m². Sua estrutura comporta 146 assentos, distribuídos da seguinte forma:

- 25 no InfoLaB - Laboratório de Informação da Biblioteca;
- 5 no espaço American Corner;
- 51 na área de estudo individual;
- 20 no Setor de Multimídia;
- 50 no salão de estudo coletivo.

Seu acervo totaliza 49.780 volumes impressos (dados de 22/01/2026), em diversos formatos, como livros, CDs e DVDs e cerca de 19.083 títulos digitais, abrangendo áreas como ciências, artes, literatura e tecnologia, com destaque para obras técnicas e didáticas.

**Horário de funcionamento:**

- Empréstimo, estudo e leitura: 8h às 20h45;
- Referência (consulta local e atendimento pelo bibliotecário): 8h às 20h45;
- Multimídia (uso de computadores com internet): 8h às 20h.

O gerenciamento da Biblioteca é totalmente informatizado, oferecendo serviços presenciais e on-line, acessíveis via internet. Esses serviços são prestados com base no compromisso de atender com qualidade e eficiência às necessidades informacionais de seus usuários, por meio de um acervo amplo, diversificado e constantemente atualizado.

A equipe da Biblioteca é composta por profissionais qualificados,

responsáveis pela catalogação, classificação e indexação das novas aquisições, bem como pela manutenção dos dados no Sistema SophiA, plataforma utilizada para a gestão do acervo. Todo o material é registrado no patrimônio da instituição, classificado conforme a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e catalogado segundo as normas do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2.

Compete ainda à equipe técnica a preparação física do material bibliográfico impresso destinado ao empréstimo domiciliar, incluindo a aplicação de carimbos de identificação, registros patrimoniais e etiquetas de classificação.

A Biblioteca oferece uma variedade de serviços para facilitar o acesso à informação e promover o uso qualificado de seus recursos que estão acessíveis por meio do Portal do Sistema de Bibliotecas do IFCE: https://portal.ifce.edu.br/institucional/ensino/sistemas-de-bibliotecas/.

São eles:

- Consulta ao acervo: O sistema SophiA permite a consulta pública ao acervo bibliográfico da Biblioteca, tanto pela internet (web) quanto por terminais internos (intranet). A busca pode ser realizada por diversos campos, como autor, título, assunto, editora, série ou ISBN/ISSN, facilitando o acesso à localização das obras.

- Acesso à Biblioteca Virtual Pearson (BV): Plataforma digital desenvolvida pela Pearson Education do Brasil, com acesso a aproximadamente 19.083 e-books de diversas áreas do conhecimento. O acesso é viabilizado por contrato institucional e está disponível em:

https://suap.ifce.edu.br/accounts/login/?next=/biblioteca/biblioteca_virtual/

O login é feito com matrícula e senha para estudantes e matrícula Siape e senha para servidores do IFCE.

- Busca Integrada: Ferramenta do sistema SophiA que permite ao

usuário realizar uma pesquisa unificada em todo o acervo da biblioteca, abrangendo tanto os recursos impressos quanto digitais, otimizando a recuperação das informações disponíveis.

- SophiA Mobile: Aplicativo desenvolvido pela empresa Primasoft, compatível com dispositivos móveis das plataformas Android, Ios e Windows Phone. Permite realizar consultas, pesquisas, avaliações de obras, reservas e renovações de materiais diretamente pelo celular ou tablet. O aplicativo SophiA Biblioteca pode ser baixado na Google Play (Android) ou na App Store (iOS). O login é o mesmo utilizado no acesso via Web.

- Empréstimo domiciliar: Disponível exclusivamente à comunidade do campus, para obras do acervo físico. As quantidades e prazos de empréstimo estão definidos no Regulamento da Biblioteca.

- Renovação e reserva online: A renovação de materiais pode ser feita presencialmente, pelo Portal SophiA ou via SophiA Mobile, desde que não haja reserva para a obra. O número de renovações permitidas está especificado no regulamento. As reservas podem ser realizadas por usuários habilitados também pelas mesmas plataformas.

- Terminal de autoatendimento: Equipamento disponível na Biblioteca que permite ao usuário efetuar empréstimos e devoluções de materiais de forma autônoma, sem a necessidade de atendimento direto.

- Ambientes de estudo: A Biblioteca dispõe de espaços destinados ao estudo individual e em grupo, com cabines e mesas apropriadas para ambos os formatos.

- Acesso livre à internet: Espaço com computadores conectados à internet, disponível para discentes realizarem pesquisas acadêmicas e consultas ao catálogo on-line.

- Wi-Fi: Rede de internet sem fio disponível nos ambientes da biblioteca,

permitindo acesso remoto à internet com dispositivos pessoais.

- Capacitação de usuários: Oferecida regularmente à comunidade acadêmica através do InfoLaB - Laboratório de Informação da Biblioteca, com foco na utilização das bases de dados e recursos digitais, como o Portal de Periódicos da Capes e demais ferramentas disponíveis no Portal SophiA.

- Espaço American Corner: Programa oferecido em parceria com o consulado americano de Recife, em que promovemos capacitações na língua inglesa aos usuários.

- Declaração de Nada Consta: Documento emitido pela Biblioteca para comprovar a inexistência de pendências do usuário. As finalidades para sua emissão estão descritas no Regulamento da Biblioteca.

- Acesso ao Portal de Periódicos da Capes: Recurso que oferece acesso a revistas científicas, bases de dados de resumos e referências e documentos, como capítulos de livros, relatórios, entre outros. O conteúdo é acessível gratuitamente e, para conteúdos assinados, é necessário autenticação via Rede CAFe, da qual o IFCE faz parte. O acesso remoto é gerenciado pela DGTI, mediante cadastramento de senha no SUAP.

- A funcionalidade "Meu Espaço" permite guardar materiais favoritos, acompanhar treinamentos e emitir certificados. Acesse:

https://www-periodicos-capes-gov-br.ez138.periodicos.capes.gov.br/index.php

- Sugestão de aquisição de materiais: Funcionalidade disponível no sistema SophiA, que permite ao usuário sugerir a compra de novos materiais informacionais, via Web.

- Templates para trabalhos acadêmicos: Disponibilização de modelos para elaboração de TCCs, artigos científicos e demais trabalhos, conforme as normas da ABNT.

- Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos: Apoio técnico com base no Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, disponível em: https://portal.ifce.edu.br/documents/3353/Manual_de_Normaliza%C3%A7%C3%A3o_ de_Trabalhos_Acad%C3%AAmicos_do_IFCE.pdf

- Orientação para depósito de TCCs e trabalhos de pós-graduação: Instruções para entrega de TCCs, dissertações e teses no âmbito do campus estão disponíveis em:

https://portal.ifce.edu.br/institucional/ensino/sistemas-de-bibliotecas/entrega-detrabalh os- academicos/

- Visita orientada: Realização de visitas guiadas às dependências da Biblioteca, com apresentação de seus espaços, serviços e funcionamento.

- Programa Multa Solidária: Iniciativa que permite ao usuário em atraso optar por substituir os dias de suspensão por doações de alimentos, que são destinados a projetos sociais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade.

O acervo físico é acessível à comunidade acadêmica e encontra-se alocado em ambiente com estrutura física adequada e recursos tecnológicos compatíveis com a demanda. A Biblioteca dispõe de terminais de consulta que permitem acesso ao catálogo físico e digital, além de possibilitarem a renovação e reserva de materiais.

Com o objetivo de otimizar a busca por informações, a Biblioteca oferece o recurso de busca integrada no sistema SophiA, permitindo ao usuário acessar, por meio de uma única interface, o conteúdo de todas as bases de dados disponíveis, incluindo o repositório institucional de produção técnica e acadêmica.

O sistema SophiA possibilita aos usuários realizar empréstimos, devoluções, renovações, reservas e pesquisas no acervo. Essas operações são efetuadas mediante autenticação com senha pessoal, com emissão automática de recibo

enviado por e-mail. Por meio do aplicativo SophiA Mobile, as mesmas funcionalidades podem ser acessadas por smartphones ou tablets, incluindo avaliação de obras.

A gestão do acervo é orientada pelas necessidades de uso e pela análise da relação entre a quantidade de exemplares e a demanda. Para tanto, são gerados relatórios de títulos mais reservados, os quais subsidiam decisões sobre a ampliação do acervo físico.

O Sistema SophiA também permite a emissão de relatórios estatísticos que subsidiam o trabalho do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, com dados sobre a frequência de uso dos títulos, identificando necessidades de aquisição de novas obras ou exemplares adicionais.

Desenvolvido pela empresa Primasoft, o software SophiA foi projetado para gerenciar acervos e coleções em diferentes suportes, oferecendo recursos como:

- Cadastramento de obras em base única com interface gráfica;
- Gestão de usuários, com registro de dados pessoais e institucionais;
- Administração das funções de empréstimo, devolução e renovação;
- Controle de prazos e aplicação de penalidades (bloqueio e multa em caso de atraso).

Essas funcionalidades tornam o sistema uma ferramenta essencial para a eficiência e organização da gestão bibliográfica no âmbito do IFCE

**Infraestrutura física e recursos materiais**

O Campus Fortaleza do IFCE dispõe de infraestrutura física e de recursos materiais compatíveis com a oferta do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das

atividades de ensino, pesquisa e extensão previstas no Projeto Pedagógico do Curso. Trata-se de uma unidade de grande porte, com ampla capacidade instalada, salas de aula, auditórios, biblioteca, laboratórios, espaços administrativos, núcleos de apoio e ambientes multiuso, o que oferece base material consistente para a implementação de uma formação técnica presencial, noturna e socialmente referenciada.

No que se refere aos ambientes de ensino, o campus conta com salas de aula adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, com condições de atender à oferta regular do curso, à lotação prevista por turma e à realização de aulas expositivas dialogadas, seminários, oficinas, atividades integradoras e momentos de orientação coletiva. Esses espaços permitem o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas, coerentes com a proposta formativa do curso, especialmente por se tratar de uma habilitação que articula leitura crítica da realidade, trabalho em grupo, análise de problemas sociais e elaboração de projetos comunitários.

A infraestrutura disponível inclui também espaços de uso coletivo relevantes para a vida acadêmica e para a realização de atividades complementares, entre os quais se destacam os auditórios Nilo Peçanha e Iran Raupp, utilizados para eventos formativos, mesas de debate, apresentações acadêmicas, encontros com a comunidade e ações de extensão. Tais ambientes ampliam as possibilidades de desenvolvimento de atividades de caráter interdisciplinar, cultural e socioeducativo, em consonância com o perfil do curso.

Do ponto de vista tecnológico, o campus dispõe de recursos de informática, acesso à internet, equipamentos de apoio às aulas e laboratórios conectados à rede, o que favorece o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa, à organização e sistematização de informações, à elaboração de diagnósticos, à construção de projetos e ao uso pedagógico de ferramentas digitais. Essa infraestrutura é especialmente importante em um curso que mobiliza análise de dados, leitura de indicadores sociais, produção de relatórios e elaboração de

propostas de intervenção.

Em razão da natureza do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, a infraestrutura do campus mostra-se favorável não apenas pelos espaços tradicionais de ensino, mas também por oferecer ambientes compatíveis com práticas interdisciplinares, participativas e extensionistas. Nesse sentido, destaca-se o Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educativas (LIPE), que pode contribuir diretamente para oficinas, projetos, discussões coletivas e outras experiências formativas articuladas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A estrutura física do campus contempla ainda núcleos e ambientes institucionais de grande relevância para a identidade do curso. O Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) dispõe de estrutura voltada ao atendimento educacional especializado, incluindo a Sala Braille, contribuindo para a promoção da acessibilidade e da inclusão. O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) dispõe de sala própria no campus, constituindo espaço de referência para ações formativas, projetos e debates relacionados às relações étnico-raciais, à diversidade e aos direitos humanos. O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) também dispõe de sala própria no campus, constituindo espaço de referência para ações formativas, projetos e debates relacionados às questões de gênero e diversidade sexual, à equidade e ao enfrentamento das discriminações e violências contra mulheres e pessoas LGBTI+.

Além desses espaços, o campus dispõe de ambientes multiuso destinados à realização de reuniões de grupo, atividades extensionistas, oficinas e práticas formativas em articulação com a comunidade. Esses ambientes favorecem o desenvolvimento de metodologias participativas, estudos de caso, rodas de conversa, construção coletiva de diagnósticos e elaboração de propostas de intervenção social, aspectos centrais à formação pretendida pelo curso.

No plano da acessibilidade, a infraestrutura física do campus deve ser compreendida em articulação com as políticas institucionais de inclusão e com os dispositivos de apoio existentes no IFCE. A presença do Núcleo de Atendimento às

Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), da Sala Braille e de outras ações institucionais voltadas à permanência e ao atendimento educacional especializado reforça a capacidade do campus de acolher estudantes com necessidades específicas e de promover condições de participação acadêmica mais equitativas.

Assim, a infraestrutura física e os recursos materiais disponíveis no Campus Fortaleza atendem às necessidades do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário ao reunir salas de aula, auditórios, biblioteca, laboratórios, recursos de informática, acesso à internet, núcleos de apoio e espaços multiuso, criando condições concretas para uma formação que articula fundamentação teórica, inclusão, participação social, práticas extensionistas e inserção comunitária.

**Infraestrutura de Laboratórios**

A infraestrutura de laboratórios disponível no Campus Fortaleza do IFCE oferece suporte adequado ao desenvolvimento do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, especialmente no que se refere às atividades pedagógicas que demandam uso de tecnologias da informação, produção de materiais acadêmicos, sistematização de dados, elaboração de relatórios, construção de projetos e realização de práticas interdisciplinares articuladas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Embora o curso não dependa de laboratórios especializados de natureza industrial ou experimental no sentido clássico, sua proposta formativa exige ambientes que favoreçam a análise da realidade social, o trabalho coletivo, a pesquisa aplicada e a utilização de recursos tecnológicos no apoio às práticas formativas.

Nesse contexto, destacam-se os laboratórios de informática do campus, equipados com computadores conectados à internet, softwares de produtividade e recursos de apoio à pesquisa e à organização de informações, os quais poderão ser utilizados em componentes curriculares voltados à análise de dados, elaboração de diagnósticos, produção de relatórios, construção de planilhas, formulação de

projetos e uso pedagógico de ferramentas digitais. Tais espaços assumem relevância particular em uma formação que demanda leitura e sistematização de indicadores sociais, produção de textos técnicos, elaboração de apresentações e desenvolvimento de atividades com apoio de tecnologias digitais.

Além dos laboratórios de informática, o curso poderá utilizar ambientes laboratoriais de caráter interdisciplinar, notadamente o Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educativas (LIPE), cuja natureza dialoga diretamente com a proposta do curso ao possibilitar oficinas, práticas integradoras, atividades extensionistas, discussões coletivas, experiências pedagógicas colaborativas e ações formativas articuladas às demandas sociais e comunitárias. A presença desse laboratório amplia as condições de desenvolvimento de práticas educativas não restritas ao formato tradicional de aula, favorecendo metodologias participativas e experimentações coerentes com a identidade da habilitação.

Em termos pedagógicos, a utilização dos laboratórios no curso não será compreendida apenas como suporte técnico, mas como mediação formativa para o desenvolvimento de competências relacionadas à observação, análise, registro, sistematização, planejamento e comunicação de informações relevantes para a atuação comunitária. Assim, os espaços laboratoriais do campus contribuem para transformar conteúdos em experiências de aprendizagem mais concretas, aproximando o estudante de situações de trabalho e de práticas profissionais compatíveis com o perfil do egresso.

Desse modo, a infraestrutura de laboratórios do Campus Fortaleza mostra-se compatível com as necessidades do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, ao oferecer condições para atividades de informática, pesquisa, elaboração de materiais técnicos, práticas interdisciplinares e experiências pedagógicas vinculadas à leitura crítica da realidade social e à construção de propostas de intervenção comunitária

- **Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educacionais**

Em 2022 foi criado o Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educacionais - LIPE, um espaço de acolhimento de dinâmicas e práticas formativas e reflexivas que permeiam o campo de ação das disciplinas propedêuticas que compõem o Departamento de Educação - DEDUC. Tendo como objetivos:

- Promover práticas escolares por meio de metodologias ativas;
- Realizar grupos de estudos que fortaleçam o protagonismo juvenil e os elementos da cultura de paz;
- Orientar estudantes na realização de atividades inerentes às práticas interdisciplinares;
- Auxiliar os docentes na elaboração de atividades que contribuam para sua formação e para o trabalho pedagógico;
- Contribuir para os processos relacionados ao desenvolvimento de pesquisas científicas;
- Promover uma maior interlocução e/ou aproximação com os licenciandos dos vários cursos do campus de Fortaleza;
- Fomentar o significado da interdisciplinaridade e sua importância na educação;
- Organizar materiais físicos e produtos audiovisuais produzidos nas práticas educativas articuladas pelo laboratório;
- Receber bolsistas com auxílio-formação nas diversas áreas do conhecimento, incentivando o desenvolvimento de autonomia, liderança e responsabilidade social inerentes à sua formação integral.

- **Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet**

O Campus Fortaleza do IFCE dispõe de laboratórios de informática conectados à internet, aptos a atender às demandas pedagógicas do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário. Esses ambientes oferecem suporte às atividades acadêmicas que envolvem pesquisa, produção textual, sistematização de informações, elaboração de planilhas, construção de apresentações, leitura de indicadores sociais, desenvolvimento de diagnósticos e formulação de projetos, aspectos diretamente relacionados à proposta formativa do curso.

A disponibilidade de computadores conectados à rede permite o acesso a bases de dados públicas, portais governamentais, bibliotecas digitais, periódicos científicos, sistemas acadêmicos e demais plataformas necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse recurso é particularmente importante para componentes curriculares que exigem consulta a indicadores socioeconômicos, leitura de dados territoriais, produção de relatórios técnicos e uso de ferramentas digitais aplicadas ao planejamento e à intervenção comunitária.

Além do acesso à internet, os laboratórios de informática oferecem condições para o uso de softwares e aplicativos de produtividade, edição de textos, planilhas, apresentações e outras ferramentas digitais que podem apoiar a formação dos estudantes em atividades de registro, análise, organização e comunicação de informações. Tais condições favorecem também o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao letramento digital, à autonomia acadêmica e ao uso crítico de tecnologias no campo social.

A existência desses laboratórios, articulada ao acesso à rede institucional e aos demais recursos tecnológicos disponíveis no campus, fortalece a capacidade do curso de desenvolver atividades compatíveis com sua proposta curricular, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias digitais para compreensão da realidade social, produção de conhecimento aplicado e construção de respostas técnicas socialmente referenciadas.

Desse modo, a infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet disponível no Campus Fortaleza atende de forma satisfatória às necessidades do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário, contribuindo para uma formação que integra análise social, inclusão digital, produção acadêmica e elaboração de projetos de intervenção.

- **Laboratórios básicos**

O curso conta com suporte institucional compatível com suas necessidades formativas, especialmente por meio dos laboratórios de informática, da biblioteca, do Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educativas (LIPE) e de ambientes multiuso do campus, os quais oferecem condições adequadas para o desenvolvimento de oficinas, atividades de pesquisa, elaboração de materiais técnicos, uso de ferramentas digitais, estudos de caso, construção coletiva de diagnósticos e demais práticas pedagógicas previstas na matriz curricular.

- **Laboratórios específicos à área do curso**

Destacam-se como espaços especialmente relevantes para a área do curso os laboratórios de informática conectados à internet, que dão suporte à leitura e sistematização de dados, elaboração de diagnósticos, construção de projetos, produção de relatórios e uso pedagógico de ferramentas digitais, bem como o Laboratório Interdisciplinar de Práticas Educativas (LIPE), cuja proposta favorece oficinas, projetos integradores, atividades extensionistas e experiências formativas coerentes com a natureza técnico-social da habilitação.

Também se inserem nessa lógica os núcleos e espaços institucionais que dialogam diretamente com os temas estruturantes do curso, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), com sua atuação voltada à acessibilidade e inclusão, incluindo a Sala Braille; o Núcleo de

Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), voltado às relações étnico-raciais e aos estudos afro-brasileiros e indígenas; e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS), relacionado às temáticas de gênero e diversidade sexual. Embora não sejam laboratórios em sentido estrito, esses espaços funcionam como ambientes de referência para ações formativas, projetos, debates, oficinas e articulações pedagógicas diretamente vinculadas à identidade do curso.

Desse modo, os laboratórios e ambientes específicos à área do Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário devem ser compreendidos como o conjunto de espaços institucionais que viabilizam práticas de investigação, análise da realidade, formação crítica, produção de intervenções e articulação comunitária, atendendo de forma adequada às necessidades pedagógicas, metodológicas e técnicas do curso.

## 23. REFERÊNCIAS


ALVES, Rener; GALLINARI, Danilo. **Agroecologia e Produção Orgânica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev. 2026.

ANDRADE, Dayana. **Vida em sintropia: agricultura sintrópica de Ernst Götsch explicada**. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev. 2026.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

ARISTÓTELES. **Política**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BELLO, Enzo. **Ensaios críticos sobre cidadania e meio ambiente**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev. 2026.

BERTHOLDI, Juliana. **Direitos sociais e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

BOEHS, Carlos Gabriel Eggert. **Democracia, cidadania e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

BONATTO, Rafael Araújo. **Captação de recursos e parcerias para projetos sociais**.
1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **Permacultura e as tecnologias de convivência**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação**. Brasília: MEC, 2026.

BUSATO, Ivana Maria Saes. **SUS: estrutura organizacional, controle, avaliação e regulação**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CABANIS-BREWIN, Jeannette; DINSMORE, Paul Campbell. **AMA: manual de gerenciamento de projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CALDAS, Josiane. **Cooperação: uma saída emergente frente à plataformização do trabalho**. Belo Horizonte: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CAMARGO, Grasiele Dalbão Rodrigues Modesto de. **Empreendimentos econômicos solidários**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Administração pública estratégica: planejamento, ferramentas e implantação**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CARRARO, Fabrício. **Inteligência artificial e ChatGPT: da revolução dos modelos de IA generativa à engenharia de prompt**. São Paulo: Casa do Código, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

CONSALTER, Maria Alice Soares. **Elaboração de projetos: da introdução à conclusão**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CÓRDOVA, Paulo Roberto. **Inteligência artificial: entre o fascínio e o medo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica em políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social**. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Cleber; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; CAÚ, José Nildo Alves. **Diagnóstico da realidade local**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis. **Desenvolvimento local e regional**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

**EDUCAÇÃO popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Organização: Pedro Pontual; Timothy Denis Ireland. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2009.

FERREIRA, Adriano. **Inteligência artificial e sociedade**. 1. ed. Cotia: Foco, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FERREIRA, Paula Camila Veiga. **Autoafirmação das mulheres: perspectivas para transposição das invisibilidades organizacionais por meio de uma teoria política de justiça substancialmente igualitária**. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FERREIRA, Paulo Vagner. **Análise de cenários econômicos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FILHO, Oscar Gabriel. **Inteligência artificial e aprendizagem de máquina: aspectos teóricos e aplicações**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Gestão estratégica de eventos: teoria, prática, casos, atividades**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GIANEZINI, Miguelangelo (org.). **Introdução à avaliação e ao monitoramento de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GIEHL, Pedro Roque et al. **Elaboração de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONÇALVES, Silvia Carolina Afonso. **Da ideia ao plano de negócios**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GUIMARÃES, Mauro (org.). **Educação ambiental e a "comvivência pedagógica": emergências e transformações no século XXI**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

HACK, Neiva Silvana. **Políticas sociais da pessoa idosa**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Curitiba: A Página, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Informe n. 272**. Fortaleza: IPECE, 2025.

KANABAR, Vijay; WONG, Jason. **A revolução da IA na gestão de projetos: elevando a produtividade com IA generativa**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 27 mar. 2026.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1994.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LONGHI, João Victor Rozatti. **Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news, milícias digitais e inteligência artificial**. 3. ed. Indaiatuba: Foco, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MACHADO, Rafael Carvalho. **Associativismo e cooperativismo**. Curitiba: Contentus, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MAGALHÃES, Hugo. **Redação: do zero aos mil pontos**. Araras: Venha Fazer História, 2024.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2011. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **Planejamento de eventos esportivos e recreativos**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCKENNA, Colleen. **Poderosas habilidades de comunicação: como se comunicar com confiança**. São Paulo: Amadio, 2002.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2005.

MELLO, Cleyson de Moraes; BORDINHA, Patrícia. **Desigualdade de gênero: igualdade, violência de gênero, direitos humanos**. 1. ed. [S.l.]: Processo, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MORAES, Letícia de Fátima. **Sustentabilidade: ferramentas e indicadores socioeconômicos e ambientais**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MOREIRA, Marina Figueiredo. **Direitos humanos, ética e cidadania**. Brasília: NT Editora, 2014.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

**MOVIMENTOS sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Organização: Kelma Socorro Lopes de Matos. Fortaleza: UFC, 2003.

MUZY, Evandro. **Direito das pessoas com deficiência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NIGRI, Tânia. **Direitos LGBTQIAPN+**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

ORTIZ, Felipe Chibás. **Criatividade, inovação e empreendedorismo: startups e empresas digitais na economia criativa**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). **Mulheres africanas e feminismo: reflexões sobre a política da sororidade**. Petrópolis: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

PERALTA, C. E.; ALVARENGA, L. J.; AUGUSTIN, S. **Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

PERETO, Suelen Cristina Alves da Silva. **Botânica: o incrível mundo das plantas**.
1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev. 2026.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **Política de seguridade social: sistema único de assistência social (SUAS)**. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

RECH, Adir Ubaldo; GULLO, Maria Carolina; BURZKE, Alindo. **Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2012. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira. **Direitos humanos e democracia em construção: desafios atuais**. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SAITO, Tiemi. **Direitos humanos**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SATIN, Helder; FIORAVANTI, André. **Manual completo de informática para concursos**. 4. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Kleber (org.). **Linguagem e interseccionalidade em lutas por direitos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SILVA, Paulo Cesar da. **Empreendedorismo e capacidade inovadora no setor público**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SILVA, Rodolfo dos Santos; MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia. **Estado e políticas sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

TESKE, Ottmar. **Sociologia da acessibilidade**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem: fundamentos das organizações do século XXI**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. **Direitos humanos: aspectos históricos, conceituais e conjunturais**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

VOSS, Anne. **Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. reimp. São Paulo: Cultrix, 2020.

# ANEXOS

## DIRETORIA DE ENSINO
## COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Fundamentos de Ética, Filosofia Política, Estado, Cidadania e Democracia</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 80</td><td>Créditos: 04</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 80</td><td>Prática:</td></tr>
<tr><td>Presencial: 80</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 16</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Introdução à Filosofia Política e à Ética. Conceitos fundamentais de Filosofia e Ciência política: política, poder, legitimidade, justiça. Teorias do Estado: contratualismo, liberalismo, marxismo e teorias contemporâneas. Cidadania: conceito, evolução histórica (direitos civis, políticos e sociais), dimensões contemporâneas (ambiental, digital) Democracia: conceito, modelos (direta, representativa, deliberativa, participativa), instituições democráticas, crises contemporâneas das democracias. Relação entre Estado, sociedade civil e mercado. Análise crítica das instituições políticas brasileiras: presidencialismo de coalizão, federalismo, sistema de representação, movimentos sociais.

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:**

Desenvolver compreensão crítica dos fundamentos filosóficos e teóricos que estruturam os conceitos de Ética, Política, Estado, Cidadania e Democracia, analisando as diferentes correntes de pensamento e suas implicações para a organização social, a ação coletiva e a prática profissional do técnico em desenvolvimento comunitário, capacitando-o a atuar como mediador democrático e agente de transformação social.

**Objetivos Específicos:**

- Compreender a Filosofia Política e a Ciência Política, seu métodos e sua

relevância para a prática profissional em desenvolvimento comunitário.

- Apresentar as principais correntes éticas (virtudes, dever, consequencialismo, ética do cuidado) e aplicá-las a dilemas profissionais.
- Compreender criticamente as diferentes teorias sobre a origem, a função e a legitimidade do Estado.
- Compreender a evolução histórica do conceito de cidadania e suas dimensões contemporâneas.
- Debater os modelos de democracia, suas potencialidade e seus desafios na contemporaneidade.
- Entender a estrutura e o funcionamento do sistema político brasileiro, identificando oportunidades e limites para a ação comunitária.
- Relacionar os conceitos teóricos com problemáticas cotidianas de desenvolvimento comunitário e movimentos sociais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I: Introdução à Filosofia e à Ética**

- O que é Filosofia e seus campos de investigação?
- Senso comum e pensamento filosófico.
- Ética e Moral: conceituação e distinções.
- Principais correntes éticas: Ética das Virtudes, Ética do Dever e Ética Consequencialista.
- Ética aplicada e os dilemas da prática profissional.

**Unidade II: Fundamentos da Filosofia Política**

- Conceitos-chave: poder, dominação, legitimidade, autoridade, justiça.
- A República de Platão e a Política de Aristóteles.
- O Príncipe de Maquiavel e a autonomia da política.

**Unidade III: Teorias do Estado Moderno**

- O contratualismo: Hobbes, Locke e Rousseau.
- O Estado liberal e a separação de poderes
- A crítica marxista ao Estado burguês.
- Teorias contemporâneas do Estado

**Unidade IV: Cidadania e Democracia**

- A cidadania em Atenas e em Roma.
- A evolução da cidadania: direitos civis, políticos e sociais
- Modelos de democracia: direta, representativa, deliberativa e participativa.
- Crises da democracia: populismo, autoritarismo e desinformação.
- O Estado e o sistema político brasileiro na Constituição de 1988

## METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina fundamenta-se em uma abordagem dialógica, problematizadora e crítico-reflexiva, articulando exposição teórica, leitura orientada de textos clássicos e contemporâneos, análise de casos concretos e práticas de intervenção comunitária simuladas.

Parte-se do princípio de que os conceitos filosófico-políticos não devem ser apenas compreendidos em sua dimensão histórica e teórica, mas mobilizados como ferramentas analíticas para interpretar e intervir na realidade social.

As 16 (dezesseis) horas de atividades não presenciais deste componente serão destinadas à leitura orientada de textos filosóficos e políticos clássicos e contemporâneos, à elaboração de fichamentos e sínteses analíticas, à pesquisa sobre conceitos e autores e à preparação de trabalhos individuais e em grupo, disponibilizadas e acompanhadas por meio do ambiente virtual de aprendizagem.

Tais atividades, propostas e orientadas pelo docente com objetivos, prazos e critérios previamente definidos, articulam-se ao trabalho presencial e compõem a avaliação processual, ampliando o tempo de estudo e a apropriação crítica dos fundamentos ético-políticos sem prejuízo da mediação pedagógica.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Como recursos, serão necessários o quadro branco e pincel apropriado,
bem como projetores de imagem e vídeo.

## AVALIAÇAO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da disciplina de Filosofia ocorrerá em seus aspectos quantitativos e qualitativos segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE. A

avaliação terá caráter formativo, visando o acompanhamento permanente do estudante.

Desta forma serão utilizados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação. Critérios de avaliação:

Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;

Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração de domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

Desempenho cognitivo;

Criatividade e uso de recursos diversificados.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se a realização dos fichamentos, sínteses analíticas e leituras orientadas propostas, bem como a participação em fóruns e a entrega de trabalhos no ambiente virtual de aprendizagem. Serão considerados a pertinência da apropriação conceitual, a clareza argumentativa e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro e devolutiva ao estudante e integração à composição da nota do período, nos termos do ROD.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2024. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2011. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARISTÓTELES. **Política**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. reimp. São Paulo: Cultrix, 2020

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Direitos Humanos e Análise de Dados Socioeconômicos</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos: 02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 24</td><td>Prática: 16</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Fundamentos históricos, políticos e conceituais dos direitos humanos. Direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Dignidade humana, igualdade, diversidade e enfrentamento das desigualdades. Violações de direitos e vulnerabilidades sociais no contexto brasileiro e local. Indicadores sociais e econômicos aplicados à leitura da realidade social. Fontes de dados socioeconômicos e demográficos. Noções introdutórias de organização, leitura, interpretação e análise crítica de dados. Relação entre dados, território, políticas públicas e direitos humanos. A realidade indígena e quilombola na análise de indicadores socioeconômicos, Uso ético e socialmente responsável de informações e indicadores na elaboração de diagnósticos sociocomunitários e no apoio à intervenção social.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Compreender os direitos humanos como referência ética, política e técnica para a leitura da realidade social, desenvolvendo capacidades introdutórias de interpretação de dados socioeconômicos aplicados à identificação de desigualdades, vulnerabilidades e demandas sociais.

Objetivos Específicos

- Compreender os fundamentos históricos e conceituais dos direitos humanos e sua relação com a cidadania, a democracia e a justiça social.
- Identificar diferentes dimensões dos direitos humanos e suas formas de violação no contexto brasileiro e local.
- Reconhecer a relação entre desigualdades sociais e negação de direitos.
- Conhecer fontes básicas de dados socioeconômicos, demográficos e

territoriais de uso público.

- Desenvolver habilidades introdutórias de leitura, organização e interpretação de tabelas, gráficos, mapas e indicadores sociais.
- Relacionar dados socioeconômicos à formulação, execução e avaliação de políticas públicas.
- Produzir análises iniciais da realidade social com base em dados e referenciais de direitos humanos.
- Utilizar informações e indicadores de maneira ética, crítica e contextualizada, evitando leituras tecnicistas ou descoladas da vida concreta das comunidades.
- Compreender a realidade indígena e quilombola através análise de indicadores socioeconômicos incorporando levantamentos recentes do *Censo Quilombola* e de *O Brasil Indígena* (IBGE).

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I – Direitos humanos: fundamentos e sentidos sociais**

1. Surgimento histórico dos direitos humanos.
2. Direitos humanos, dignidade humana e cidadania.
3. Direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.
4. Educação em direitos humanos e formação de sujeitos de direitos.
5. Igualdade, diferença, diversidade e não discriminação.

**Unidade II – Direitos humanos, desigualdades e realidade brasileira**

1. Desigualdade social, pobreza, exclusão e vulnerabilidade.
2. Raça, gênero, território, deficiência, geração e outras dimensões da desigualdade.
3. Violações de direitos e acesso desigual a políticas públicas.
4. Direitos humanos no contexto local: leitura de problemas sociais concretos.

**Unidade III – Introdução à análise de dados socioeconômicos**

1. O que são dados, indicadores e evidências sociais
2. Fontes públicas de informação: IBGE, Ipea, Atlas do Desenvolvimento Humano, DataSUS, CadÚnico, portais governamentais e bases correlatas.
3. Leitura de tabelas, gráficos, séries históricas e indicadores simples.
4. Noções básicas de variáveis sociais e econômicas: renda, escolarização, ocupação, desemprego, moradia, saneamento, violência, acesso a serviços públicos.
5. Limites, cuidados e usos éticos na interpretação de dados.

**Unidade IV – Dados, território e intervenção social**

1. Relação entre dados, diagnóstico social e planejamento comunitário.
2. Leitura crítica de indicadores à luz da realidade vivida pelas comunidades.
3. Dados e políticas públicas: identificação de demandas e prioridades.
4. Produção de exercício prático de análise: leitura de um conjunto simples de indicadores de um bairro, território ou grupo social.
5. Diversidade religiosa no Brasil e no estado do Ceará, e a análise de violações de Direitos Humanos em comunidades periféricas marcadas pelo racismo religioso direcionado às religiões de matriz afro-brasileira.

## METODOLOGIA DE ENSINO

O componente curricular será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, análise de casos, estudos dirigidos, seminários, debates temáticos e atividades de problematização da realidade social. Articular fundamentos teóricos sobre direitos humanos e análise de dados socioeconômicos com situações da experiência brasileira, cearense e local, favorecendo a compreensão da dos direitos humanos como prática histórica, política e socialmente situada.

Serão feitas leituras e estudos de documentos normativos, textos acadêmicos, reportagens, materiais audiovisuais, dados institucionais, experiências de organizações da sociedade civil e exemplos de dados sociais e sobre direitos humanos, de modo a permitir que os estudantes compreendam as múltiplas formas de atuação dos sujeitos coletivos na disputa por direitos, na incidência sobre a agenda pública e no acompanhamento dos indicadores sociais.

As atividades didáticas buscarão valorizar a participação dos estudantes, a leitura crítica da realidade, a capacidade de análise e a articulação entre teoria e prática. Sempre que possível, serão propostos exercícios de análise de experiências de movimentos sociais, associações, cooperativas, conselhos e políticas públicas, com atenção especial às dinâmicas sociais presentes no Brasil e no Ceará.

As 16 (dezesseis) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de atividades aplicadas de leitura e interpretação de indicadores sociais, construção de pequenos diagnósticos com base em dados públicos e análise de experiências concretas de defesa de direitos. O estudante exercitará, em situações orientadas, o manuseio de fontes e bases de dados socioeconômicos, relacionando informações quantitativas e qualitativas à efetivação dos direitos humanos no território, de modo a converter a fundamentação teórica em capacidade técnica de leitura crítica da realidade social.

As 8 horas de atividades não presenciais poderão ser destinadas à leitura orientada

de textos, análise de documentos, elaboração de fichamentos, participação em fóruns ou atividades em ambiente virtual de aprendizagem, pesquisa sobre experiências organizativas da sociedade civil e preparação de trabalhos individuais ou em grupo.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para o desenvolvimento do componente curricular, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- quadro branco e pincéis;
- projetor multimídia e computador;
- textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- legislação e documentos institucionais pertinentes;
- reportagens, entrevistas, documentários e outros recursos audiovisuais;
- gráficos, tabelas, infográficos e materiais de apoio;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- internet e bases digitais de consulta;
- estudos de caso e relatórios de dados produzidos por órgãos e instituições públicas, universidades, movimentos sociais, associações, cooperativas, conselhos e organizações da sociedade civil.

## AVALIAÇAO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre direitos humanos, desigualdades sociais e dados socioeconômicos. Buscar-se-á observar a capacidade de relacionar teoria e realidade social, interpretar indicadores, compreender a dimensão ética do uso das informações e produzir leituras críticas da realidade.

Serão considerados, entre outros aspectos, o domínio dos fundamentos históricos e conceituais dos direitos humanos, a compreensão das múltiplas formas de desigualdade e violação de direitos, a capacidade de leitura e interpretação de tabelas, gráficos e indicadores sociais, bem como a articulação entre dados socioeconômicos, políticas públicas e demandas comunitárias.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- atividades escritas individuais ou em grupo;
- fichamentos, resenhas e estudos dirigidos;
- seminários e exposições orais;
- exercícios de leitura e interpretação de tabelas, gráficos, mapas e indicadores;
- análise de casos;
- produção de sínteses analíticas;
- elaboração de pequeno diagnóstico social com base em dados públicos.
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras orientadas.
- análise de indicadores sociais de um território, grupo social ou política pública, articulando dados e direitos humanos.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a qualidade dos fichamentos, das análises de documentos e dos pequenos exercícios de leitura de dados realizados a distância, além da participação em fóruns no ambiente virtual de aprendizagem. Serão observados o rigor na interpretação das informações, a articulação entre dados e direitos e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro e devolutiva e integração à média do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SAITO, Tiemi. **Direitos humanos**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

RIOS, Mariza; CARVALHO, Newton Teixeira. **Direitos humanos e democracia em construção:** desafios atuais. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. **Direitos humanos:** aspectos históricos, conceituais e conjunturais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOEHS, Carlos Gabriel Eggert. **Democracia, cidadania e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em:

https://plataforma.bvirtual.com.br.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Curitiba: A Página, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MOREIRA, Marina Figueiredo. **Direitos humanos, ética e cidadania**. Brasília: NT Editora, 2014.

MORAES, Letícia de Fátima. **Sustentabilidade:** ferramentas e indicadores socioeconômicos e ambientais. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: História Social, Geografia Urbana e Desenvolvimento Territorial</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 80</td><td>Créditos: 04</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 68</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 80</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 16</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Estudo da formação social brasileira, com ênfase na constituição histórica, econômica e territorial do Ceará e de Fortaleza. Processos de urbanização, produção do espaço urbano, desigualdades socioespaciais e segregação urbana. Relações entre território, direitos, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Diagnóstico socioterritorial, cartografia social e leitura crítica de instrumentos de planejamento urbano. Elaboração de propostas iniciais de intervenção comunitária voltadas à realidade local.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral:

Compreender criticamente a formação histórica e territorial do Ceará e de Fortaleza, articulando fundamentos da história social, da geografia urbana e do desenvolvimento territorial à elaboração de diagnósticos e propostas de intervenção comunitária.

Objetivos Específicos:

- Compreender a formação histórica, social e socioeconômica do Ceará.
- Analisar o processo de urbanização de Fortaleza e suas desigualdades.
- Identificar processos de segregação socioespacial e de periferização urbana.
- Compreender a relação entre território, políticas públicas e acesso desigual a direitos.
- Realizar diagnóstico socioterritorial básico com base em dados, observação e leitura crítica da realidade.
- Interpretar instrumentos de planejamento urbano, com destaque para o

Plano Diretor e suas implicações sociais.

- Relacionar direitos humanos, direito à cidade e realidade comunitária.
- Elaborar proposta inicial de intervenção comunitária fundamentada em leitura territorial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I – Formação Social do Ceará e História Urbana de Fortaleza**

- A presença de indígenas e negros na formação do Ceará
- Formação histórica, social e econômica do Ceará.
- Formação histórica, social e econômica de Fortaleza
- Estrutura agrária, coronelismo, seca e migrações.
- Transformações econômicas, políticas e urbanas em Fortaleza.
- Industrialização e urbanização de Fortaleza.
- Periferização, ocupações urbanas e expansão desigual da cidade.
- Movimentos sociais urbanos no Ceará e lutas pelo direito à cidade.

**Unidade II – Geografia Urbana e Desigualdades Socioespaciais**

- Produção social do espaço urbano.
- Espaço, território e territorialidades.
- Segregação socioespacial em Fortaleza.
- Mobilidade urbana e acesso desigual a serviços públicos.
- Moradia, saneamento, infraestrutura e vulnerabilidade territorial.
- Leitura de indicadores sociais e territoriais aplicados à realidade urbana.

**Unidade III – Desenvolvimento Territorial, Direito à Cidade e Políticas Públicas**

- Conceito de desenvolvimento territorial.
- Participação social e planejamento urbano.
- Estatuto da Cidade e o direito à cidade.
- Plano Diretor de Fortaleza.
- Políticas públicas municipais e ordenamento territorial.
- Território, cidadania e acesso a direitos.

**Unidade IV – Diagnóstico Socioterritorial e Intervenção Comunitária**

- O que é diagnóstico socioterritorial.
- Técnicas introdutórias de observação, registro e leitura do território.
- Cartografia social e produção coletiva de mapas.
- Identificação de problemas, potencialidades e prioridades locais.
- Sistematização de informações territoriais.

- Elaboração de proposta inicial de intervenção comunitária com base na leitura do território.

## METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, estudos de caso, análise de documentos, problematização de situações concretas, pesquisa de campo, cartografia social e atividades de sistematização da realidade territorial. Considerando a natureza da componente, a condução metodológica buscará articular fundamentos históricos e geográficos com a leitura crítica da cidade, das desigualdades urbanas e das formas concretas de organização social e territorial presentes em Fortaleza e no Ceará.

Ao longo da disciplina, serão mobilizados textos acadêmicos, documentos institucionais, legislações urbanísticas, dados sociais e territoriais, reportagens, mapas, materiais audiovisuais e registros sobre processos históricos e urbanos, de modo a permitir que os estudantes compreendam a formação social do território e as desigualdades que marcam o espaço urbano contemporâneo. A disciplina buscará sempre relacionar as dimensões históricas e estruturais da realidade social às dinâmicas locais e comunitárias.

As atividades didáticas buscarão valorizar a participação dos estudantes, a leitura crítica do território, a análise de problemas concretos, a observação orientada da realidade e a articulação entre teoria e prática. Sempre que possível, serão propostas atividades voltadas à interpretação de mapas, leitura de indicadores, observação de espaços urbanos, identificação de dinâmicas de segregação e realização de diagnósticos socioterritoriais introdutórios.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de exercícios de cartografia social, leitura de mapas e documentos, observação orientada do território e produção de diagnóstico socioterritorial. Em atividades conduzidas pelo docente, o estudante aplicará as categorias historiográficas e geográficas estudadas à interpretação concreta de um território, exercitando o reconhecimento de processos de urbanização, desigualdade e organização do espaço como base para a futura intervenção comunitária.

As 16 horas de atividades não presencial são destinadas à leitura orientada de textos, análise de documentos normativos, produção de fichamentos, pesquisa sobre indicadores territoriais, preparação de estudos de caso, sistematização de dados coletados e elaboração de atividades individuais ou em grupo.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- quadro branco e pinceis;
- projetor multimídia e computador;
- textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- legislação e documentos institucionais pertinentes;
- mapas, plantas urbanas e materiais cartográficos;
- reportagens, entrevistas, documentários e outros recursos audiovisuais;
- gráficos, tabelas, infográficos e materiais de apoio;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- internet e bases digitais de consulta;
- dados e indicadores socioterritoriais;
- materiais para cartografia social e registro de campo.

## AVALIAÇAO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre formação social, urbanização, desigualdades socioespaciais e desenvolvimento territorial. Buscar-se-á observar a capacidade de relacionar teoria e realidade local, interpretar processos territoriais e elaborar leituras críticas sobre a cidade e a comunidade.

Serão considerados, entre outros aspectos, o domínio dos conteúdos históricos e geográficos da disciplina, a compreensão dos processos de urbanização e segregação, a leitura de instrumentos de planejamento urbano, a capacidade de produzir diagnóstico socioterritorial introdutório e a elaboração de proposta inicial de intervenção comunitária fundamentada na análise do território.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- atividades escritas individuais ou em grupo;
- fichamentos, resenhas e estudos dirigidos;
- seminários e exposições orais;
- análise de mapas, documentos e indicadores;
- relatórios de observação ou pesquisa de campo;
- produção de diagnóstico socioterritorial;
- elaboração de pré-projeto ou proposta inicial de intervenção comunitária.
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras

orientadas.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se a produção de fichamentos, sínteses e exercícios de leitura de mapas e documentos, bem como a preparação de etapas do diagnóstico socioterritorial realizadas a distância. Serão observados a coerência analítica, a qualidade da sistematização e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro e devolutiva ao estudante e integração à nota do período, nos termos do ROD.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, 1979

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa.
**De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. atual. ampl. São Paulo: USP, 2013.

GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o bonde na paisagem sentimental da Fortaleza-província**. Fortaleza: ABC, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: UFC, 1983.

PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social 1860-1930. 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Movimentos Sociais, Associativismo e o Ciclo de Políticas Públicas</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos: 02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 28</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Teoria dos movimentos sociais: conceitos, tipos e repertórios de ação. História dos movimentos sociais no Brasil. Associativismo, cooperativismo e terceiro setor. Conceito e tipologias de políticas públicas. O ciclo das políticas públicas: formulação da agenda, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Atores, instituições e ideias no processo de políticas públicas. Relação entre movimentos sociais, participação social e o ciclo de políticas.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Compreender o papel dos movimentos sociais e do associativismo como atores políticos fundamentais na democracia, compreendendo sua relação com o Estado e sua influência em todas as etapas do ciclo das políticas públicas.

Objetivos Específicos:

- Diferenciar as principais abordagens teóricas sobre movimentos sociais e formas de ação coletiva.
- Compreender as etapas do ciclo das políticas públicas e os fatores que influenciam cada uma de suas dinâmicas.
- Identificar como os movimentos sociais e a sociedade civil organizada influenciam a agenda governamental e o processo decisório.
- Analisar a importância do associativismo, do cooperativismo e do terceiro setor na implementação e no controle social de políticas públicas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I: Teorias dos Movimentos Sociais e Ação Coletiva**

- Conceitos fundamentais: ação coletiva, identidade, redes e repertórios de contestação.
- Principais teorias: comportamento coletivo, mobilização de recursos, processo político e novos movimentos sociais.
- Movimentos sociais no Brasil: do campo à cidade (MST, MTST, movimento negro, feminista, ambientalista, LGBTQIA+).
- Movimentos sociais no Ceará: do campo à cidade (MST, MTST, movimento negro, feminista, ambientalista, LGBTQIA+).

**Unidade II: Associativismo e Terceiro Setor**

- Formas de organização da sociedade civil: associações, cooperativas, ONGs, fundações.
- O marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC - Lei 13.019/14).
- O papel do terceiro setor na prestação de serviços e na defesa de direitos.

**Unidade III: Introdução às Políticas Públicas**

- O que são Políticas Públicas e quais suas relações com a comunidade
- Políticas Públicas em tempos neoliberais e o desmonte do Estado
- Direitos Sociais e Políticas Públicas no Brasil: entre a norma e a negação
- Conceito e tipologias de políticas públicas (distributivas, redistributivas, regulatórias).
- O ciclo de políticas públicas: da avaliação aos resultados sociais
- Atores e instituições: burocracia, executivo, legislativo, judiciário, mídia e grupos de interesse.

**Unidade IV: Movimentos Sociais no Ciclo de Políticas**

- Influência na formação da agenda e na formulação de políticas.
- Participação na implementação: conselhos, conferências e parcerias.
- Monitoramento e controle social: advocacy, accountability e avaliação participativa.

**METODOLOGIA DE ENSINO**

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, análise de casos, estudos dirigidos, seminários, debates temáticos e atividades de problematização da realidade social. Articular fundamentos teóricos sobre movimentos sociais, associativismo e políticas públicas com situações concretas da experiência brasileira, cearense e local, favorecendo a compreensão da ação coletiva como prática histórica, política e socialmente situada.

Serão feitas leituras e estudos de documentos normativos, textos acadêmicos, reportagens, materiais audiovisuais, dados institucionais, experiências de organizações da sociedade civil e exemplos de políticas públicas, de modo a permitir que os estudantes compreendam as múltiplas formas de atuação dos sujeitos coletivos na disputa por direitos, na incidência sobre a agenda pública e no acompanhamento das ações do Estado.

As atividades didáticas buscarão valorizar a participação dos estudantes, a leitura crítica da realidade, a capacidade de análise e a articulação entre teoria e prática. Sempre que possível, serão propostos exercícios de análise de experiências de movimentos sociais, associações, cooperativas, conselhos e políticas públicas, com atenção especial às dinâmicas sociais presentes no Brasil e no Ceará.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio do mapeamento de atores e organizações da sociedade civil, da análise de experiências de associativismo e mobilização e do acompanhamento de etapas do ciclo de políticas públicas em casos concretos. O estudante exercitará de forma orientada, a identificação de demandas coletivas e de espaços de participação, articulando os fundamentos teóricos à leitura prática das dinâmicas organizativas presentes no Brasil e no Ceará.

As 8 horas de atividades não presenciais poderão ser destinadas à leitura orientada de textos, análise de documentos, elaboração de fichamentos, participação em fóruns ou atividades em ambiente virtual de aprendizagem, pesquisa sobre experiências organizativas da sociedade civil e preparação de trabalhos individuais ou em grupo.

## RECURSOS

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- quadro branco e pincéis;
- projetor multimídia e computador;
- textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- legislação e documentos institucionais pertinentes;
- reportagens, entrevistas, documentários e outros recursos audiovisuais;
- gráficos, tabelas, infográficos e materiais de apoio;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- internet e bases digitais de consulta;
- estudos de caso e materiais produzidos por movimentos sociais, associações, cooperativas, conselhos e organizações da sociedade civil.

## AVALIAÇAO

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre movimentos sociais, associativismo e políticas públicas.

Serão observados, entre outros aspectos, o domínio conceitual, a capacidade de relacionar teoria e realidade social, a compreensão das etapas do ciclo das políticas públicas, a identificação dos diferentes atores envolvidos nos processos decisórios e a análise crítica da participação da sociedade civil na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- atividades escritas individuais ou em grupo;
- fichamentos e estudos dirigidos;
- seminários e exposições orais;
- análise de casos;
- produção de resenhas ou relatórios;
- participação em debates e discussões orientadas;
- exercício de análise de uma experiência concreta de movimento social, associação, cooperativa, conselho ou política pública.
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras orientadas.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a realização das leituras orientadas, dos fichamentos e das pesquisas sobre experiências organizativas da sociedade civil, além da

participação em fóruns no ambiente virtual de aprendizagem. Serão observados a capacidade de análise das dinâmicas associativas e das políticas públicas, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à média do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AQUINO, Rubim Santos Leão de *et al*. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica em políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

DIAS, Cleber; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; CAÚ, José Nildo Alves. **Diagnóstico da realidade local**. Belo Horizonte: UFMG, 2018

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2017.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Metodologias Pedagógicas e Educação Popular</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos: 02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 28</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Fundamentos da Educação Popular. O pensamento de Paulo Freire: diálogo, problematização, conscientização e práxis. Metodologias participativas e dialógicas. Círculos de cultura. Pesquisa participante e pesquisa-ação. Planejamento e facilitação de oficinas, rodas de conversa e assembleias comunitárias. A pedagogia da autonomia e a pedagogia do oprimido como referenciais para a ação comunitária.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Compreender e aplicar os princípios e as metodologias da Educação Popular, com ênfase no pensamento de Paulo Freire, para o planejamento e a execução de ações pedagógicas e participativas no contexto do desenvolvimento comunitário.

Objetivos Específicos:

- Dominar os conceitos centrais do pensamento freiriano (diálogo, conscientização, práxis).
- Diferenciar metodologias participativas de abordagens tradicionais.
- Promover atividades educativas em grupo, como oficinas e círculos de cultura.
- Compreender os princípios da pesquisa participante como ferramenta de diagnóstico e mobilização.

## PROGRAMA

**Unidade I: Fundamentos da Educação Popular**

- História da Educação Popular na América Latina e no Brasil.
- Conceitos: educação bancária vs. educação libertadora.
- O inédito viável e a esperança como princípio.

**Unidade II: O Método Paulo Freire**

- A investigação temática e a descoberta do universo vocabular.
- A codificação e a decodificação da realidade.
- O Círculo de Cultura como espaço de diálogo e construção do conhecimento.

**Unidade III: Metodologias e Técnicas Participativas**

- Planejamento participativo: da teoria à prática.
- Técnicas de animação e facilitação de grupos.
- Dinâmicas de grupo, sociodramas e teatros do oprimido.
- Construção de mapas falantes e outros instrumentos de diagnóstico participativo.

**Unidade IV: Pesquisa e Sistematização de Experiências**

- Pesquisa participante e pesquisa-ação: conceitos e etapas.
- A importância de registrar e sistematizar as práticas comunitárias.
- Relatos de experiência e a construção de um saber popular.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, resolução de atividades em sala de aula, seminários individuais ou em grupo; debates; dramatização; dinâmicas; técnicas de ensinagem; sala de aula invertida; estudo de texto, apresentação de filme-debate, aula de campo, visitas, etc.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de oficinas, dinâmicas e técnicas de ensinagem, simulação de situações educativas e elaboração de planos de ação formativa orientados à educação popular. O estudante vivenciará, em situações práticas conduzidas pelo docente, a preparação e a condução de processos educativos comunitários, exercitando a mediação dialógica

e a construção coletiva do conhecimento junto a grupos e comunidades.

As 8 (oito) horas de atividades não presenciais serão destinadas à leitura orientada de textos, à elaboração de planos de oficina, à pesquisa sobre experiências de educação popular e à preparação de materiais didáticos, disponibilizadas e acompanhadas no ambiente virtual de aprendizagem. Propostas e avaliadas pelo docente com objetivos e prazos definidos, articulam-se às atividades presenciais e integram a avaliação processual do componente.

## RECURSOS DIDATICOS

Quadro Branco; pincéis e apagador; laboratórios de Informática; laboratório didático; projetores de Multimídia.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será realizada de forma processual e cumulativa, podendo ocorrer por meios de avaliações escritas, trabalhos extra-sala, apresentação de seminários e dinâmicas em sala. A frequência e a participação serão considerados no processo.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se a elaboração de planos de oficina, as pesquisas sobre experiências de educação popular e a preparação de materiais didáticos realizadas a distância, bem como a participação no ambiente virtual de aprendizagem. Serão observados a coerência metodológica, a criatividade e a adequação das propostas, além do cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à nota do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

## BIBLIOGRAFIA BASICA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984

EDUCAÇÃO popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Organização: Pedro Pontual, Timothy Denis Ireland. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2009

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1994.

MOVIMENTOS sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade. Organização: Kelma Socorro Lopes de Matos. Fortaleza: UFC, 2003.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

| **DISCIPLINA: Língua portuguesa: Leitura de editais e escrita de projetos** | | |
|---|---|---|
| **Código:** | **Carga horária total: 40** | **Créditos:02** |
| **Nível:** | **Semestre: 1** | **Pré-requisitos:** |
| **CARGA HORÁRIA** | **Teórica: 28** | **Prática: 12** |
| | **Presencial: 40** | **Distância:** |
| | **Prática Profissional:** | |
| | **Atividades não presenciais: 8** | |
| | **Extensão:** | |

**EMENTA**

Gêneros e tipologias textuais com ênfase em textos técnicos. Coesão, coerência e argumentação em textos formais. Leitura crítica e interpretação de textos, com foco especial nos gêneros textuais edital e projeto: estrutura, linguagem jurídica e especificidades. Análise de editais de fomento a projetos sociais, culturais, ambientais e de pesquisa. Metodologias de escrita de projetos: estrutura, componentes, redação de justificativa, objetivos, metodologia, cronograma e orçamento. Elaboração de respostas a editais: escrita de projetos completos, preenchimento de formulários. Reflexões sobre ferramentas de IA como apoio à escrita e revisão de textos.

**OBJETIVO**

Objetivo Geral

- Desenvolver competências de leitura crítica, interpretação e produção textual, com foco especial nos gêneros edital e projetos sociais, capacitando o estudante a analisar, compreender e elaborar propostas competitivas para concorrer a editais de fomento a projetos comunitários, utilizando linguagem clara, coerente e persuasiva.

Objetivos Específicos:

- Dominar a estrutura, a linguagem e as especificidades de diferentes tipos de editais.
- Interpretar critérios, exigências, prazos e condições de participação em editais.

- Elaborar projetos completos em conformidade com as normas e critérios de editais.
- Utilizar estratégias de coesão, coerência e argumentação na escrita técnica de projetos.
- Revisar e aperfeiçoar textos técnicos, garantindo clareza, concisão e correção gramatical.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I: Fundamentos da Leitura e Escrita Técnica**

• Conceito das tipologias narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva e injuntiva.

• Gêneros técnicos: conceito, características, especificidades e âmbito de atuação.

• Relação lógica entre idéias, progressão temática e elementos coesivos.

• Estruturas lingüísticas formais: sintaxe de concordância e regência e noções de ortografia.

• Argumentação: estrutura do argumento, tipos de argumentos, falácias.

**Unidade II: Os Gêneros Textuais Edital e Projeto**

• Conceito e função do edital na administração pública e em organizações privadas.

• Estrutura de um edital: preâmbulo, objeto, justificativa, condições de participação, cronograma, critérios de avaliação, recursos orçamentários, anexos.

• A linguagem jurídica e técnica dos editais: legalidade, impessoalidade, precisão terminológica.

• Análise comparativa de editais de diferentes áreas: cultura (SECULT, Ministério da Cultura), assistência social (FNAS), meio ambiente (MMA), pesquisa (CAPES, CNPq), economia solidária (SENAES).

• Identificação de pontos-chave em um edital: público-alvo, valor máximo de financiamento, contrapartida exigida, prazos, critérios de desempate.

• Vocabulário técnico e jurídico: termos recorrentes em editais e documentos administrativos.

• Conceito, características, estrutura e metodologia de escrita de projetos: etapas e componentes.

• Preenchimento de formulários: online (Mapa Cultural, Plataforma +Brasil, etc.) e offline.

- Problematização do uso de IA como apoio à escrita: ferramentas de revisão, sugestão de melhorias, análise de coerência.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Apresentação reflexiva e dialogada dos conteúdos; estudos dirigidos.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de exercícios aplicados de leitura e interpretação de editais, produção textual técnica e elaboração progressiva de partes de projetos sociais. Em atividades orientadas, o estudante exercitará a escrita de justificativas, objetivos, metodologias e cronogramas, bem como a adequação da linguagem aos formulários e exigências institucionais, convertendo o domínio da norma em capacidade concreta de redigir propostas consistentes.

As 8 (oito) horas de atividades não presenciais serão destinadas à leitura de editais, à produção e à revisão de versões de textos e projetos, a fichamentos e à pesquisa de modelos e fontes de financiamento, disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. Orientadas e avaliadas pelo docente, articulam-se à produção realizada em sala e compõem a avaliação processual do componente.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Pincel, quadro, projetor, materiais de estudo elaborados pelo professor, uso de ferramentas digitais.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Contínua e processual por meio de estudos de caso, resolução de questões e análise de textos.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a produção e a revisão das versões de textos e projetos, os exercícios de leitura de editais e a pesquisa de modelos e fontes de financiamento realizados a distância. Serão observados a clareza, a coerência e a adequação técnica e normativa da escrita, bem como o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à média do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO
CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência

mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2.ed.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2007

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São

Paulo: Atlas, 2002. KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A coesão textual**. São

Paulo: Contexto, 1994.

MAGALHÃES, Hugo. **Redação**: do zero aos mil pontos. Araras: Venha Fazer História, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005

MARTINS, Dileta Silveira. **Português Instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2005.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Laboratório: Informática Básica e IA Aplicada ao Desenvolvimento Comunitário</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 80</td><td>Créditos: 04</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 1</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 20</td><td>Prática: 60</td></tr>
<tr><td>Presencial: 80</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 16</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Introdução à informática: hardware, software, sistemas operacionais e internet. Editor de textos, planilhas eletrônicas e software de apresentação. Ferramentas de comunicação e colaboração online. Conceitos fundamentais de Inteligência Artificial (IA) e suas aplicações sociais, políticas, culturais e econômicas. Uso de IA para pesquisa, levantamento, produção, análise e interpretação de dados, produção de textos, imagens, vídeos, apresentações. Análise de dados quantitativos e qualitativos com auxílio de ferramentas digitais e IA. IA e Desenvolvimento Comunitário.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral:

- Capacitar o estudante a utilizar ferramentas de informática, incluindo Inteligência Artificial, para coletar, organizar, analisar e interpretar dados

Objetivos Específicos

- Dominar o uso de ferramentas básicas de informática e colaboração online.
- Compreender o que é IA e como utilizá-la de forma ética e estratégica para o desenvolvimento comunitário.
- Elaborar instrumentos de coleta de dados primários.
- Realizar análises básicas de dados quantitativos e qualitativos.
- Aplicar metodologias de avaliação a um projeto ou política pública.

**PROGRAMA**

**Unidade I: Informática Básica e Ferramentas de Produtividade**

- Conceitos básicos de hardware e software.
- Editor de textos: formatação, normas ABNT, criação de relatórios.
- Planilhas eletrônicas: fórmulas, funções, criação de gráficos e tabelas.
- Software de apresentação: criação de slides para comunicação de resultados.
- Ferramentas de edição de textos, planilhas, apresentações, formulário e banco de dados.

**Unidade II: Inteligência Artificial para o Setor Social**

- O que é IA? Como o computador “aprende"? (Machine Learning, Deep Learning e IA Generativa)
- Aplicações da IA no diagnóstico, monitoramento e avaliação de projetos.
- Uso de assistentes de IA para pesquisa, brainstorming e redação assistida.
- Ética no uso de IA: vieses, privacidade e responsabilidade.

**Unidade III: Análise de Dados e Avaliação de Políticas**

- Análise e coleta de dados quantitativos com o auxílio de IA
- Análise de dados qualitativos: categorização e análise de conteúdo de entrevistas com auxílio de IA

**METODOLOGIA DE ENSINO**

A disciplina será desenvolvida de modo teórico-prático, em ambiente de laboratório, articulando exposição dialogada, demonstração orientada de ferramentas digitais, realização de exercícios práticos, resolução de problemas, oficinas, estudos dirigidos e análise de casos aplicados ao campo social e comunitário. O processo de ensino buscará assegurar não apenas a familiarização técnica com ferramentas de informática e Inteligência Artificial, mas também a capacidade de utilizá-las de forma crítica, ética e socialmente situada.

Os estudantes realizarão atividades práticas envolvendo edição e formatação de textos, uso de planilhas eletrônicas, construção de apresentações, elaboração de formulários, organização de bases simples de dados e utilização de ferramentas digitais para comunicação, colaboração e sistematização de informações. Tais atividades serão articuladas à produção de materiais relacionados ao curso, como relatórios, quadros de dados, apresentações de resultados, instrumentos de coleta de informações e exercícios de análise aplicada.

No que se refere à Inteligência Artificial, a disciplina buscará apresentar seus conceitos fundamentais e explorar usos introdutórios em pesquisa, organização de informações, apoio à redação, leitura e interpretação de dados, categorização de respostas qualitativas e construção de análises iniciais. O uso dessas ferramentas será trabalhado com atenção aos seus limites, aos riscos de viés, às questões de privacidade, à responsabilidade no tratamento das informações e à necessidade de validação crítica dos resultados produzidos.

As atividades didáticas buscarão valorizar a aprendizagem pela prática, a experimentação orientada, o trabalho colaborativo e a resolução de problemas concretos. Sempre que possível, os exercícios serão vinculados a situações do campo do desenvolvimento comunitário, como organização de diagnósticos, leitura de dados sociais, elaboração de formulários, sistematização de entrevistas, apresentação de resultados e apoio à avaliação de ações, projetos e políticas públicas.

As 16 horas de atividades são destinadas à realização de exercícios práticos orientados, leitura de materiais de apoio, exploração supervisionada de ferramentas digitais, elaboração de pequenos produtos técnicos, participação em fóruns ou atividades em ambiente virtual de aprendizagem e preparação de trabalhos individuais ou em grupo.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- laboratório de informática com computadores conectados à internet;
- projetor multimídia e computador do docente;
- quadro branco e pincéis;
- editor de textos, planilhas eletrônicas e software de apresentação;
- plataformas de formulários e ferramentas de organização de dados;
- navegadores e ferramentas de colaboração online;
- ferramentas de Inteligência Artificial generativa e de apoio à análise de dados, observadas as condições institucionais de acesso;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- textos de apoio, tutoriais, manuais e vídeos explicativos;
- bases de dados públicas e materiais para exercícios de análise quantitativa e qualitativa;
- estudos de caso, relatórios e documentos produzidos no campo social e comunitário.

## AVALIAÇAO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento técnico e analítico do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de utilizar adequadamente as ferramentas trabalhadas e sua compreensão crítica dos usos, possibilidades e limites da informática e da Inteligência Artificial no campo social.

Serão observados, entre outros aspectos, o domínio de operações básicas de informática, a capacidade de produzir e formatar documentos, organizar dados em planilhas, elaborar apresentações, construir instrumentos de coleta de dados, utilizar ferramentas de colaboração digital e empregar recursos de IA de forma ética, crítica e tecnicamente pertinente. Também será considerada a capacidade do estudante de realizar análises iniciais de dados quantitativos e qualitativos e de aplicar essas ferramentas à leitura de problemas sociais, projetos ou políticas públicas.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- exercícios práticos em laboratório;
- atividades individuais ou em grupo;
- estudos dirigidos;
- produção de documentos, planilhas, apresentações e formulários;
- análise de conjuntos simples de dados;
- sistematização de informações qualitativas;
- seminários ou demonstrações técnicas;

- elaboração de produto final integrador, envolvendo coleta, organização, análise e apresentação de dados com apoio de ferramentas digitais e IA.
- elaboração de um pequeno exercício aplicado ao campo social, como a construção de formulário, a organização de base simples de dados, a análise preliminar de informações e a apresentação dos resultados de forma clara e responsável.
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras orientadas.

As atividades não presenciais, quando previstas, serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a realização dos exercícios em ferramentas digitais e das produções com apoio de recursos de inteligência artificial propostos a distância. Serão observados o domínio técnico progressivo, a qualidade e o uso ético e responsável das ferramentas, além do cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à nota do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CÓRDOVA, Paulo Roberto. **Inteligência artificial:** entre o fascínio e o medo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FERREIRA, Adriano. **Inteligência artificial e sociedade**. 1. ed. Cotia: Foco, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

KANABAR, Vijay; WONG, Jason. **A revolução da IA na gestão de projetos:** elevando a produtividade com IA generativa. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação**. Brasília: MEC, 2026.

CARRARO, Fabrício. **Inteligência artificial e ChatGPT:** da revolução dos modelos de IA generativa à engenharia de prompt. São Paulo, SP: Casa do Código, 2023. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FILHO, Oscar Gabriel. **Inteligência artificial e aprendizagem de máquina:** aspectos teóricos e aplicações. 1. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2023. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

LONGHI, João Victor Rozatti. **Responsabilidade civil e redes sociais:** retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news, milícias digitais e inteligência artificial. 3. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SATIN, Helder; FIORAVANTI, André. **Manual completo de informática para concursos**. 4. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

| **DISCIPLINA: Expressões Artísticas para o Desenvolvimento Comunitário** | | |
|---|---|---|
| **Código:** | **Carga horária total: 40** | **Créditos:02** |
| **Nível:** | **Semestre: 2** | **Pré-requisitos:** |
| **CARGA HORÁRIA** | **Teórica: 20** | **Prática: 20** |
| | **Presencial: 40** | **Distância:** |
| | **[17]Prática Profissional:** | |
| | **[18]Atividades não presenciais: 8** | |
| | **Extensão:** | |

**EMENTA**

Cultura popular, memória social, identidade coletiva e patrimônio cultural imaterial. Saberes, fazeres, festas, danças, musicalidades, oralidades e práticas simbólicas das culturas populares brasileiras, com ênfase no Ceará e em Fortaleza. Relações entre cultura popular, território, educação patrimonial, pertencimento e desenvolvimento comunitário. Políticas públicas de cultura, participação social e democratização do acesso aos bens culturais.

**OBJETIVO**

Objetivo Geral

Compreender a cultura popular como dimensão constitutiva da vida social, da memória coletiva e do desenvolvimento comunitário, articulando patrimônio imaterial, identidade territorial, participação social e experiências formativas..

Objetivos Específicos

- Diferenciar comunicação de massa, alternativa e comunitária.
- Elaborar um plano de comunicação para uma organização ou projeto social.
- Utilizar as principais ferramentas de comunicação digital e analógica para fins comunitários.
- Planejar e organizar diferentes tipos de ações de mobilização social.
- Compreender os conceitos de cultura popular, tradição, memória, identidade e patrimônio imaterial.
- Analisar manifestações da cultura popular brasileira, com ênfase nas

expressões cearenses.

- Reconhecer a relação entre cultura, território, pertencimento e organização comunitária.
- Compreender a importância das políticas públicas de cultura e da educação patrimonial.
- Identificar o papel da cultura popular na formação cidadã e na valorização dos saberes coletivos.
- Elaborar leitura crítica de experiências culturais comunitárias, relacionando-as ao fortalecimento dos vínculos sociais e à promoção do desenvolvimento territorial.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I – Cultura Popular, Memória e Patrimônio**

1. Conceitos de cultura popular, tradição, memória social e identidade coletiva.
2. Patrimônio cultural material e imaterial.
3. Cultura popular e formação social brasileira.
4. Educação patrimonial e valorização dos saberes tradicionais.
5. Oralidade, festa, música, dança, religiosidade e performatividade nas culturas populares.

**Unidade II – Cultura Popular no Ceará e em Fortaleza**

1. Matrizes culturais do povo cearense.
2. Reisado, coco, maracatu, maneiro-pau, torém e outras tradições.
3. Cultura popular, cidade e periferia.
4. Território, pertencimento e produção simbólica da comunidade.
5. Experiências culturais locais e sua relação com direitos, memória e resistência.

**Unidade III – Cultura, Participação Social e Desenvolvimento Comunitário**

1. Cultura como direito e dimensão do desenvolvimento.
2. Políticas públicas de cultura e participação social.

3. Cultura popular e organização comunitária.
4. Experiências coletivas de valorização cultural no território.
5. Arte, identidade e fortalecimento dos vínculos comunitários.
6. Dança, teatro e música com matrizes estéticas da tradição.
7. Saberes e fazeres tradicionais brasileiros e cearenses.
8. Educação patrimonial, vivência cultural e comunidade.

**Unidade IV: Planejamento de Ações Artístico-Culturais**

1. Mapeamento de artistas e grupos culturais do território.
2. Elaboração de projetos culturais para editais.
3. Produção de eventos: saraus, festivais, exposições comunitárias.
4. Articulação com os Pontos de Cultura e a política cultural municipal e estadual.

## METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, estudos de caso, análise de registros audiovisuais, rodas de conversa, seminários e atividades de problematização da realidade cultural dos territórios.

As 20 (vinte) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de oficinas de linguagens artísticas, experimentação criativa e planejamento de intervenções culturais em contextos comunitários.

As 8 horas de atividades não presenciais serão destinadas à leitura orientada de textos, análise de materiais audiovisuais, pesquisa sobre manifestações culturais populares do Ceará, produção de fichamentos, preparação de seminários e sistematização de reflexões.

## RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro branco e pincéis;
- Projetor multimídia e computador;
- Textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- Legislação e documentos institucionais pertinentes;

- Materiais audiovisuais sobre cultura popular e patrimônio imaterial;
- Ambiente virtual de aprendizagem;
- Internet e bases digitais de consulta.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre cultura popular, patrimônio, identidade territorial e desenvolvimento comunitário.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação: atividades escritas individuais ou em grupo; fichamentos, resenhas e estudos dirigidos; seminários e exposições orais; análise de manifestações culturais e experiências comunitárias; leitura crítica de materiais audiovisuais; produção de síntese analítica; elaboração de proposta simples de ação educativa.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO.

Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do folclore brasileiro - v.1. 8. ed. São Paulo: Global, 2003. v.1.

COSTA, Marcelo Farias. A cronologia do teatro cearense. Fortaleza: Expressão, 2014.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. Organização: Oneida Alvarenga. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ANTOLOGIA do folclore cearense. Compilação: Florival Seraine. Fortaleza: UFC, 1983.

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade. São Paulo: Editora 34, 2008.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos teatrais. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

| **DISCIPLINA: Comunicação e Mobilização Comunitária** | | |
|---|---|---|
| **Código:** | **Carga horária total: 40** | **Créditos:02** |
| **Nível:** | **Semestre: 2** | **Pré-requisitos:** |
| **CARGA HORÁRIA** | **Teórica: 20** | **Prática: 20** |
| | **Presencial: 40** | **Distância:** |
| | **Prática Profissional:** | |
| | **Atividades não presenciais: 8** | |
| | **Extensão:** | |

**EMENTA**

Estudo crítico das teorias da comunicação e seus desdobramentos práticos na comunicação comunitária e alternativa. Fundamentos da comunicação para o desenvolvimento social e princípios da Educomunicação. Planejamento estratégico de comunicação voltado para projetos sociais e socioambientais. Mapeamento, análise e aplicação de ferramentas de comunicação analógicas (jornal mural, boletins informativos) e digitais (redes sociais, aplicativos de mensagem). Abordagens metodológicas para o uso de tecnologias digitais na elaboração de projetos. Estratégias e táticas de mobilização e participação social. Metodologias para a organização de eventos, campanhas de engajamento e atos públicos. Técnicas de media training e relacionamento com a imprensa. A comunicação como instrumento de fortalecimento da autonomia comunitária, promoção da cidadania e impulsionamento de processos de transformação social.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Desenvolver competências teóricas, metodológicas e práticas para o planejamento e a execução de estratégias de comunicação e mobilização comunitária, empregando ferramentas analógicas e abordagens estratégicas de tecnologias digitais na elaboração de projetos. Busca-se capacitar o discente para fortalecer a autonomia dos territórios, promover a cidadania por meio da Educomunicação e impulsionar processos participativos voltados à justiça socioambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos Específicos

- Diferenciar comunicação de massa, alternativa e comunitária.
- Elaborar um plano de comunicação para uma organização ou projeto social.
- Utilizar as principais ferramentas de comunicação digital e analógica para fins comunitários.
- Planejar e organizar diferentes tipos de ações de mobilização social.

.

**PROGRAMA**

Unidade I: Fundamentos da Comunicação, Mobilização e Educomunicação

- Processo de comunicação: emissor, receptor, mensagem, canal, ruído.
- Comunicação e poder: a crítica à mídia hegemônica e a construção de contranarrativas.
- O que é comunicação comunitária? O direito à comunicação e a democratização da informação.
- Fundamentos da Educomunicação: a interface entre comunicação, participação e educação popular emancipatória.
- Conceitos de mobilização social, engajamento e participação cidadã nos territórios.

Unidade II: Planejamento Estratégico de Comunicação

- Diagnóstico de comunicação: identificação de públicos, mapeamento territorial, canais e mensagens.
- Definição de objetivos e metas de comunicação alinhados ao desenvolvimento local.
- Elaboração de um plano de comunicação integrada (ações online e offline).
- Criação de identidade visual e estruturação de linha editorial para projetos e causas comunitárias.

Unidade III: Ferramentas de Comunicação Comunitária

- Mídia analógica e popular: rádio comunitária, jornal impresso, fanzine, carro de som e murais.
- Mídia digital e capilaridade: uso estratégico de redes sociais (Facebook, Instagram) e táticas de mobilização de base via aplicativos de mensagem (WhatsApp).
- Produção de conteúdo multimídia (texto, foto, vídeo) e letramento

digital comunitário.

- Assessoria de imprensa popular, media training e relacionamento estratégico com a mídia local e tradicional.

Unidade IV: Estratégias de Mobilização Social e Socioambiental

- Mapeamento de atores sociais, lideranças locais e construção de redes e alianças.
- Organização de eventos participativos: reuniões comunitárias, assembleias, audiências públicas e festivais culturais.
- Planejamento de campanhas: definição do tema, do público-alvo, dos indicadores e das ações táticas.
- Transversalidade socioambiental: mobilização voltada à educação ambiental crítica, defesa do território e integração com a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS).
- Táticas de mobilização: abaixo-assinados, manifestações, intervenções urbanas e advocacy digital.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Em estrita consonância com as diretrizes pedagógicas institucionais estabelecidas no Regulamento da Organização Didática, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de 22 de junho de 2015, a disciplina adota uma proposta de ensino-aprendizagem fundamentada na perspectiva da metodologia dialética e nos princípios da Educomunicação. Desse modo, o trabalho docente estrutura-se na articulação indissociável de três dimensões pedagógicas fundamentais:

Mobilização para o conhecimento: constitui o momento de aproximação, no qual o docente atua para estabelecer um primeiro nível de significação entre o sujeito (discente) e o objeto de estudo. Trata-se de provocar a necessidade de aprendizagem, desequilibrar certezas prévias e desafiar o estudante, transformando a realidade socioambiental e as dinâmicas de comunicação comunitária em autênticos objetos de investigação.

Construção do conhecimento: representa o segundo nível de interação, caracterizado pela mediação colaborativa do trabalho docente para que o discente apreenda as relações internas e externas do objeto a ser conhecido. É a fase de análise, na qual o estudante constrói ativamente o saber a partir do estabelecimento de conexões mais abrangentes, críticas e complexas sobre a comunicação

participativa, o uso de tecnologias digitais e o desenvolvimento territorial.

Elaboração e expressão da síntese do conhecimento: refere-se à etapa de materialização e objetivação da aprendizagem. Implica a consolidação, por parte do estudante, do movimento conceitual articulado a exemplos práticos e realidades locais. É o momento da expressão elaborada, da formulação de propostas, da generalização e da consolidação definitiva dos conceitos apreendidos (materializada, por exemplo, na elaboração do plano estratégico de comunicação).

Para a efetivação dessas dimensões, os procedimentos metodológicos adotados privilegiarão aulas expositivas e dialogadas, garantindo a construção coletiva e horizontal do saber.

As 20 (vinte) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio da produção de peças de comunicação comunitária, do planejamento de campanhas socioeducativas e da simulação de processos de mobilização social. O estudante exercitará, em atividades orientadas, a elaboração de mensagens, materiais e estratégias adequadas a diferentes públicos e territórios, convertendo os fundamentos da comunicação popular em capacidade prática de mobilizar e articular comunidades.

As 8 (oito) horas de atividades não presenciais serão destinadas à produção e à edição de materiais de comunicação, à pesquisa sobre experiências de mobilização e à preparação de campanhas, disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. Orientadas e avaliadas pelo docente com objetivos e prazos definidos, articulam-se às atividades presenciais e compõem a avaliação processual.

## RECURSOS DIDÁTICOS

- Material didático-pedagógico (textos manuais, plataforma *Google Classroom* e *Google Meet*).
- Recursos audiovisuais (computador com projetor, vídeos, filmes, músicas, cartazes, *flipcharts,* etc.).
- Aparelho de som, máquina fotográfica etc.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de avaliação se pautará por uma perspectiva construtivista em que os elementos contextuais da realidade dos sujeitos atribuem significados e sentidos à avaliação. Para tanto, a prática avaliativa da disciplina em tela será processual e formativa, de modo que existirão dois momentos importantes para exercício da aprendizagem do discente no semestre:

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a produção e a edição de materiais de comunicação, a pesquisa sobre experiências de mobilização e a preparação de campanhas realizadas a distância. Serão observados a clareza e a adequação das mensagens aos públicos e territórios, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à nota do período.

***- Avaliação da disciplina***

**N1:** no primeiro momento, a avaliação ***objetiva/discursiva*** em que procurará resgatar o significado dos conteúdos ministrados em sala aula durante a primeira ***Etapa N1***.

**N2:** no segundo momento, a avaliação será realizada por meio de apresentação de ***seminários, resenhas*** [e/ou ***trabalho de pesquisa de campo***], de tal modo que a temática deverá ser de livre escolha da equipe/alunos/as sobre temas envolvendo comunicação e mobilização comunitária.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Summus, 2003

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Gestão estratégica de eventos**: teoria, prática, casos, atividades. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **Planejamento de eventos esportivos e recreativos**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social. São Paulo: Cortez, 2001 DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1985

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

MCKENNA, Colleen. **Poderosas habilidades de comunicação**: como se comunicar com confiança. São Paulo: Amadio, 2002

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem**: fundamentos das organizações do século XXI. 2. ed. rev.ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2013

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Meio Ambiente e Sustentabilidade</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos: 02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 2</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 28</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Crise ambiental e seus impactos na vida humana; Conceitos fundamentais do debate ambiental; Elementos básicos da legislação ambiental brasileira; Justiça e Racismo Ambiental; Relação sociedade-natureza dentro e fora da sociedade globalizada; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Fundamentos de produção sustentável de alimentos e soberania alimentar; Agricultura urbana e periurbana, permacultura e sistemas agroflorestais. A preservação do território e da natureza sob a ótica da atuação dos movimentos indígena e quilombola.

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Compreender a crise ambiental contemporânea sob a ótica da justiça ambiental; elaborar reflexões sobre a relação da comunidade com o ambiente e mobilizar ações, atividades e intervenções relacionadas a questões ambientais relevantes para a comunidade.

**Objetivos Específicos**

- Reconhecera importânciado meio ambiente para a sobrevivência humana, independentemente dos padrões de produção e consumo da sociedade;
- Dominar conceitos centrais no debate ambiental contemporâneo;
- Reconhecer a relação entre o sistema de produção/consumo da sociedade capitalista e a crise ambiental;

- Reconhecer as limitações das soluções do mercado no enfrentamento da crise ambiental;
- Conhecer aspectos fundamentais da Política Nacional de Meio Ambiente, seus instrumentos de implementação e sua interface com os ODS;
- Analisar conflitos socioambientais a partir dos conceitos de justiça climática climática e racismo ambiental;
- Conhecer e defender os direitos fundamentais da sociedade (comunidade) relacionados a meio ambiente;
- Estimular e organizar iniciativas permaculturais, agroecológicas e promover soberania alimentar.
- Apresentar a preservação do território e da natureza sob a ótica da atuação dos movimentos indígena e quilombola.

**PROGRAMA**

**Unidade I: Debate ambiental contemporâneo**

- Crise Ambiental: emergência climática, poluição, contaminação e comprometimento de recursos ambientais ameaçando a vida humana.
- História do movimento ambientalista na sociedade capitalista.
- Conceitos centrais no debate ambiental: crescimento econômico, desenvolvimento (sustentável), capacidade de suporte, sustentabilidade, externalidades, justiça ambiental e racismo ambiental.
- Conceitos básicos de macroeconomia: mercado, produção e consumo na sociedade capitalista.
- Limitações do mercado capitalista no enfrentamento da crise ambiental.
- Ambientalismo ancestral: lições de conexão, sustentabilidade e soberania dos povos originários e quilombolas.
-

**Unidade II: Política Ambiental Brasileira**

- Direitos básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988.
- Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) e seus instrumentos de gestão
- Justiça Climática e Racismo ambiental na legislação brasileira (Resolução CONAMA nº 26.916/2025)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)
-

**Unidade III: Práticas Sustentáveis**

- Soberania alimentar
  - Agricultura urbana e periurbana
  - Hortas e pomares comunitários
  - Culturas agrícolas tradicionais no Brasil
  - Plantas alimentícias não convencionais (PANCs)
- Permacultura
  - Pilares éticos
  - Princípios de design
  - Aplicando os princípios junto à comunidade
- Sistemas Agroflorestais (SAF) e Agricultura Sintrópica
  - Policultura e cultivo estratificado
  - Sistemas de colonização, acumulação e abundância
  - Manejo vegetal e reaproveitamento de biomassa
  - Planejamento do SAF

## METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida a partir da integração de diferentes métodos didáticos, incluindo, mas não se limitando a, aulas expositivas dialogadas, apresentação de seminários, elaboração de projetos, demonstrações, vivências e visitas técnicas.

Os conteúdos das Unidades I e II (“Debate Ambiental Contemporâneo” e “Política Ambiental Brasileira”, respectivamente), poderão ser trabalhados, além das aulas teóricas, na forma de apresentação de seminários, vivências e elaboração de projetos. Os conteúdos da Unidade III (“Práticas sustentáveis”) poderão ser trabalhados, além de aulas teóricas, na forma de demonstrações, vivências, aulas práticas e elaboração de projetos.

Nas visitas técnicas os estudantes terão oportunidade de conhecer espaços de agricultura urbana e periurbana na Região Metropolitana de Fortaleza, onde são adotados modelos sustentáveis e participativos de produção de alimentos e mobilização comunitária, como:

- Projeto Casa Maranguape (Maranguape);
- Floresta Urbana Sombra do Cajueiro (Fortaleza);
- Eco Sítio Tamaringaia (Caucaia).

As 8 horas de atividades não presenciais serão destinadas à leitura orientada de textos, à pesquisa sobre experiências agroecológicas e de sustentabilidade e à elaboração de propostas de intervenção socioambiental, disponibilizadas e

acompanhadas no ambiente virtual de aprendizagem, com objetivos e critérios definidos pelo docente e integradas à avaliação processual.

## RECURSOS DIDATICOS

Sala de aula com quadro branco, pincéis e apagador; projetor multimídia e notebook para aulas expositivas dialogadas; ônibus ou micro-ônibus para realização de visitas técnicas; acesso à internet para consultas orientadas a legislação, bases públicas e materiais de apoio (textos, mapas, dados e relatórios); textos impressos e/ou digitais: artigos científicos, capítulos, relatórios técnicos e marcos legais; materiais para dinâmicas e oficinas: cartolina, papel kraft, canetas, post-its, fita adesiva, tesoura, impressões de mapas/imagens e fichas de atividades; recursos para práticas sustentáveis (quando aplicável): recipientes para separação de resíduos, baldes/composteira, resíduos orgânicos e secos limpos para demonstração, sementes/mudas, substrato, ferramentas simples de horticultura, regadores e materiais para canteiros; biblioteca física e bases digitais (portal de periódicos, repositórios institucionais e acervos públicos) para pesquisa e aprofundamento.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será contínua, processual e cumulativa, com funções diagnóstica e formativa, acompanhando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, em conformidade com o REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA – ROD, aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de 22 de junho de 2015. O aprendizado será acompanhado por meio de instrumentos diversificados e alinhados aos objetivos, incluindo, mas não se limitando a: provas objetivas, subjetivas e outros tipos de produção textual (resenha, síntese, fichamento), seminários temáticos, estudos de caso, projetos, relatórios e atividades práticas aplicadas. Serão considerados critérios como domínio conceitual, qualidade argumentativa, capacidade de análise de conflitos socioambientais, aplicação da legislação, participação e responsabilidade socioambiental.

As atividades não presenciais, quando previstas, serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se as leituras orientadas, as pesquisas sobre experiências agroecológicas e de sustentabilidade e a elaboração de propostas de intervenção socioambiental realizadas a distância. Serão observados a coerência crítica, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à média do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de

recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA


ANGUS, I. **Enfrentando o Antropoceno**, Boitempo Editorial, 2023, 288 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2020, 104 p. ISBN: 9788535933581

PERALTA, C. E.; ALVARENGA, L. J.; AUGUSTIN, S. **Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2014. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

STEENBOCK, W. **A arte de guardar o sol**. Bambual, 2021, 192 p.


## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR


ALVES, Rener; GALLINARI, Danilo. **Agroecologia e Produção Orgânica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev 2026.

ANDRADE, Dayana. **Vida em sintropia: agricultura sintrópica de Ernst Götsch explicada**. 1. ed. São Paulo: Labrador, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev 2026.

BARRETO, E.S. **Ecologia Marxista para pessoas sem tempo**, Editora Usina, 2022, 263 p.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **Permacultura e as tecnologias de convivência**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev 2026.

KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo.** 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 19 nov 2025.

PERETO, Suelen Cristina Alves da Silva. **Botânica: o incrível mundo das plantas**. 1. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 24 fev 2026.

REBELLO, J. F.; GHIRINGNELLO, D. **Agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch**. Ribeirão Preto: Reviver, 2021, 156p.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**, São Paulo: Editora Ubu / Piseagrama, 2023, 112 p.


| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
|---|---|
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Direitos da Mulher, Diversidade, Racismo e Prevenção à Violência de Gênero</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos:02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 2</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 28</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>[21]Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">[22]Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Conceitos de gênero, sexo, sexualidade e interseccionalidade. Racismo e suas intersecções com gênero e sexualidade. História do movimento feminista no Brasil e no mundo: diferentes. Patriarcado, machismo, misoginia e seus impactos diferenciados em mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais. Violência de gênero: tipos, manifestações e impactos. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e seus avanços e limitações. Feminicídio e sua dimensão racial. A rede de proteção à mulher em situação de violência e o racismo institucional. Diversidade sexual e de gênero: conceitos de LGBTQIA+, LGBTfobia estrutural e institucional. Interseccionalidade entre gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência. Atuação comunitária em defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ com perspectiva interseccional.

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Promover compreensão crítica e interseccional sobre as desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe, analisando como essas opressões se entrelaçam e afetam diferentemente mulheres e pessoas LGBTQIA+, capacitando o estudante a identificar situações de violência, conhecer a rede de proteção, reconhecer o racismo estrutural e a LGBTfobia, e atuar na promoção dos direitos humanos, da justiça social e da equidade no âmbito comunitário.

**Objetivos Específicos**

- Compreender os conceitos de gênero, sexo, sexualidade e interseccionalidade, reconhecendo como se articulam com raça, classe, deficiência e outras dimensões de identidade.
- Analisar criticamente o racismo estrutural, suas manifestações históricas e contemporâneas, e suas intersecções específicas com gênero e sexualidade.
- Compreender a história do feminismo em suas múltiplas perspectivas, incluindo feminismo negro, indígena e decolonial, reconhecendo as críticas ao feminismo branco.
- Identificar os diferentes tipos de violência de gênero e seus impactos diferenciados conforme raça, classe, sexualidade e deficiência.
- Conhecer a Lei Maria da Penha, o conceito de feminicídio e a dimensão racial do feminicídio no Brasil.
- Reconhecer a rede de atendimento à mulher em situação de violência, o racismo institucional e as limitações das políticas públicas.
- Compreender conceitos relativos à diversidade sexual e de gênero, reconhecendo a LGBTfobia..
- Formar como agente comunitário na prevenção, denúncia e enfrentamento à violência de gênero e à LGBTfobia, com perspectiva interseccional e compromisso com a justiça social.
- Estudar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASI) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), para melhor compreender a saúde indígena e quilombola.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I: Gênero, Raça, Patriarcado e Feminismo**

- Conceitos fundamentais: gênero , sexo , sexualidade
- Racismo: conceito, manifestações históricas (escravidão, colonialismo) e contemporâneas (discriminação institucional, violência policial).
- Articulação entre gênero e raça: como o racismo afeta diferentemente

mulheres negras, indígenas, asiáticas e mulheres brancas.

- Mulheres negras e a "tripla opressão": gênero, raça e classe.
- Patriarcado: sistema histórico de dominação masculina, entender suas bases econômicas e ideológicas.
- Machismo: manifestações cotidianas, diferenças conforme raça e classe.
- Misoginia: ódio às mulheres, suas expressões culturais e políticas
- Feminismo negro e decolonial, Crítica ao feminismo branco e Feminismo como movimento de libertação.

**Unidade II: Violência de Gênero, Racismo e Lei Maria da Penha**

- Conceito de violência de gênero: exercício de poder para manutenção de hierarquias, controle e dominação.
- Tipos de violência e o ciclo da violência doméstica: tensão, agressão, reconciliação, lua de mel;
- Violência de gênero com dimensão racial, violência contra mulheres indígenas, Violência contra mulheres LGBTQIA+: transfobia, lesbofobia, violência sexual "corretiva", assassinato e Violência contra mulheres com deficiência.
- A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06): contexto histórico, avanços (medidas protetivas, responsabilização), mecanismos legais.
- Feminicídio: conceito, Lei 13.104/15, tipificação como crime hediondo.
- Limitações da Lei Maria da Penha: insuficiência de políticas públicas, revitimização, racismo institucional, morosidade do judiciário.
- Crítica ao punitivismo: como o sistema penal reproduz racismo e não resolve violência.

**Unidade III: Rede de Proteção, Racismo Institucional e Atuação Comunitária**

- Equipamentos da rede de proteção:
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)
- Casas Abrigo e Abrigos Especializados
- Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)
- Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- Serviços de Saúde: atendimento a vítimas de violência sexual, protocolo de acolhimento.
- Poder Judiciário: Juizados de Violência Doméstica, medidas protetivas.
- Ministério Público e Defensoria Pública: representação legal.
- O fluxo de atendimento: acolhimento, escuta ativa, orientação, encaminhamento, acompanhamento.
- Atendimento a mulheres LGBTQIA+: desafios, preconceito de profissionais, falta de preparo, deadnaming.

- Atendimento a mulheres com deficiência: barreiras de acessibilidade, falta de comunicação acessível.
- Como acolher e orientar uma vítima de violência: escuta ativa, sem julgamento, respeitando sua autonomia, validação da experiência.
- O papel do agente comunitário: prevenção, identificação de situações de violência, orientação, encaminhamento, acompanhamento.
- Prevenção primária: educação, transformação de valores machistas e racistas, promoção de masculinidades não-violentas.
- Prevenção secundária: identificação precoce de situações de risco, intervenção preventiva.
- Prevenção terciária: atendimento e proteção de vítimas, responsabilização de agressores.
- Articulação com movimentos sociais: feminismo negro, movimentos LGBTQIA+, movimentos de mulheres.

**Unidade IV: Diversidade Sexual, de Gênero e Interseccionalidade**

- Orientação sexual, Identidade de gênero,Expressão de gênero.
- LGBTfobia: ódio, preconceito e discriminação contra pessoas LGBTQIA+, discriminação institucionalizada em leis, políticas, práticas sociais.
- Interseccionalidade: como ser LGBTQIA+ e negro/a, pobre, com deficiência, imigrante intensifica opressões.
- Pessoas LGBTQIA+ negras: dupla discriminação, invisibilidade, violência específica.
- Transfobia: violência específica contra pessoas trans, travestis e não-binárias; discriminação no trabalho, saúde, educação.
- Experiências de pessoas LGBTQIA+ em comunidades: desafios, resistências, organização.

**METODOLOGIA DE ENSINO**

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, análise de casos, estudos dirigidos, seminários, rodas de conversa, debates temáticos e atividades de problematização da realidade social. Articular fundamentos teóricos sobre gênero, raça, sexualidade, patriarcado, feminismo, LGBTfobia, violência de gênero e interseccionalidade com situações da realidade brasileira, cearense e local, favorecendo a compreensão dessas opressões como processos históricos, estruturais e socialmente produzidos.

Ao longo da disciplina, serão mobilizados textos acadêmicos, legislações, documentos institucionais, materiais audiovisuais, reportagens, campanhas educativas, protocolos de atendimento, dados estatísticos e relatos de experiências de movimentos sociais, serviços públicos e redes de proteção, de modo a permitir que os estudantes compreendam os múltiplos modos pelos quais o racismo, o machismo, a misoginia e a LGBTfobia se manifestam na vida cotidiana, nas instituições e nas políticas públicas.

As atividades didáticas buscarão valorizar a participação dos estudantes, a escuta qualificada, a leitura crítica da realidade, a capacidade de análise e a articulação entre teoria e prática. Sempre que possível, serão propostos exercícios de análise de experiências de atendimento, fluxos de encaminhamento, situações de violência, campanhas de prevenção e formas de atuação comunitária em defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, com atenção especial às dinâmicas sociais presentes no Brasil e no Ceará.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de estudos de caso, mapeamento da rede de proteção e atendimento à mulher e simulação de ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Em atividades orientadas, o estudante exercitará o reconhecimento dos serviços e fluxos de proteção e a elaboração de ações socioeducativas, articulando a fundamentação em direitos humanos à atuação prática nos territórios.

As 8 horas de atividades são destinadas à leitura orientada de textos, análise de documentos normativos e materiais de campanha, elaboração de fichamentos, participação em fóruns ou atividades em ambiente virtual de aprendizagem, pesquisa sobre serviços da rede de proteção e preparação de trabalhos individuais ou em grupo.

**RECURSOS DIDÁTICOS**

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- quadro branco e pincéis;
- projetor multimídia e computador;
- textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- legislação e documentos institucionais pertinentes;
- protocolos de atendimento e materiais informativos da rede de proteção;
- reportagens, entrevistas, documentários, campanhas educativas e outros recursos audiovisuais;
- gráficos, tabelas, infográficos e materiais de apoio;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- internet e bases digitais de consulta;
- estudos de caso;
- materiais produzidos por movimentos feministas, movimento negro, movimentos LGBTQIA+, organizações da sociedade civil e instituições públicas.

**AVALIAÇAO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre gênero, raça, sexualidade, diversidade, violência e direitos humanos. Buscar-se-á observar não apenas a assimilação conceitual, mas também a capacidade de relacionar teoria e realidade social, reconhecer situações de opressão e violência, compreender fluxos de proteção e propor formas de atuação comunitária comprometidas com a justiça social e a equidade.

Serão considerados, entre outros aspectos, o domínio dos conceitos fundamentais da disciplina, a compreensão da interseccionalidade entre gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência, a capacidade de identificar diferentes formas de violência e discriminação, o conhecimento da legislação pertinente e da rede de atendimento, bem como a elaboração de análises críticas sobre o papel das instituições, das políticas públicas e da ação comunitária na prevenção e no enfrentamento das violências.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- atividades escritas individuais ou em grupo;

- fichamentos, resenhas e estudos dirigidos;
- seminários e exposições orais;
- análise de casos;
- produção de sínteses analíticas;
- elaboração de mapas da rede de proteção;
- leitura crítica de campanhas, notícias, dados ou documentos;
- produção de proposta de ação educativa, preventiva ou comunitária voltada ao enfrentamento da violência de gênero, do racismo ou da LGBTfobia.
- análise de uma situação concreta de violência ou discriminação e a construção de um fluxo de acolhimento, orientação e encaminhamento socialmente responsável.
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras orientadas.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se as leituras orientadas de textos e marcos normativos, a pesquisa sobre a rede de proteção e a preparação de trabalhos realizados a distância, além da participação no ambiente virtual de aprendizagem. Serão observados a apropriação crítica do tema, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à nota do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no brasil**. 1. ed. São Paulo: Summus, 2011. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

NIGRI, Tânia. **Direitos LGBTQIAPN+**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2024. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

OYEWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). **Mulheres africanas e feminismo:** reflexões sobre a política da sororidade. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FERREIRA, Paula Camila Veiga. **Autoafirmação das mulheres:** perspectivas para transposição das invisibilidades organizacionais por meio de uma teoria política de justiça substancialmente igualitária. 1. ed. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MELLO, Cleyson de Moraes; BORDINHA, Patrícia. **Desigualdade de gênero:** igualdade, violência de gênero, direitos humanos. 1. ed. *[S.l.]*: Processo, 2023. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SILVA, Kleber (org.). **Linguagem e interseccionalidade em lutas por direitos**. 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2024. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2010. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| **Coordenador do Curso** | **Setor Pedagógico** |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

**DISCIPLINA: Políticas de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS), Acessibilidade e Inclusão**

| | | |
|---|---|---|
| **Código:** | **Carga horária total: 80** | **Créditos:04** |
| **Nível:** | **Semestre: 2** | **Pré-requisitos:** |
| **CARGA HORÁRIA** | **Teórica: 50** | **Prática: 30** |
| | **Presencial: 40** | **Distância:** |
| | **[23]Prática Profissional:** | |
| | **[24]Atividades não presenciais: 16** | |
| | **Extensão:** | |

**EMENTA**

História, fundamentos e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Organização, níveis de atenção e equipamentos públicos de saúde e seguridade social, constituída pelo tripé saúde, previdência e assistência social.. Participação popular, controle social e acesso a direitos nas políticas de saúde e assistência. Conceitos de deficiência, acessibilidade e inclusão. Modelos de compreensão da deficiência e marcos legais da inclusão da pessoa com deficiência. Tipos de acessibilidade, desenho universal e eliminação de barreiras no atendimento social e comunitário.

**OBJETIVOS**

**Objetivo Geral**

Compreender a estrutura, os princípios e o funcionamento da seguridade social no Brasil, a partir do debate acerca das políticas de saúde, assistência social e previdência, bem como as políticas de inclusão da pessoa com deficiência, capacitando o estudante a reconhecer os serviços existentes no território, orientar o acesso da comunidade a esses direitos e atuar de modo socialmente sensível e inclusivo em contextos comunitários.

**Objetivos Específicos:**

- Diferenciar os papéis, princípios e serviços do SUS, SUAS e do Regime Geral da Previdência Social.
- Identificar os principais equipamentos de saúde e assistência social e de previdência no território.
- Compreender os níveis de atenção e proteção social nas políticas de saúde e assistência.
- Reconhecer a importância da participação popular e do controle social nessas políticas públicas.
- Compreender os princípios da acessibilidade, da inclusão e do desenho universal.
- Conhecer os direitos da pessoa com deficiência e os principais marcos legais da inclusão.
- Identificar barreiras físicas, comunicacionais, institucionais e atitudinais que dificultam o acesso a serviços públicos.
- Relacionar políticas de saúde, assistência social, previdência e inclusão à atuação comunitária e à promoção de direitos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I - Fundamentos da Seguridade Social**

- A seguridade social: conceitos e princípios constitucionais
- Estruturação e financiamento da seguridade social (Lei nº 8.212, 24/07/1991).
- Participação social, controle e gestão democrática: conselhos e conferências

**Unidade II – O Sistema Único de Saúde (SUS)**

- A reforma sanitária e a criação do SUS na Constituição de 1988.
- Saúde como direito dos cidadão e dever do Estado.
- Princípios doutrinários: universalidade, integralidade e equidade.
- Princípios organizacionais: regionalização, hierarquização, descentralização e participação social.
- Níveis de atenção: atenção primária, secundária e terciária.
- Estratégia Saúde da Família e atenção básica no território.
- Equipamentos e serviços de saúde: UBS, CAPS, policlínicas, hospitais e outros pontos da rede.
- Conselhos e Conferências de Saúde.

**Unidade III – O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

- A assistência social como direito na Constituição de 1988.
- A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- Princípios e diretrizes do SUAS.
- Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
- Equipamentos da rede socioassistencial: CRAS, CREAS, unidades de acolhimento e serviços correlatos.

- Benefícios e programas: BPC, Bolsa Família e outros mecanismos de proteção social.
- Vigilância socioassistencial, território e acesso a direitos.
- Participação social e controle democrático na assistência social.

**Unidade IV - Previdência Social**

- Regime Geral da Previdência Social ( Lei 8.213, 24/07/1991)
- Regimes Próprios de Previdência Social
- Previdência complementar
- Instituto Nacional do Seguro Social INSS: estruturação, operacionalização e benefícios.
- Interfaces da política previdenciária com as políticas de saúde, assistência social e trabalho.

**Unidade V – Rede de Proteção Social, Território e Atuação Comunitária**

- Articulação entre saúde, assistência social e inclusão no território.
- Fluxos de encaminhamento e acesso a serviços.
- Leitura territorial da rede pública de proteção social.
- O papel do agente comunitário na orientação, escuta e encaminhamento.
- Limites institucionais, desigualdades de acesso e desafios da intersetorialidade.
- Estratégias de fortalecimento do acesso a direitos no âmbito comunitário.

**Unidade VI – Acessibilidade, Inclusão e Direitos da Pessoa com Deficiência**

- A pessoa com deficiência como sujeito de direitos: a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as políticas de saúde e de assistência social na perspectiva da acessibilidade.
- Equipamentos e serviços de cuidado e proteção social às pessoas com deficiência no território.
- Barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e programáticas e estratégias comunitárias para sua superação.
- O papel do técnico em desenvolvimento comunitário na garantia de acessibilidade e na articulação em rede para a inclusão.
- Modelos de compreensão da deficiência: médico, social e de direitos humanos.
- Deficiência, barreiras sociais e exclusão.
- Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.
- Desenho universal e eliminação de barreiras.
- Atendimento inclusivo e respeito à diversidade funcional.
- Acessibilidade e inclusão nos serviços públicos e no trabalho comunitário.

## METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura orientada de textos, análise de documentos normativos, estudos de caso, seminários e atividades de problematização da realidade social. Considerando a natureza da componente, a condução metodológica buscará articular fundamentos das políticas públicas de saúde, assistência social, acessibilidade e inclusão com situações concretas do cotidiano comunitário, favorecendo a compreensão dos serviços públicos como direitos sociais e instrumentos de proteção e cidadania.

Ao longo da disciplina, serão mobilizados textos acadêmicos, legislações, materiais institucionais, fluxos de atendimento, cartilhas públicas, dados territoriais e exemplos de situações reais de acesso a serviços, de modo a permitir que os estudantes compreendam a organização do SUS e do SUAS, os obstáculos enfrentados pela população no acesso a esses sistemas e as formas de atuação comunitária voltadas à orientação, ao encaminhamento e ao fortalecimento dos vínculos entre comunidade e rede pública.

No eixo da acessibilidade e da inclusão, a disciplina buscará promover uma compreensão crítica sobre deficiência, barreiras sociais e direitos, valorizando a noção de inclusão como transformação das práticas institucionais, comunitárias e relacionais. As atividades didáticas deverão estimular a identificação de obstáculos concretos ao acesso da população aos serviços públicos, bem como a formulação de respostas mais sensíveis e inclusivas no trabalho comunitário.

Realização de oficina ou palestra ministrada pelo NAPNE do Campus Fortaleza, abordando os fundamentos da educação inclusiva, o público atendido, os recursos de acessibilidade disponíveis e o serviço de tutoria de pares.

As 30 (trinta) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio de estudos de caso, observação orientada de equipamentos das políticas de saúde e assistência social (como UBS, CRAS e CREAS) e exercícios de identificação de fluxos e serviços da rede de proteção social. O estudante exercitará, de forma orientada, a leitura prática do funcionamento do SUS e do SUAS e das condições de acessibilidade, articulando a fundamentação normativa à atuação técnica de articulação em rede no território.

As 8 horas de atividades não presenciais são destinadas à leitura orientada de textos, análise de materiais institucionais, elaboração de fichamentos, pesquisa sobre equipamentos do território, sistematização de fluxos de atendimento e preparação de atividades individuais ou em grupo.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- quadro branco e pincéis;
- projetor multimídia e computador;
- textos acadêmicos, capítulos de livros e artigos científicos;
- legislação e documentos institucionais pertinentes;
- cartilhas, protocolos e materiais informativos do SUS, SUAS e políticas de inclusão;
- reportagens, entrevistas, vídeos educativos e outros recursos audiovisuais;
- gráficos, tabelas, infográficos e materiais de apoio;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades;
- internet e bases digitais de consulta;
- estudos de caso e materiais produzidos por órgãos públicos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será contínua, processual e formativa, considerando o desenvolvimento do estudante ao longo da disciplina, sua participação nas atividades propostas, sua capacidade de leitura e interpretação dos conteúdos trabalhados e a qualidade de suas análises sobre saúde, assistência social, acessibilidade, inclusão e atendimento comunitário. Buscar-se-á observar não apenas a assimilação conceitual, mas também a capacidade de relacionar teoria e realidade social, identificar serviços e fluxos de atendimento, reconhecer barreiras à inclusão e compreender formas de mediação comunitária no acesso a direitos.

Serão considerados, entre outros aspectos, o domínio dos princípios e da organização do SUS e do SUAS, a compreensão das políticas voltadas à pessoa com deficiência, a leitura crítica sobre acessibilidade e inclusão, a capacidade de reconhecer equipamentos e serviços do território e a elaboração de propostas iniciais de orientação ou encaminhamento comunitário.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação:

- atividades escritas individuais ou em grupo;
- fichamentos, resenhas e estudos dirigidos;
- seminários e exposições orais;
- análise de casos;

- leitura e interpretação de fluxos de atendimento e documentos institucionais;
- mapeamento de equipamentos de saúde e assistência social do território;
- atividades não presenciais de planejamento de trabalhos e leituras orientadas.
- elaboração de proposta simples de orientação, mediação ou encaminhamento comunitário.

As atividades não presenciais, quando previstas, serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se as leituras de documentos normativos, as pesquisas sobre a rede de serviços e a preparação de estudos de caso realizados a distância. Serão observados o domínio dos fluxos e serviços do SUS e do SUAS, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à média do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

**BIBLIOGRAFIA BASICA**

BUSATO, Ivana Maria Saes. **SUS:** estrutura organizacional, controle, avaliação e regulação. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.b

MUZY, Evandro. **Direito das pessoas com deficiência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 27 mar 2026.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **Política de seguridade social:** sistema único de assistência social (SUAS). Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BERTHOLDI, Juliana. **Direitos sociais e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

HACK, Neiva Silvana. **Políticas sociais da pessoa idosa**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

TESKE, Ottmar. **Sociologia da acessibilidade**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

SILVA, Jairnilson Paim. **SUS - Sistema Único de Saúde:** tudo o que você precisa saber. 1. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

SILVA, Rodolfo dos Santos; MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia. **Estado e políticas sociais no Brasil:** avanços e retrocessos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

| **DISCIPLINA:** Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social | | |
|---|---|---|
| **Código:** | **Carga horária total: 40** | **Créditos:02** |
| **Nível:** | **Semestre: 2** | **Pré-requisitos:** |
| **CARGA HORÁRIA** | **Teórica: 24** | **Prática: 16** |
| | **Presencial:40** | **Distância:** |
| | **[25]Prática Profissional:** | |
| | **[26]Atividades não presenciais: 8** | |
| | **Extensão:** | |

**EMENTA**

A disciplina aborda os fundamentos teóricos e práticos da Economia Solidária, da Economia Criativa e do Empreendedorismo Social como paradigmas emergentes para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Serão explorados os conceitos, princípios, histórico e modelos de organização dessas abordagens, com foco na articulação entre teoria, prática e território. O programa contempla a análise de experiências de trabalho e renda, cooperativismo, associativismo, finanças solidárias, negócios de impacto social e ambiental, bem como as políticas públicas de fomento e os desafios para a sua implementação. A disciplina visa capacitar os estudantes a identificar oportunidades, desenvolver projetos e atuar de forma estratégica na promoção de iniciativas que gerem valor econômico, social e cultural.

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Capacitar os estudantes a compreender e analisar criticamente os conceitos, princípios e práticas da Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social, desenvolvendo habilidades para propor e implementar soluções inovadoras que promovam o desenvolvimento local, a inclusão social e a sustentabilidade.

Objetivos Específicos

- Distinguir os fundamentos teóricos e históricos da Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social, identificando suas

intersecções e particularidades.

- Analisar modelos organizacionais e de gestão aplicados a empreendimentos solidários, criativos e sociais, como cooperativas, associações e negócios de impacto.
- Avaliar o papel do território e do desenvolvimento local na promoção de cadeias produtivas e arranjos socioprodutivos baseados nos princípios da economia solidária e criativa.
- Identificar e discutir as políticas públicas de fomento e os instrumentos de finanças solidárias que apoiam o surgimento e a consolidação de iniciativas nesses campos.
- Desenvolver a capacidade de elaborar e analisar projetos de empreendedorismo social e criativo, considerando aspectos de viabilidade econômica, impacto social e ambiental.
- Estimular o pensamento crítico e a proatividade na busca por soluções inovadoras para desafios sociais e econômicos contemporâneos

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade 1: Fundamentos e Conceitos da Economia Solidária, Criativa e Empreendedorismo Social**

1.1. Economia Solidária

- Definição, princípios e histórico.
- Diferenciação entre economia solidária e economia capitalista.
- Formas de organização: cooperativismo, associativismo, grupos de produção.
- Trabalho associado e autogestão.

1.2. Economia Criativa:

- Conceito, escopo e setores (cultura, artes, design, tecnologia, mídia).
- O valor da criatividade e da inovação como motor econômico.
- Cadeias produtivas criativas e o papel do capital cultural.

1.3. Empreendedorismo Social:

- Definição, características e objetivos.
- Diferença entre empreendedorismo social e tradicional.
- Negócios de impacto social e ambiental: modelos e métricas.

1.4. Interseções e Sinergias:

- Pontos de convergência e complementaridade entre os três campos.
- O papel da inovação social e cultural no desenvolvimento.

**Unidade 2: Modelos e Práticas de Organização e Financiamento**

2.1. Cooperativismo e Associativismo:

- Tipos de cooperativas (produção, consumo, crédito, trabalho).
- Princípios cooperativistas e sua aplicação.
- Desafios e oportunidades do associativismo.

2.2. Finanças Solidárias e Alternativas:

- Bancos comunitários, moedas sociais, fundos rotativos solidários.
- Microcrédito e outras formas de acesso a capital.
- Investimento de impacto e filantropia estratégica.

2.3. Gestão e Governança em Empreendimentos:

- Modelos de gestão participativa e democrática.
- Desafios da sustentabilidade econômica e social.
- Planejamento estratégico para negócios de impacto.

**Unidade 3: Território, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas**

3.1 Desenvolvimento Territorial e Local:

- A importância do contexto local e regional.
- Arranjos Produtivos Locais (APLs) e cadeias de valor.
- O papel das redes e parcerias.

3.2 Políticas Públicas de Fomento:

- Legislação e marcos regulatórios para Economia Solidária, Criativa e Empreendedorismo Social.
- Programas governamentais de apoio e incentivo.
- Desafios na formulação e implementação de políticas eficazes.

3.3 Indicadores de Impacto:

- Ferramentas e metodologias para medir o impacto social, ambiental e cultural.
- Relatórios de sustentabilidade e balanço social.

**Unidade 4: Desafios, Inovação e Perspectivas Futuras**

4.1 Inovação e Tecnologia:

- O uso da tecnologia para escalar o impacto social e criativo.
- Plataformas colaborativas e economia compartilhada.
- Desafios da digitalização para empreendimentos solidários.
- Inclusão produtiva e geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência e grupos em situação de vulnerabilidade.
- Empreendimentos solidários acessíveis e tecnologias sociais voltadas à participação de pessoas com necessidades específicas.
- Desenho de iniciativas econômicas comunitárias que incorporem a acessibilidade como princípio.
- Sustentabilidade e Trabalho:

- Modelos de negócios circulares e regenerativos.
- Adaptação às mudanças climáticas e desafios ambientais.
- Construção de resiliência em comunidades e empreendimentos.
- O Futuro do Trabalho e da Economia:
- Novas formas de trabalho e organização.
- O papel da educação e da formação para o desenvolvimento desses setores.
- Tendências e cenários para a Economia Solidária, Criativa e Empreendedorismo Social.

**METODOLOGIA DE ENSINO**

A metodologia de ensino adotada será ativa e participativa, buscando engajar os estudantes na construção do conhecimento e na aplicação prática dos conceitos. As estratégias pedagógicas incluirão:

● Aulas Expositivas Dialogadas: Apresentação dos conteúdos teóricos, seguida de debates e discussões em sala de aula para aprofundamento e contextualização.

● Estudos de Caso: Análise de experiências reais de empreendimentos de Economia Solidária, Economia Criativa e Empreendedorismo Social, com foco na identificação de desafios e soluções.

● Seminários e Apresentações: Os estudantes serão incentivados a pesquisar e apresentar temas específicos, desenvolvendo habilidades de pesquisa, síntese e comunicação.

● Trabalhos em Grupo e Projetos: Desenvolvimento de projetos práticos, como planos de negócios sociais ou criativos, que permitam a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

● Debates e Rodas de Conversa: Promoção de discussões sobre temas controversos e atuais, com a possível participação de convidados externos (empreendedores, gestores públicos).

● Visitas Técnicas (quando possível): Organização de visitas a cooperativas, incubadoras de negócios sociais ou espaços criativos para observação in loco das práticas.

● Uso de Recursos Multimídia: Utilização de vídeos, documentários, artigos e plataformas digitais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

As 16 (dezesseis) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio da elaboração de planos de empreendimentos solidários, da análise de experiências de cooperativismo e economia criativa e da simulação de iniciativas de geração de trabalho e renda em bases associativas. Em atividades orientadas, o estudante

exercitará a concepção de soluções econômicas coletivas e sustentáveis voltadas a problemas comunitários, convertendo os fundamentos da economia solidária em capacidade prática de organização produtiva.

As 8 (oito) horas de atividades não presenciais serão destinadas à pesquisa sobre experiências de economia solidária e criativa, à elaboração de partes de um plano de empreendimento e à leitura orientada de textos, disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. Orientadas e avaliadas pelo docente, articulam-se às atividades presenciais e compõem a avaliação processual.

**RECURSOS DIDATICOS**

Para o desenvolvimento da disciplina, serão utilizados diversos recursos que visam otimizar o processo de aprendizagem e proporcionar uma experiência rica e diversificada aos estudantes:

- Recursos Audiovisuais: Projetor multimídia, computador, acesso à internet, caixas de som.

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Plataforma para disponibilização de materiais (textos, vídeos, links), fóruns de discussão, envio de atividades e comunicação.

- Materiais Impressos e Digitais: Livros-base, artigos científicos, relatórios de pesquisa, notícias, e-books e documentos oficiais.

- Estudos de Caso: Coletânea de casos de sucesso e desafios de empreendimentos nos campos abordados.

- Filmes e Documentários: Seleção de produções audiovisuais que ilustrem os conceitos e realidades da Economia Solidária, Criativa e Empreendedorismo Social.

- Convidados Externos: Profissionais, empreendedores e gestores públicos com experiência relevante para compartilhar com os estudantes.

- Lousa e Marcadores: Para anotações, esquemas e interações em sala de aula.

**AVALIAÇÃO**

A avaliação da aprendizagem será contínua e processual, buscando verificar a compreensão dos conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e a capacidade de aplicação prática. Os instrumentos avaliativos serão diversificados e alinhados aos objetivos da disciplina, conforme as diretrizes do REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO.

- Instrumentos de Avaliação: Provas Escritas: Avaliações individuais para verificar a compreensão dos conceitos teóricos e a capacidade de análise crítica.
- Trabalhos em Grupo/Projetos: Desenvolvimento de projetos práticos (e.g., plano de negócio social, análise de viabilidade de empreendimento criativo) que demonstrem a aplicação dos conhecimentos e a capacidade de trabalho colaborativo.
- Seminários e Apresentações: Avaliação da pesquisa, organização, clareza na exposição e capacidade de argumentação dos estudantes.
- Estudos de Caso: Análise e resolução de problemas a partir de situações reais, avaliando a capacidade de diagnóstico e proposição de soluções.
- Participação em Debates e Atividades em Sala: Observação da contribuição dos estudantes nas discussões, do engajamento nas atividades propostas e da postura crítica e reflexiva.
- Critérios de Avaliação: Conhecimento Teórico: Domínio dos conceitos, princípios e teorias abordadas na disciplina.
- Capacidade Analítica: Habilidade de analisar criticamente os fenômenos e propor soluções fundamentadas.
- Aplicação Prática: Competência para aplicar os conhecimentos em situações reais e desenvolver projetos.
- Comunicação: Clareza, objetividade e organização na expressão oral e escrita.
- Colaboração: Habilidade de trabalhar em equipe, respeitar diferentes pontos de vista e contribuir para o resultado coletivo.
- Inovação e Criatividade: Capacidade de propor ideias originais e soluções diferenciadas.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma processual e formativa, considerando-se a pesquisa sobre experiências de economia solidária e criativa, a elaboração de partes de um plano de empreendimento e as leituras orientadas realizadas a distância. Serão observados a viabilidade e a coerência das propostas, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à nota do período.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO. Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média

final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARGO, Grasiele Dalbão Rodrigues Modesto de. **Empreendimentos econômicos solidários**.
1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

ORTIZ, Felipe Chibás. **Criatividade, inovação e empreendedorismo:** startups e empresas digitais na economia criativa. 1. ed. São Paulo - SP: Phorte, 2021. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

MACHADO, Rafael Carvalho. **Associativismo e cooperativismo**. Curitiba, PR: Contentus, 2022.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALDAS, Josiane. **Cooperação:** uma saída emergente frente à plataformização do trabalho. Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clovis. **Desenvolvimento local e regional**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

FERREIRA, Paulo Vagner. **Análise de cenários econômicos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GONÇALVES, Silvia Carolina Afonso. **Da ideia ao plano de negócios**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2021. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

SILVA, Paulo Cesar da. **Empreendedorismo e capacidade inovadora no setor público**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Políticas de Cultura, Turismo, Esporte, Lazer, Juventude, Trabalho, Emprego e Renda</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 80</td><td>Créditos:04</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 2</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 68</td><td>Prática: 12</td></tr>
<tr><td>Presencial: 80</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>[27]Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">[28]Atividades não presenciais: 16</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

## EMENTA

Políticas culturais no Brasil: direito à cultura, Sistema Nacional de Cultura (SNC), leis de incentivo (Lei Rouanet, Lei do Audiovisual), Pontos de Cultura e editais culturais. Turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento local e geração de renda. Políticas de esporte e lazer e sua dimensão social, educativa e de inclusão. Políticas de juventude: desafios, vulnerabilidades e oportunidades. Políticas de trabalho, emprego e renda: Sistema Nacional de Emprego (SINE), qualificação profissional, seguro-desemprego e programas de fomento. Ações integradas de fomento ao trabalho, renda, cultura, esporte e lazer no âmbito comunitário.

## OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar criticamente as principais políticas públicas nas áreas de cultura, turismo, esporte, lazer, juventude, trabalho, emprego e renda, compreendendo suas potencialidades, desafios e contradições para o desenvolvimento comunitário, e capacitando o estudante a articular, fomentar e avaliar ações integradas nesses campos, com especial atenção às demandas da população jovem e trabalhadora.

Objetivos Específicos

- Compreender a estrutura, os princípios e o funcionamento das políticas culturais, de esporte/lazer e de juventude no Brasil.
- Diferenciar turismo predatório de turismo de base comunitária, analisando seus impactos socioambientais, econômicos, políticos e sinalizando as

experiências exitosas no estado do Ceará.
- Analisar criticamente as transformações recentes no mundo do trabalho e suas implicações para a organização dos trabalhadores.
- Identificar as principais políticas, programas e fontes de fomento para trabalho, emprego e renda, e como acessá-los.
- Reconhecer a importância da integração entre políticas culturais, de lazer e de trabalho para o desenvolvimento territorial sustentável.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I: Políticas Culturais e Turismo de Base Comunitária**

- O direito à cultura na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional.
- O conceito de cultura: dimensões material, imaterial, simbólica e política.
- O Sistema Nacional de Cultura (SNC): estrutura, objetivos e funcionamento.
- Planos Municipais e Estaduais de Cultura: como elaborar e implementar.
- Leis de incentivo à cultura: Lei Rouanet (Lei 8.313/91), Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93)
- Editais culturais: como acessá-los e elaborar propostas competitivas.
- Pontos de Cultura: conceito, funcionamento e impacto comunitário.
- Turismo de Base Comunitária: princípios fundamentais do movimento e as diferenças em relação ao turismo convencional.
- Turismo comunitário como gerador de renda e preservação cultural.
- Impactos socioambientais do turismo: gentrificação, mercantilização da cultura, degradação ambiental.
- Estudos de caso: Turismo comunitário no Ceará e no Brasil.
- Acessibilidade cultural, turística e de lazer como direito: turismo acessível, equipamentos culturais inclusivos e práticas esportivas adaptadas.
- Mediação comunitária para a fruição cultural e o lazer por pessoas com deficiência.
- Planejamento de ações culturais e esportivas que assegurem participação em igualdade de condições.

**Unidade II: Políticas de Esporte, Lazer e Juventude**

- O direito ao esporte e ao lazer na Constituição.
- Conceitos: esporte, lazer, recreação e suas dimensões sociais, educativas e de saúde.
- Configuração social do esporte no Brasil: Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06).

- Políticas de esporte no Brasil: Ministério do Esporte, programas de desenvolvimento do esporte (Bolsa Atleta, Programa Segundo Tempo).
- Equipamentos públicos de esporte e lazer: areninhas, vilas olímpicas, parques, centros comunitários.
- Esporte e lazer como ferramentas de inclusão social e prevenção de violência.
- Juventudes contemporâneas: conceitos, dilemas e perspectivas
- Políticas de Juventude: Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13), Secretaria Nacional de Juventude.
- Desafios da juventude brasileira: desemprego, violência, falta de acesso à educação e cultura.
- Programas de inclusão de jovens: ProJovem, Programa Bolsa Família para Jovens, Aprendizagem Profissional.
- Juventude, esporte e lazer como estratégias de desenvolvimento comunitário.

**Unidade III: Políticas de Trabalho, Emprego e Renda**

- Noções fundamentais sobre a categoria trabalho.
- Precarização do trabalho: informalidade, terceirização, redução de direitos.
- A "uberização": trabalho por demanda, plataformas digitais
- Impactos da uberização: ausência de proteção social, jornadas extensas, instabilidade de renda.
- O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: estrutura e funcionamento.
- O papel do SINE (Sistema Nacional de Emprego) e do IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho).
- Intermediação de mão de obra: como funciona e quem pode acessar.
- Programas de qualificação profissional: Pronatec, Programa de Qualificação Profissional, cursos de capacitação.
- Seguro-desemprego: quem tem direito, como solicitar, valor e duração.
- Abono salarial: critérios de elegibilidade.
- Fomento ao trabalho e à renda na comunidade: microcrédito, bancos comunitários, programas de geração de renda.
- Políticas de inclusão no mercado de trabalho: pessoas com deficiência, população em situação de rua, egressos do sistema prisional.
- Programas de transferência de renda (Bolsa Família) e suas relações com o acesso ao trabalho.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Para atingir os objetivos e conteúdos de ensino citados, optou-se por uma proposta de ensino-aprendizagem apoiada na perspectiva da metodologia dialética de maneira que o trabalho docente articule três dimensões fundamentais:

- **Mobilização para o conhecimento:** requer que o/a professor/a estabeleça um primeiro nível de significação entre o sujeito e o objeto, ou seja, provocar a necessidade, desequilibrar, desafiar, tornar o objeto em questão, objeto de conhecimento para o/a aluno/a. É o momento de aproximação do objeto.
- **Construção do conhecimento:** supõe a colaboração do trabalho docente para o discente aprender as relações internas e externas do objeto a ser conhecido. Trata-se de um segundo nível de interação, onde o sujeito constrói, pela sua ação, o conhecimento, a partir do estabelecimento de relações mais abrangentes e complexas sobre o objeto em estudo. É o momento de análise do objeto.
- **Elaboração e expressão da síntese do conhecimento:** refere-se à expressão, materialização e objetivação do conhecimento. Implica que o estudante consolide a percepção do movimento conceitual e dos exemplos práticos, a partir dos vários níveis de relações que estabeleceu sobre o objeto. É o momento da expressão elaborada, da síntese, da conclusão, generalização, consolidação de conceitos.

As aulas serão expositivas e dialogadas, além disso, estudo dirigido em sala de aula, seminários, debate e pesquisa de campo.

As 12 (doze) horas de carga horária prática serão desenvolvidas por meio do mapeamento de equipamentos e programas culturais, esportivos e de lazer, da análise de políticas setoriais e da elaboração de propostas de ação comunitária nesses campos. Em atividades orientadas, o estudante exercitará o reconhecimento das políticas e dos serviços disponíveis no território, articulando a fundamentação teórica à prática de planejamento de ações de mobilização e promoção de direitos culturais e sociais.

As 16 (dezesseis) horas de atividades não presenciais serão destinadas à pesquisa sobre políticas e equipamentos setoriais, à leitura orientada de textos e documentos e à preparação de propostas e trabalhos, disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem. Orientadas e avaliadas pelo docente com objetivos e prazos definidos, articulam-se às atividades presenciais e integram a avaliação processual.

## RECURSOS

- Material didático-pedagógico (textos manuais, plataforma *Google Classroom* e *Google Meet*).
- Recursos audiovisuais (computador com projetor, vídeos, filmes, músicas, cartazes, *flipcharts,* etc.).
- Aparelho de som, máquina fotográfica etc.

## AVALIAÇÃO

O processo de avaliação se pautará por uma perspectiva construtivista em que os elementos contextuais da realidade dos sujeitos atribuem significados e sentidos à avaliação. Para tanto, a prática avaliativa da disciplina em tela será processual e formativa, de modo que existirão dois momentos importantes para exercício da aprendizagem do discente no semestre:

***- Avaliação da disciplina***

**N1:** no primeiro momento, a avaliação ***objetiva/discursiva*** em que procurará resgatar o significado dos conteúdos ministrados em sala aula durante a primeira ***Etapa N1***.

**N2:** no segundo momento, a avaliação será realizada por meio de apresentação de ***seminários, resenhas*** [e/ou ***trabalho de pesquisa de campo***], de tal modo que a temática deverá ser de livre escolha da equipe/alunos/as sobre temas envolvendo sobre políticas de cultura, turismo, esporte, lazer, juventude, trabalho, emprego e renda.

As atividades não presenciais serão avaliadas de forma contínua e formativa, considerando-se a pesquisa sobre políticas e equipamentos setoriais, as leituras orientadas de textos e documentos e a preparação de propostas de ação realizadas a distância. Serão observados a capacidade de articulação entre as políticas estudadas e o território, a qualidade das produções e o cumprimento dos prazos e critérios definidos pelo docente, com registro, devolutiva e integração à média do período.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Organização: Luiz Cruz Lima. Fortaleza: UECE, 2003.

GASTAL, Susana. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | |
|---|---|
| CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. São Paulo: Papirus, 1998.<br><br>STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida**: um estudo etnográfico. Campinas: CBCE, 2002.<br><br>URRY, John. **O Olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC-SP, 2001.<br><br>DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva : SESC, 1999. | |
| **Coordenador do Curso**<br><br>_____ | **Setor Pedagógico**<br><br>_____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Projeto Integrador - PPS - Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Comunitário</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos:02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre: 2</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica:</td><td>Prática:</td></tr>
<tr><td>Presencial: 40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>Prática Profissional: 40</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades não presenciais 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

Componente curricular de natureza prática, destinado integralmente à Prática Profissional Supervisionada, voltado à elaboração, de forma integrada e supervisionada, de um projeto de desenvolvimento comunitário a partir de uma situação real ou simulada de trabalho. Articula os fundamentos e as práticas da elaboração, gestão, monitoramento e avaliação de projetos sociais e comunitários, explorando o ciclo de vida do projeto, o diagnóstico social e territorial participativo, o planejamento e metodologias como o Marco Lógico, 5W2H e PMD Pro. Integra a estrutura de projetos sociais, o uso de ferramentas digitais e inteligência artificial, estratégias de captação de recursos e leitura de editais, o monitoramento e a avaliação de resultados e impacto social, a elaboração de relatórios, a prestação de contas, a apresentação pública e a devolutiva da proposta à comunidade. .

**OBJETIVOS**

Objetivo Geral

Capacitar o estudante para planejar, elaborar, gerir, monitorar e avaliar um projeto de desenvolvimento comunitário, em situação real ou simulada de trabalho, mobilizando de forma integrada os conhecimentos do curso, metodologias de planejamento social, ferramentas de gestão e tecnologias digitais, de forma ética e dialógica, visando à promoção da transformação social.

Objetivos Específicos

- Articular, em um produto técnico único, os conhecimentos construídos nos demais componentes curriculares do curso.
- Realizar imersão territorial e diagnóstico social e territorial participativo, identificando necessidades e potencialidades das comunidades.
- Dominar a estrutura e os componentes essenciais de um projeto social.
- Compreender e aplicar as etapas do ciclo de vida dos projetos de

desenvolvimento comunitário.
- Aplicar metodologias de planejamento como o Marco Lógico, 5W2H e PMD Pro na concepção do projeto.
- Desenvolver objetivos, metas e indicadores claros e mensuráveis.
- Elaborar cronogramas e orçamentos realistas e detalhados.
- Identificar e analisar fontes de financiamento e estratégias de captação de recursos, inclusive a partir da leitura de editais.
- Utilizar ferramentas digitais e inteligência artificial de forma ética e estratégica no planejamento e na gestão do projeto.
- Elaborar relatórios técnicos e de prestação de contas com clareza e objetividade.
- Apresentar o projeto de forma persuasiva, em defesa oral ou em formato de pitch, e realizar a devolutiva à comunidade ou organização parceira

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**Unidade I – Imersão territorial e diagnóstico participativo**

- O território como ponto de partida do projeto: imersão, escuta qualificada e a comunidade como protagonista.
- Diagnóstico social e territorial: leitura da realidade local, dados e indicadores.
- Planejamento participativo e construção coletiva da intervenção.
- Relação entre diagnóstico, planejamento, execução e avaliação.

**Unidade II – Fundamentos e metodologias de planejamento de projetos**

- Projeto social e comunitário; intervenção social planejada.
- Ciclo de vida dos projetos: formulação, implementação, monitoramento, avaliação e encerramento.
- Metodologia do Marco Lógico: árvore de problemas, árvore de objetivos e matriz de planejamento.
- Metodologias complementares: 5W2H e PMD Pro.

**Unidade III – Estrutura e elaboração do projeto**

- Construção da justificativa com base em dados, indicadores e leitura da realidade local.
- Definição de público-alvo e caracterização dos sujeitos envolvidos.
- Formulação de objetivo geral e objetivos específicos; metas e indicadores de resultado.
- Metodologia, plano de atividades, cronograma de execução e orçamento.
- Coerência interna do projeto: relação entre problema, objetivos, metodologia, metas e orçamento.

**Unidade IV – Ferramentas digitais, IA e captação de recursos**

- Ferramentas digitais para planejamento, organização e gestão de

projetos.
- Pesquisa de editais e fontes de financiamento: editais públicos, fundações e institutos, parcerias com empresas, cooperação internacional e financiamento coletivo.
- Uso ético da inteligência artificial no apoio à leitura de dados territoriais, organização de ideias, redação assistida e revisão de documentos.

**Unidade V – Monitoramento, avaliação, apresentação e devolutiva**

- Monitoramento: acompanhamento de metas, atividades e indicadores.
- Avaliação de resultados e impacto social; relatórios técnicos e narrativos.
- Prestação de contas e adequação a editais e formulários institucionais.
- Técnicas de apresentação: comunicação oral, síntese argumentativa e pitch de projetos sociais.
- Oficina final de apresentação e devolutiva do projeto à comunidade ou organização parceira.

## METODOLOGIA DE ENSINO

O componente será desenvolvido como Prática Profissional Supervisionada e será conduzido por pelo menos dois professores, em formato teórico-prático com forte caráter laboratorial e de campo, organizado em ciclos de ação-reflexão-ação. A turma, organizada em grupos de trabalho, vincula-se a um território, comunidade ou organização parceira e percorre as etapas de imersão, diagnóstico, planejamento, elaboração, apresentação e devolutiva de um projeto de desenvolvimento comunitário.

Articulam-se exposição dialogada, leitura orientada de textos, oficinas de elaboração de projetos, análise de editais, exercícios práticos de planejamento, estudos de caso e simulações de situações reais de formulação, gestão e apresentação de projetos sociais, assegurando que os estudantes não apenas compreendam conceitualmente o que é um projeto social, mas desenvolvam condições efetivas de elaborar propostas consistentes, viáveis e socialmente referenciadas.

Ao longo do componente, serão realizadas atividades de diagnóstico, construção de justificativa, definição de objetivos, metas e indicadores, elaboração de cronogramas, montagem de orçamentos, análise de fontes de financiamento e produção de versões sucessivas do projeto, privilegiando o trabalho orientado, a escrita técnica, a revisão coletiva e a experimentação prática.

Serão mobilizados textos acadêmicos, documentos institucionais, editais públicos e privados, formulários de submissão, projetos-modelo, relatórios técnicos,

instrumentos de monitoramento, planilhas de orçamento e ferramentas digitais de apoio à organização, redação e revisão de propostas. Também poderão ser exploradas, de forma crítica e supervisionada, ferramentas de inteligência artificial voltadas ao apoio à pesquisa, à organização de informações, à leitura de dados e à revisão textual, sempre com atenção à ética, à confiabilidade das informações e à responsabilidade no uso dessas tecnologias.

Sempre que possível, o projeto elaborado deverá dialogar com situações sociais, comunitárias e institucionais reais, favorecendo a aproximação entre o espaço pedagógico e os desafios concretos do campo profissional do curso.

As 8 horas de atividades não presenciais poderão ser destinadas à leitura orientada de textos, análise de editais, pesquisa de dados territoriais, elaboração de fichamentos, construção de partes do projeto, revisão de documentos, utilização supervisionada de ferramentas digitais e preparação das apresentações finais.

## RECURSOS

Para o desenvolvimento da disciplina, poderão ser utilizados os seguintes recursos didático-pedagógicos:

- laboratório de informática com acesso à internet;
- projetor multimídia e computador;
- quadro branco e pincéis;
- textos acadêmicos, manuais e roteiros de elaboração de projetos;
- editais públicos e privados;
- formulários institucionais de submissão de projetos;
- planilhas eletrônicas para elaboração de cronogramas e orçamentos;
- ferramentas digitais de organização, redação e revisão de projetos;
- plataformas de apresentação e colaboração online;
- ferramentas de inteligência artificial, observadas as condições institucionais de acesso e os critérios éticos de uso;
- relatórios, diagnósticos, projetos-modelo e documentos de prestação de contas;
- ambiente virtual de aprendizagem para disponibilização de materiais, orientações e atividades.

## AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, processual, formativa e participativa, visando acompanhar o desenvolvimento das competências dos estudantes ao longo do semestre, em conformidade com o Regulamento da Organização Didática (ROD), aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de 22 de junho de 2015, e demais normas institucionais. Por se tratar de Prática Profissional Supervisionada, o registro da carga horária será realizado pelo professor no diário de classe, nos termos do art. 29, inciso I, da Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022.

Os instrumentos de avaliação poderão incluir, mas não se limitar a:

Exercícios Práticos e Estudos Dirigidos: Atividades individuais ou em grupo para fixação e aplicação de conceitos.

Análise de Editais e Fichamentos: Elaboração de resenhas críticas e análises de documentos relevantes.

Produção Parcial do Projeto: Entrega de etapas do projeto de desenvolvimento comunitário, como diagnóstico, matriz de planejamento, cronograma e orçamento.

Relatórios Técnicos: Elaboração de relatórios de monitoramento ou avaliação de projetos simulados.

Apresentação Oral e Defesa Final do Projeto: Apresentação pública do projeto desenvolvido, demonstrando capacidade de comunicação e argumentação.

Entrega Final do Projeto: Documento completo do projeto de desenvolvimento comunitário, conforme as metodologias e diretrizes estudadas.

Critérios de Avaliação Os critérios de avaliação serão objetivos e previamente comunicados aos estudantes, abrangendo:

Coerência e Clareza: Na elaboração dos documentos e apresentações.

A composição da nota final e os procedimentos de recuperação seguirão rigorosamente o disposto no REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD) APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 35, DE 22 DE JUNHO DE 2015, DIRETORIA DE ENSINO.

Serão realizadas no mínimo duas avaliações formais por semestre, além de atividades complementares que comporão a média final. Os critérios de aprovação, frequência mínima e as oportunidades de recuperação serão comunicados detalhadamente no início do período letivo, em conformidade com as normas institucionais vigentes.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSALTER, Maria Alice Soares. **Elaboração de projetos:** da introdução à conclusão. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GIEHL, Pedro Roque *et al.* **Elaboração de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.
*E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

KANABAR, Vijay; WONG, Jason. **A revolução da IA na gestão de projetos:** elevando a produtividade com IA generativa. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BONATTO, Rafael Araújo. **Captação de recursos e parcerias para projetos sociais**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Administração pública estratégica:** planejamento, ferramentas e implantação. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

CABANIS-BREWIN, Jeannette; DINSMORE, Paul Campbell. **AMA:** manual de gerenciamento de projetos. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2014. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

GIANEZINI, Miguelangelo (org.). **Introdução à avaliação e ao monitoramento de projetos sociais**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

VOSS, Anne. **Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br.

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Libras</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos:02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre:</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 30</td><td>Prática: 10</td></tr>
<tr><td>Presencial:40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>[25]Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">[26]Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

A disciplina da Língua Brasileira de Sinais – Libras tem como objetivo incentivar as habilidades comunicativas básicas em Libras com a finalidade de atender os preceitos de inclusão das pessoas determinado na Lei Federal Nº 10.436/02 e seu Decreto Federal de regulamento Nº 5.626/05 atendendo as orientações que trata de sua difusão. A disciplina também abrange os conteúdos relacionados aos fundamentos históricos culturais da Libras e sua relação com a educação dos Surdos; Parâmetros fonológicos e demais traços linguísticos da Libras; Cultura e Identidade Surdas; Expressões não manuais; Uso do Espaço. Vocabulário da Libras em diferentes contextos.

Considerando que integra um curso de Desenvolvimento Comunitário, a disciplina também aborda conteúdos voltados às práticas comunitárias, enfatizando a comunicação inclusiva, a participação social, a valorização da diversidade, a acessibilidade e o fortalecimento das relações entre comunidade e pessoas surdas, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento comunitário e a inclusão social.

**OBJETIVOS**

Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender e sinais básicos para comunicação em Libras;
- Produzir enunciados simples em Libras;
- Perceber a necessidade de acessibilidade comunicacional;
- Conversar com surdos por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Características que diferenciam a Libras e a Língua Portuguesa em diferentes situações de comunicação.
- Contextos de apresentação pessoal e familiar, alfabeto manual, números e sinal pessoal.
- Especificidade da comunicação entre surdos e ouvintes.
- Pronomes pessoais, possessivos, interrogativos, demonstrativos e expressões não manuais;
- Diferenças entre Linguagem de Sinais X Língua de Sinais.
- Contextos de localização e deslocamento geográfico, referência espacial na Língua de Sinais.
- Estrutura básica da Libras: parâmetros primários.
- Uso do Dicionário de Libras: variações linguísticas.
- Diálogos práticos a partir de vídeos;
- Cultura Surda;
- Artefatos da Cultura e identidade surda;
- Literatura surda;
- Leitura e narrativas em Libras (Vídeos).

## METODOLOGIA DE ENSINO

As atividades serão desenvolvidas de forma individual e coletiva, podendo ser utilizados os seguintes procedimentos:

- Aula expositiva e dialogada em Libras com uso de recursos multimídia;
- Observação e produção de vídeos em Libras;
- Exibição filmes de produção nacional e internacional com a temática da surdez;
- Oficinas e grupos de estudos.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco; pinceis; computador; projetor multimídia (Data show); aparelho reprodutor de som; textos em formato de vídeo em Libras.

## AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por meio de exercícios, provas escritas, sinalizadas e participação em seminários. Também por meio de observação quanto a participação e interesse nas aulas por parte dos discentes. A avaliação terá como objetivo a identificação dos pontos que necessitam de uma maior atenção por parte do docente quanto ao processo de aprendizagem.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Editora Parábola Editorial, 2009.

PEREIRA, M. C. da C.; CHOI, D. [et al.]. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2658 edição. São Paulo: Trevisan

QUADROS, Ronice Muller; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio Arantes. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I**, 1ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA**,** Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira**. Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS.** Rio de Janeiro: Revinter, 2004. 241 p.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129456. Acesso em 03 jul. 2026.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Novo Deit-libras:** Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira - 2 Volumes. 4ª ed. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez: volume 1. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009

SILVA, R. D (Org.) **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. 1 ed. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35534

| | |
|---|---|
| **Coordenador do Curso**<br>_____ | **Setor Pedagógico**<br>_____ |

**DIRETORIA DE ENSINO**
**COORDENAÇÃO DO CURSO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

<table>
<tr><td colspan="3">DISCIPLINA: Educação Física</td></tr>
<tr><td>Código:</td><td>Carga horária total: 40</td><td>Créditos:02</td></tr>
<tr><td>Nível:</td><td>Semestre:</td><td>Pré-requisitos:</td></tr>
<tr><td rowspan="5">CARGA HORÁRIA</td><td>Teórica: 20</td><td>Prática: 20</td></tr>
<tr><td>Presencial:40</td><td>Distância:</td></tr>
<tr><td>[25]Prática Profissional:</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">[26]Atividades não presenciais: 8</td></tr>
<tr><td colspan="2">Extensão:</td></tr>
</table>

**EMENTA**

A Educação Física como ciclo de aprofundamento e sistematização do conhecimento que tem por finalidade a formação de atores sociais capazes de identificar, analisar, experimentar, usufruir, ressignificar, transformar e produzir uma cultura corporal de movimento manifesta nos ginásticas, lutas, esportes, danças e práticas corporais de aventura; por meio de uma postura decisória ética, consciente e reflexiva acerca do papel das manifestações alusivas ao corpo na relação com a cultura e o lazer na formação humana e na preparação para o mundo do trabalho. Face ao exposto, a disciplina tem como norte as transformações políticas, sociais e culturais sofridas pela cultura corporal de movimento ao longo da história e suas implicações nas produções contemporâneas nas esferas local, regional, nacional e internacional, a partir de um olhar multicultural que dialogue com a inclusão e a diversidade, ainda como as novas tecnologias, os saberes tradicionais e a educação em direitos humanos. Uso das linguagens e dos conhecimentos sobre as práticas corporais e o corpo em suas diversas formas de codificação e significação cultural e social, como práticas sociais de expressão e corporificação do patrimônio cultural imaterial brasileiro e mundial.

**OBJETIVOS**

- Consolidar e ampliar as habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens artísticas, esportivas, lúdicas e rítmicas relativas à cultural corporal de movimento.
- Identificar e analisar as manifestações da cultura corporal de movimento a partir de seus elementos constitutivos e formas de organização.
- Reconhecer e analisar saberes alusivos às práticas corporais e ao corpo, levando em consideração os aspectos culturais, históricos, políticos, emotivos e lúdicos, assim como a sua contemporânea.
- Refletir e analisar sobre o direito às práticas corporais no âmbito do esporte, do lazer, da saúde e dos cuidados com o corpo.
- Produzir, ressignificar e apreciar diferentes práticas corporais (esportivas, lúdicas, rítmicas e artísticas), de maneira a demonstrar criatividade e domínio no uso das

técnicas corporais e das diversas mídias e linguagens.

- Experimentar e usufruir das práticas corporais a partir dos referenciais de gênero e diversidade, de cultura - étnica, urbana, juvenil e tradicional -, como construções contemporâneas que dialogam com os atores e movimentos sociais.
- Produzir e apreciar as diferentes formas de manifestações de práticas corporais, de modo a fortalecer o posicionamento crítico frente aos discursos sobre o corpo que circulam em diferentes campos da atividade humana.
- Compreender por meio da apreciação e experimentação os sentidos e significados que os atores e grupos sociais conferem às diferentes práticas corporais de identidade indígena, quilombola e negra tradicional, considerando os seus saberes e modos de vida comunitários.
- Perceber por meio da apreciação e experimentação as práticas corporais como elemento intrínseco do cuidado de si e dos outros.
- Construir e consolidar formas de apropriação e participação autônoma em práticas alusivas à cultura corporal de movimento com diferentes finalidades, de modo a atender às necessidades humanas individuais e coletivas.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – Ginásticas
1.1 Ginástica de condicionamento físico
1.2 Ginástica de conscientização corporal

UNIDADE 2 – Lutas
2.1 Lutas do Brasil e do mundo
2.2 Lutas do contexto comunitário-tradicional e regional

UNIDADE 3 – Esportes
3.1 Esportes de marca
3.2 Esportes de precisão
3.3 Esportes de campo e taco
3.4 Esportes radicais

UNIDADE 4 - Danças
4.1 Danças urbanas
4.2 Danças de contexto comunitário-tradicional e regional

UNIDADE 5 – Práticas corporais de aventura
5.1 Práticas corporais de aventura urbanas
5.2 Práticas corporais de aventura na natureza
5.3 Práticas corporais alternativas

## METODOLOGIA DE ENSINO

Esta contempla uma gama de ações, tais como: aulas expositivas, leituras dinâmicas, exibição de filmes, palestras, organização de eventos culturais e esportivos, produções e vivências práticas, produção de tecnologias de inter-relação e integração entre saberes técnicos específicos e propedêuticos.

## RECURSOS DIDÁTICOS

• Pincel e quadro branco; Material didático-pedagógico; Recursos audiovisuais; Materiais esportivos; Espaços esportivos.

## AVALIAÇÃO

Esta é construída em alinhamento com o processo ensino-aprendizagem e em caráter multifacetário, a saber: produção e apresentação de trabalhos, produção de pesquisas e registros (relatórios e outros), organização e/ou participação em eventos culturais e esportivos; avaliação/autoavaliação de participação e aprendizado; produção e apresentação de seminários e outras possibilidades expressivas; produção de tecnologias de inter-relação e integração entre saberes técnicos específicos e propedêuticos.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 2ª ed. Revisada, São Paulo: Cortez, 2012.

KUNZ, E. **Transformações didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 9ª ed., 2020.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides, José. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2009.

MOREIRA, W. W. **Século XXI:** a era do corpo ativo. Campinas, SP: Papirus, 2015.

ONU, Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional. Movimento é vida***:* atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017.

PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo (Orgs). **Esporte, história e sociedade**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilo de vida**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

| Coordenador do Curso | Setor Pedagógico |
| --- | --- |
| _____ | _____ |